



Prefeitura Municipal de Fortaleza
Gabinete Primeira-Dama
Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
de Fortaleza - COMDICA

FÓRUM MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

DOCUMENTO SÍNTESE

Fortaleza

Novembro - 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Prefeito Municipal de Fortaleza	Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra
Vice-Prefeito Municipal de Fortaleza	Gaudêncio Gonçalves de Lucena
Primeira-Dama	Carolina Cunha Bezerra
Chefe Gabinete do Prefeito	Francisco José Queiroz Maia Filho
Secretaria Municipal de Governo	Prisco Rodrigues Bezerra
Procuradoria Geral do Município	José Leite Jucá Filho
Secretaria Municipal de Segurança Cidadã	Francisco José de Albuquerque Veras
Secretaria Municipal da Controladoria e Transparência	Marlon Carvalho Cambraia
Secretaria de Finanças do Município	Jurandir Gurgel Gondim Filho
Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão	Philippe Theophilo Nottingham
Secretaria Municipal da Educação	Ivo Ferreira Gomes
Secretaria Municipal de Saúde	M ^a do Perpétuo Socorro Martins Breckenfeld
Secretaria Municipal Extraordinária da Copa	Domingos Gomes de Aguiar Neto
Secretaria Municipal de Infraestrutura	Samuel Antônio Silva Dias
Secretaria de Conservação e Serviços Públicos	João de Aguiar Pupo
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	Marcio Eduardo e Lima Lopes
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Robinson Passos de Castro e Silva
Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio- Ambiente	Maria Águeda Pontes Caminha Muniz
Secretaria Municipal de Turismo	João Salmito Filho
Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Claudio Ricardo Gomes de Lima
Secretário Municipal da Cidadania e Direitos Humanos	Karlo Meireiles Kardozo
Secretaria Municipal de Cultura	Francisco Geraldo de Magela Lima Filho
Ouvidoria Geral do Município	Liliane da Silveira Araújo
Secretaria Regional I	Guilherme Teles Gouveia Neto
Secretaria Regional II	Cláudio Nelson Araújo Brandão
Secretaria Regional III	Maria de Fátima Vasconcelos Canuto
Secretaria Regional IV	Francisco Airton Moraes Mourão
Secretaria Regional V	Júlio Ramon Soares Oliveira
Secretaria Regional VI	Renato Cesar Pereira Lima
Secretaria Regional do Centro	Francisco Régis Cavalcante Dias

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
Vinculados ao Gabinete do Prefeito – Status de Secretaria

Instituto de Planejamento de Fortaleza	Eudoro Walter de Santana
Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza	Francisca Eliana Gomes dos Santos
Coordenadoria Especial de Políticas Públicas da Juventude	José Élcio Batista
Coordenadoria Especial de Políticas Sobre Drogas	Juliana Mara de Freitas Mota Sena
Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Tarcísio Haroldo Cavalcante Pequeno
Coordenadoria Especial de Participação Popular	Jade Afonso Romero

GABINETE DA PRIMEIRA-DAMA

Primeira-Dama de Fortaleza	Carolina Cunha Bezerra
Coordenação Gabinete Primeira-Dama	Márcia Dias Soares
Assessoria Gabinete Primeira-Dama	Débora Lopes Bezerra de Menezes
Coordenação do Plano Municipal Primeira Infância	Maria Letícia Mota Moreira
Assessoria Técnica	Cristiana Ferreira da Silva
Assessoria Técnica	Maria Letícia Mota Moreira
Assessoria Técnica	Tânia de Fátima Gurgel Nobre
Assessoria Técnica	Rosa Christina Caldas Torgan
Assessoria Primeira-Dama	Lívia Simplício
Secretária Gabinete Primeira-Dama	Maria Veranice Camelo de Oliveira
Secretária Gabinete Primeira-Dama	Célia Maria Pires de Medeiros
Assistente Técnica	Marília Ferreira de Almeida

PARCERIAS EXTERNAS DO GABINETE DA PRIMEIRA-DAMA

UNICEF	Francisca Maria Andrade (Tati)
Instituto da Infância, Rede Nacional Primeira Infância, Rede do Estado do Ceará pela Primeira Infância	Luzia Torres Gerosa Laffite
Universidade Federal do Ceará	Márcia Maria Tavares Machado
Consultora <i>Ad Hoc</i> UNICEF	Lúcia Macêdo Sales

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FORTALEZA

Presidente Francisco Arquimedes Rodrigues Pinheiro
Secretária Executiva Crisley Carvalho
Secretário José das Graças Costa da Silva
Assessora Nubia Pena B. Arruda (Presidente 07/2013)

TITULARES (REPRESENTANTES INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS)

Secretaria da Cidadania e Direitos Humanos Francisco Arquimedes Rodrigues Pinheiro
Secretaria Municipal da Educação Geraldo Magela de Maria Filho
Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome Claudio Ricardo Gomes de Lima
Secretaria Municipal de Saúde Ritemeia Mesquita Florêncio
Câmara Municipal de Fortaleza Leonel Alencar Junior
Secretaria Regional I Dayse Borges Girão
Secretaria Regional II Silvana Maria Gomes Ponte
Secretaria Regional III Maria de Fátima Vasconcelos Canuto
Secretaria Regional IV Ana Célia Silvestre de Azevedo
Secretaria Regional V Silvana Garcia de Andrade Lima
Secretaria Regional VI Esio Feitosa Lima

SUPLENTE (REPRESENTANTE INSTITUIÇÃO GOVERNAMENTAL)

Secretaria Regional I Perpetua Socorro Amorim Ribeiro
Secretaria Regional II Paulo César Araújo
Secretaria Regional III Francisca de Lima e Silva Sousa
Secretaria Regional IV Mary Luci de Oliveira Barros
Secretaria Regional V Francisca Cândida Ferreira Silvino da Silva
Secretaria Regional VI Makyllene Kelly Andrade Viane

TITULARES (REPRESENTANTES ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS)

Associação Beneficente ao Menor Carente do Parque. São José Jose das Graças Costa da Silva
Frente Beneficente para Crianças - FBPC Silvia Simões Rodrigues
Associação Evangélica Comunitária Bom Samaritano Francisco José de Sousa
Associação Sonho Infantil Nacelio Souza dos Santos
Projeto União Geisa Gadelha Sampaio
Conselho de Integração Social Reginaldo Pereira da Silva
Conselho Nova Vida Marcia Maria Pinheiro Monte
Frente de Assistência a Criança Carente Fernando Prado Araujo
Grupo Bailarinos de Cristo Amor e Doações Aldenor Nascimento Junior
Projeto Comunitário Sorriso da Criança Alilian Gradela Silveira
Projeto Enxame Valber Alves de Sousa Filho

SUPLENTE (REPRESENTANTE ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL)

Associação Beneficente ao Menor Carente do Parque São José Mariane Silva Souza
Frente Beneficente para Crianças Maria Sueda Pinheiro
Associação Evangélica Comunitária Bom Samaritano Rebeca Santos Alves
Associação Sonho Infantil Vanusa da Silva Correia
Projeto União Lindalva Gomes de Luna
Conselho de Integração Social -
Conselho Nova Vida Luciana Cardoso
Frente de Assistência a Criança Carente Mauricelia Batista Maia
Grupo Bailarinos de Cristo Amor e Doações -
Projeto Comunitário Sorriso da Criança Tailandia Chelida F. Sousa
Projeto Enxame -

TITULARES DOS CONSELHOS TUTELARES DE FORTALEZA

Conselho Tutelar de Fortaleza I	Marcos Paulo Lopes de Sá Cavalcante Washington Sabóia Vitorino Geraldo Magela de Oliveira Felipe Roger Cunha de Castor Antonia Gilvanda Moreira Barreto
Conselho Tutelar de Fortaleza II	Francisco Henrique Ferreira Lima Maria da Conceição Moreira e Silva Auelice Veras Alves José Iran da Silva Auricelio Sampaio Pereira
Conselho Tutelar de Fortaleza III	Izaíra Maria Cabral Moreira Célio Félix Ferreira Maria de Fátima da Silva Germana Silva dos Santos Vasconcelos Emanuel Acrizio de Freitas
Conselho Tutelar de Fortaleza IV	Magda Maria Silva Costa Márcia Regina Souza Lopes Marcos Aurélio Araújo Fernanda Maria da Silva Paula Maria Leila Aragão Ximenes de Sousa
Conselho Tutelar de Fortaleza V	Erilane de Oliveira P. do Nascimento Kátia Maria Rodrigues de Sousa Sílvia Helena Araújo Sales Erika de Almeida Uchôa Estefânio de Melo e Silva
Conselho Tutelar de Fortaleza VI	Océlia Sousa de Araújo Maria do Socorro Portela Reinaldo Francisca Leidemarcia Frota da Costa Antônia Aurení de C. Albuquerque Maria Elizabeth França Oliveira

ARTICULADORES SECRETARIAS TEMÁTICAS

Secretaria Municipal de Saúde	Sandra Solange L. Campos Ritemeia Mesquita Florêncio Adonisa Aires
Secretaria Municipal da Educação	Luiza Hermínia de Almeida Assis Brilhante Simone Domingos Calandrine
Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Lidiana Rios Farias Sandra Silva Alves Ana Paula Reges de Albuquerque
Secretaria Municipal da Cidadania e Direitos Humanos	Francisco Arquimedes Rodrigues Pinheiro Lana Régia Paiva de Souza Jailson Silva José Osimo da Silva Câmara Neto Semyraes M. dos S. Macedo
Secretaria Municipal de Infraestrutura	Ana Maria Bezerra Vettorazzi
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	Juliana Leite Soares
Secretaria Municipal de Cultura	Germana Vitoriano Fabrícia Goes Klistenes B. Braga Emídio Sanderson
Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio- Ambiente	João Saraiva Maria Edilene S. Oliveira
Secretaria Municipal de Segurança Cidadã	André Luiz Rosa Freire

ARTICULADORES SECRETARIAS REGIONAIS

Secretaria Regional I
Vania Lúcia Amaral Barbosa
Luciana Carvalho Albuquerque
Perpétua Socorro Amorim Ribeiro
Raphael Fabricio de A. Sales
Luiz Carlos e Silva
Maria Isabel Linhares

Secretaria Regional II
Silvana Maria Gomes Ponte
Anna Carolyne de O. Gomes
Silvana Lustosa
Sandra Maia
Sheyla Lima Silveira
Rafael Figueiras Barroso
Tatiane Chaves Pinho

Secretaria Regional III
Francisca de Lima e Silva e Sousa
Gilberto Carlos da Silva
Gilzélia Cristina P. Mendonça
Sílvia Sabrina da Silva Costa
Anielle Lucena de Quental
José Carlos
Ana Lysia Mouta
Marcos Antonio de Moura
Sarah Yasmim Lucena Gomes

Secretaria Regional IV
Maria Andrade Leite
Ana Célia Silvestre de Azevedo
Francisco Welio A Costa
Maria de Fátima Porto Dias
Joana Diógenes S. Irineu
Roselita Albuquerque

Secretaria Regional V
Silvana Garcia de A. Lima
Lisandra Socorro Oliveira Campos
Fca Weslya Chaves Maciel
Lorena Kyssia L. Matos
Elizangela Amaral Guedes
Kamile Lemos
Jaqueline Speis Pruni
Ana Patrícia Pereira

ARTICULADORES SECRETARIAS REGIONAIS

Secretaria Regional VI
Maria Sonnara C. Bitu Lima
Maria Carolina Azevedo Damasceno
Makyllene Kelly Andrade Viana
Ana Roberta Borges
Ana Maria da S. Rocha
Rebeca Barbosa de Melo Cesar
Denize Rocha Guimarães
Ana Caroline Furtado de H. Brito
Maria da Conceição Borges de Oliveira

Secretaria Regional do Centro
Kelly Chayb
Maria Telma Macedo
Lais Cabral Bachá
Patrícia Martins de Sousa
Aquiles Chaves de Melo
Oswaldo Parente

ARTICULADORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA Vinculados ao Gabinete do Prefeito – Status de Secretaria

Instituto de Planejamento de Fortaleza Alexandrino Diógenes

Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza
Mirella Fiuza de S. Rolim
Iolanda Bizerra da Silva
Danielle Freitas dos Santos

Coordenadoria Especial de Políticas Públicas da Juventude
Pedro Paulo Rolim Dias
Michel Lins
Paulo Sadat
Davi Jaguaribe

Coordenadoria Especial de Políticas Sobre Drogas
Francisca Ozanira Torres Pinto de Aquino
Fiona Moraes Botelho
Kilvia Cheila Carneiro

Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação
Carla Melo da Escócia

Coordenadoria Especial de Participação Popular
Rafaelle Reis de Oliveira

APRESENTAÇÃO

O Fórum Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza em seu caráter consultivo e democrático mobilizou centenas de representantes de organizações governamentais, não governamentais e demais segmentos da sociedade civil em prol da criança de zero a seis anos de Fortaleza. Esse Fórum promoveu diálogos, debates, conferências e propôs ações intersetoriais à luz do Plano Nacional pela Primeira Infância, que beneficiarão crianças e famílias fortalezenses até 2022. Considerado um momento ímpar, pioneiro para a Primeira Infância de Fortaleza, o Fórum Municipal, hoje concretizado, representou um passo decisivo para a administração municipal do *Prefeito Roberto Cláudio Bezerra*. Juntos, representantes do governo municipal e do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), idealizaram, programaram e executaram a mobilização social com efetiva participação da sociedade civil organizada.

O Fórum Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza foi concebido a partir de uma decisão própria, quando em janeiro de 2013 priorizamos uma Agenda voltada a programas e projetos dirigidos à criança pequena. A estreita articulação com o COMDICA, com os Conselhos Tutelares, a parceria com articuladores e técnicos das Secretarias Municipais Temáticas, Coordenadorias Especiais e Secretarias Regionais de Fortaleza, bem como com a Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) com a Rede da Primeira Infância do Estado do Ceará (REPI-CE), com Instituições de Ensino Superior, com o Ministério Público, Poder Judiciário e Defensoria Pública, além de outras instituições que atuam direta ou indiretamente com crianças, garantiu a realização de seis Fóruns Regionais que antecederam o Fórum Municipal, iniciando o processo de discussão de propostas factíveis para a Primeira Infância de Fortaleza.

Em paralelo à caminhada até a consecução deste Fórum Municipal, a administração do *Prefeito Roberto Cláudio Bezerra*, idealizado pelo Gabinete da Primeira-Dama, apresentou à sociedade civil o *Programa Cresça com Seu Filho*, desenhado para fortalecer os vínculos familiares entre crianças de zero a três anos, considerada a Primeiríssima Infância. O Programa reafirma o compromisso com a Primeira Infância e inaugura um novo olhar, uma abordagem intersetorial à criança pequena de Fortaleza.

É com muita satisfação e regozijo que apresentamos o Documento Síntese do Fórum Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza, na perspectiva de reais mudanças no cenário das políticas públicas voltadas para a criança de zero a seis anos, bem como a otimização dos recursos para o *Orçamento Criança*.

Carolina Cunha Bezerra
Primeira-Dama de Fortaleza

SUMÁRIO

1	CENÁRIOS DA CIDADE DE FORTALEZA	12
1.1	Cenário socioeconômico e demográfico	12
1.2	Cenário por Região Administrativa	19
1.3	Diagnóstico da Primeira Infância de Fortaleza: uma aproximação sobre a Educação, Saúde e Assistência Social e Proteção	26
2	MARCO LEGAL PARA O PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE FORTALEZA	41
3	CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE FORTALEZA	41
3.1	Princípios e diretrizes do Plano Municipal pela Primeira Infância	41
3.2	Metodologia do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza	43
3.3	Eixos norteadores: 13 Ações Finalísticas	44
4	PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE FORTALEZA	45
4.1	Fóruns Regionais pela Primeira Infância de Fortaleza: metodologia e proposituras	45
4.2	Fórum Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza: metodologia e proposituras	50
4.3	Qualificação e Agregação das Proposituras segundo a Comissão Municipal de Implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza	56
5	MARCO LÓGICO DAS AÇÕES FINALÍSTICAS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE FORTALEZA: CONSTRUINDO A REDE DE CUIDADO	84
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
	REFERÊNCIAS	164
	ANEXOS	
	APÊNDICES	

1 CENÁRIOS DA CIDADE DE FORTALEZA

1.1 Cenário socioeconômico e demográfico

O município de Fortaleza conta com uma população de 2.551.806 projetada para 2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na população residente do Censo Demográfico de 2010¹, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,754 ocupando a quinta posição de maior cidade do Brasil, ficando à sua frente, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Brasília.

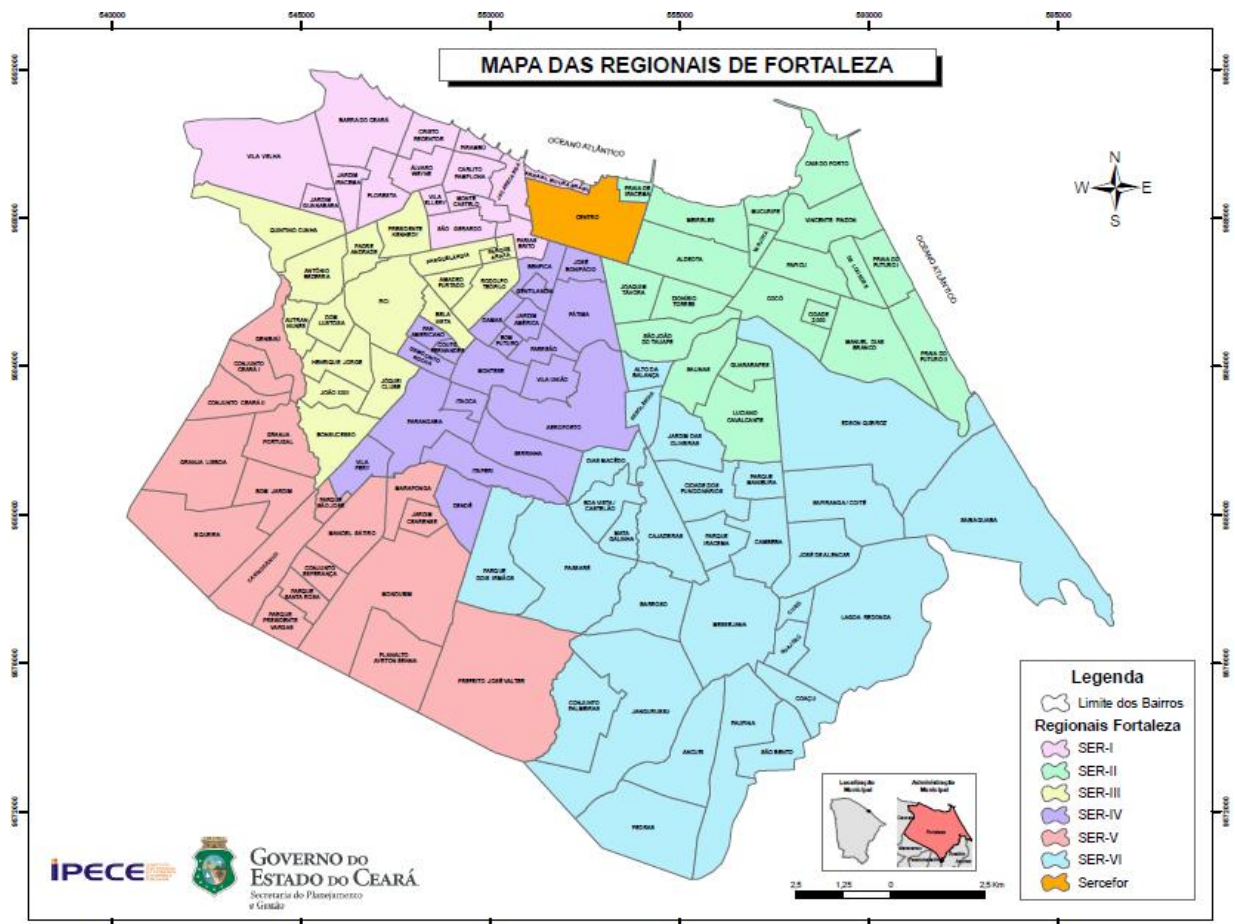


Figura1: Mapa das Regionais de Fortaleza, IPECE
http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/pdf/Mapa_Regionais_Fortaleza.pdf

A cidade de Fortaleza encontra-se dividida em sete regiões administrativas com um total de 119 bairros, apresentando acentuadas desigualdades sociais. Em todas as descrições contidas nesse Documento Síntese, a população da Secretaria Regional do Centro está contida na Regional II, em função do Censo Demográfico de 2010 ter sido a fonte de referência utilizada.

¹ População residente: 2.452.185, distribuída: 1.147.918 homens e 1.304.267 mulheres.

A população total de Fortaleza de acordo com o Censo 2010 do IBGE revela um total de 2.452.185 habitantes, dos quais 46,8% (1.147.918 habitantes) são do sexo masculino e 53,2% (1.304.267) pertencem ao sexo feminino. A Tabela 1 mostra a divisão administrativa por Secretaria Regional segundo o sexo da população. Os valores percentuais de cada Regional em relação à população total de Fortaleza apresentam-se: Regional I e II – 14,81% cada, Regional III – 14,70%, Regional IV – 11,48%, Regional V – 22,08%, Regional VI – 22,06%. As maiores concentrações populacionais estão nas Regionais V e VI, seguida da Secretaria Regional I.

Tabela 1 – Distribuição da população de Fortaleza por região administrativa e sexo, 2010

Região Administrativa	Sexo					
	Total	%	Masculino	%	Feminino	%
Regional I	363.912	14,8	170.553	46,9	193.359	53,1
Regional II e VII	363.406	14,8	164.461	45,3	198.945	54,7
Regional III	360.551	14,7	167.557	46,5	192.994	53,5
Regional IV	281.645	11,5	128.202	45,5	153.443	54,5
Regional V	541.511	22,1	259.409	47,9	282.102	52,1
Regional VI	541.160	22,1	257.736	47,6	283.424	52,4
Fortaleza	2.452.185	100,0	1.147.918	46,8	1.304.267	53,2

Fonte: Censo 2010. IBGE/Informe IPECE

Aliado a esse crescimento populacional observa-se uma série de problemas socioeconômicos que afetam diretamente as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, ou mesmo aquelas que não dependem diretamente de políticas públicas de assistência social para sobreviver, mas dependem dos serviços de saúde e de educação.

Esse cenário impõe aos gestores públicos, nas esferas municipal, estadual e federal, demandas para investir nas áreas de infraestrutura, mobilidade urbana, habitação, saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer, meio ambiente, segurança dentre outras, além de uma política que viabilize emprego e renda para jovens e adultos que se encontram à margem do mercado de trabalho.

Até novembro de 2013, a cidade de Fortaleza possuía 350.309 famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal, perfazendo um total de 1.122.557 pessoas em situação de pobreza² (pessoas que vivem com até R\$ 140,00 *per capita* por mês). Desse universo, encontram-se 127.078 (11,3%) crianças de zero a seis anos, faixa etária definida no Estatuto da

²Dados apresentados no Fórum Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza, no dia 5 de novembro de 2013, pelo Secretário de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Dr. Cláudio Ricardo, na Mesa Redonda Políticas Públicas para Primeira Infância, discorrendo o tema: Assistência Social e os Vínculos na Primeira Infância.

Criança e do Adolescente (ECA)³, como Primeira Infância, período em que a criança requer uma linha de cuidado como sujeito de direito. Torna-se mais preocupante quando se observa que do total de crianças inscritas no CadÚnico, 84.743 (66,7%) vivem em extrema pobreza e dessas apenas 66.923 (52,7%) são beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Ressalta-se um aspecto importante em relação à população de Fortaleza no que diz respeito à questão de gênero. A proporção da população feminina é superior à população masculina, distribuídos respectivamente em 53,2% e 46,8%. Esse dado demográfico pressupõe priorização das políticas públicas efetivas voltadas para saúde integral da mulher e, com especial atenção, às adolescentes (10 a 15 anos) que engravidam precocemente. O monitoramento e o acompanhamento pelas três esferas de governo devem envolver ações intra e intersetoriais, direcionados para “o cuidar (Saúde)”, “o educar (Educação)”, “o proteger garantindo o direito à cidadania plena (Direitos Humanos)” e “o promover o bem-estar social ao indivíduo e sua família enquanto pessoa humana (Assistência Social)”.

A Tabela 2 mostra a distribuição da população por faixa etária de 0 a 17 anos, perfazendo 28,08% (689.191) do universo populacional de Fortaleza, cuja maior concentração encontra-se na faixa etária de 10 a 14 anos (208.505hab – 8,50%). Utilizando-se outra fonte de dados do Censo Demográfico 2010⁴, que mostra a desagregação da população no segmento inerente à Primeira Infância de Fortaleza, observa-se que do universo de 237.838 crianças: 134.801 (56,7%) pertencem à coorte de 0 a 3 anos, 68.619 (28,9%) à faixa etária de 4 e 5 anos e 34.418 (14,5%) à coorte de 6 anos de idade. Esse segmento equivale a 9,7% da população da capital cearense.

Tabela 2 – Distribuição da população de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em relação à população total de Fortaleza, 2010

Faixa etária	População	%
0 – 4 anos	168.814	6,88
5 – 9 anos	176.363	7,19
10 – 14 anos	208.505	8,50
15 – 17 anos	135.509	5,52
Subtotal	689.191	28,08(*)
População de Fortaleza	2.452.185	-

Fonte: Censo 2010. IBGE- IPECE. (*) Em relação à população total de Fortaleza.

³ Lei N°8.069, de 13 de Julho de 1990, atualizada pela Lei 12.010, de 13 de agosto de 2009.

A Tabela 3 apresenta a distribuição da população de Fortaleza em relação à cor da pele segundo os dados do Censo de 2010 do IBGE. Mais da metade da população (57,23%) se declarou de cor parda, 36,78% cor branca, observando-se que apenas 4,52% se definiram de cor preta e 1,35% amarela. Em termos de políticas públicas para pessoas afrodescendentes na faixa etária em análise, a cidade de Fortaleza conta com uma população de aproximadamente 5% (110.811) pessoas. Assim sendo, é recomendável que nas áreas da saúde e educação proponham-se programas e ações específicos para essa população.

Tabela 3 - População residente de Fortaleza segundo cor ou raça. Censo 2010.

Cor da pele	N	%
Branca	901.816	36,78
Preta	110.811	4,52
Amarela	33.161	1,35
Parda	1.403.292	57,23
Indígena	3.071	0,13
Sem declaração	34	0,00
Total	2.452.185	100,0

Fonte: Censo 2010. IBGE/IPECE In: Tabela 4.10.2.1 – população residente, por cor ou raça, segundo (...) município, Ceará, 2010.

Sabe-se que culturalmente as pessoas de origem afrodescendentes, somente a pouco tempo com o advento das políticas inclusivas, como o benefício da cota para negros ao ingresso em universidades públicas, vêm se autodeclarando com cor da pele negra.

Portanto, ao desagregar a variável cor da pele por região administrativa observa-se que na área geográfica considerada com melhores padrões de vida da cidade – Regional II, 50% das pessoas se declararam de cor branca, 46,0% de cor parda, sendo o percentual de cor preta, o menor das seis Regionais (3,0%). Nas Regionais I, III V e VI, mais de 60% das pessoas se declararam pardas.

A Regional IV se aproxima da realidade da Regional II em termos de pessoas brancas e pardas. Esse é um indicativo hipotético de que parte da população residente nessa Regional é integrante de uma classe social mais elevada, sendo impulsionada pela valorização imobiliária da área, de um polo comercial emergente em bairros como Fátima, Benfica, Parangaba e Montese, além, de um diferencial de renda *per capita* e a importância histórica desses bairros, configurando-se em um espaço de transição entre a área mais rica e as áreas mais pobres da cidade.

⁴ Censo 2010. IBGE/IPECE In: Tabela 4.10.1.2-população residente por grupo de idade.

Outro aspecto que também é considerado histórico na formação social da cidade de Fortaleza diz respeito à população negra e amarela. Fortaleza retrata a herança da colonização do Ceará com predomínio de população descendente de índios e brancos. Diferentemente de outras capitais do Nordeste, a população negra é bastante reduzida em todas as Regionais de Fortaleza, variando de 3% e 4% nas Regionais II e IV, respectivamente e 5% nas Regionais I, III, V e VI.

Os Gráficos de 1 a 6, apresentados abaixo, mostram a estratificação descrita e sugerem que as políticas públicas nas áreas de Saúde, Educação, Assistência Social e de Direitos Humanos deverão focar suas ações baseadas nos estudos advindos da Sociologia, bem como na determinação social do processo saúde-doença impactando sensivelmente no desenvolvimento cognitivo durante a Primeira Infância.

A Tabela 4 apresenta dados do Censo 2010 sobre o número de crianças com até 10 anos de idade residentes em Fortaleza que possuem registro civil de nascimento. Do universo de 387.028 crianças, 2.603 ainda declararam não possuir registro, 343 não souberam dizer sobre a existência de registro e 01 não declarou. Esse público deverá ser objeto de um mapeamento e busca ativa, qualificando dessa forma a política de eliminação do subregistro e atendendo a uma das diretrizes do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza que trata sobre as estratégias necessárias para *Assegurar o Documento de Cidadania a Todas as Crianças*. Do total de 384.081 de crianças até 10 anos de idade e que possuem registro de nascimento, 3.572 ainda informaram ter apenas a declaração de nascido vivo (0,9%).

Gráfico 1-Distribuição da população na Regional I segundo a cor -Censo 2010



Gráfico 2-Distribuição da população na Regional II segundo a cor -Censo 2010



Gráfico 3-Distribuição da população na Regional III segundo a cor -Censo 2010



Gráfico 4-Distribuição da população na Regional IV segundo a cor -Censo 2010

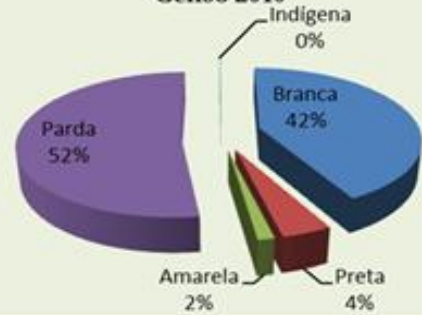


Gráfico 5-Distribuição da população na Regional V segundo a cor -Censo 2010

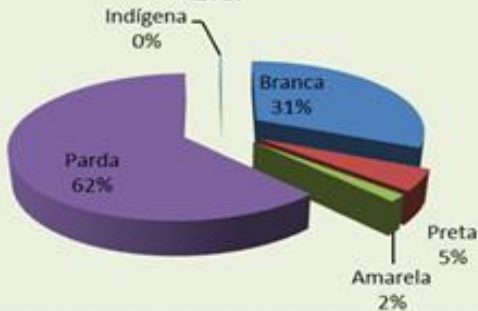


Gráfico 6-Distribuição da população na Regional VI segundo a cor -Censo 2010



Tabela 4 – Distribuição do número de crianças até 10 anos residentes em Fortaleza, por possuir registro nascimento, 2010

Total até 10 anos de idade	Total Registrado	Tipo Registro		
		Cartório	Declaração de Nascido Vivo	Registro Administrativo Indígena
387.028	384.081	380.509	3.572	–
100,0%	99,2%*	99,1%	0,9%	–

Fonte: Censo 2010. IBGE/IPECE In: Tabela 4.10.3.1 – Pessoas de até 10 anos de idade, por existência e tipo de registro de nascimento, segundo os bairros, Fortaleza-Ceará. Censo 2010.

(*) A diferença de 0,8% é de pessoas que declararam não ter registro (2.603), não saber se tinham (343) e sem declaração.

No tocante ao número de domicílios particulares permanentes representado na Tabela 5, a cidade de Fortaleza possui 710.066 unidades, com um universo de 2.444.849 moradores, apresentando uma média de 3,4 moradores por domicílio.

Tabela 5- Total de domicílios particulares permanentes, de moradores em domicílios particulares permanentes e média de moradores em situação de domicílio, 2010

Total		Média de moradores
Domicílios	Moradores	
710.066	2.444.849	3,4

Fonte: Censo 2010. IBGE/IPECE In: Tabela 4.10.5.1/Elaboração IPECE

A Tabela 6 apresenta os domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*, no qual se observa maior concentração (cerca de 30%) na classe de rendimento de mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo. Vale ressaltar o percentual significativo de domicílios particulares permanentes com rendimento (29,2%) entre R\$ 127,00 e R\$ 255,00. Somando-se ambas as categorias (mais de $\frac{1}{4}$ até 1 salário), observa-se que em metade (50,7%) do total de domicílios particulares permanentes a população tem rendimento variando entre R\$ 127,00 e R\$ 510,00.

Analisando um corte mais detalhado, verifica-se que 60% da população de Fortaleza vive com até um salário mínimo *per capita*, 17,6% vive com uma renda *per capita* entre um a dois salários mínimos, 11,6% vive nas faixas com mais de 2 a 5 salários mínimos e apenas 6,3% acima

de 5 salários mínimos. O mais preocupante é que em 3,8% dos domicílios particulares permanentes, pessoas vivem sem quaisquer rendimentos.

Tabela 6- Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* em Fortaleza, 2010

Total de domicílios particulares permanentes	Classe de rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i> (salário mínimo) ¹								
	Até ¼	Mais de ¼ a ½	Mais de ½ a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento ²	Sem informação
710.066 ⁽²⁾	70.631	152.971	207.326	124.760	42.886	39.621	44.658	27.206	7
100,0%	9,9%	21,5%	29,2%	17,6%	6,0%	5,6%	6,3%	3,8%	0,0%

Fonte: Censo 2010-IBGE/IPECE. Tabela 4.10.7.6.

⁽¹⁾ Salário Mínimo utilizado: R\$ 510,00.

⁽²⁾ Inclusive os domicílios com rendimento mensal domiciliar *per capita* somente em benefícios.

1.2 Cenário Populacional por Região Administrativa

A seguir apresentam-se as características das Secretarias Regionais de Fortaleza, segundo a população residente por bairro e aspectos socioeconômicos e demográficos.

a) Secretaria Regional I

A população total da Secretaria Regional I é de 363.912, perfazendo 14,8% do universo populacional de Fortaleza (2.452.185 habitantes). Desta, 46,9% (170.553) são residentes do sexo masculino e 193.359 (53,1%) são mulheres. Os bairros Barra do Ceará (19,9%) e Vila Velha (16,9%) são os maiores em concentração populacional, seguindo-se cinco bairros com populações entre 20.000 e 30.000 habitantes: Carlito Pamplona (8,0%), Floresta (7,9%), Cristo Redentor (7,3%), Álvaro Weyne (6,5%) e Jardim Iracema (6,4%). A menor população residente se situa no bairro Vila Ellery com 2,2% do total da população dessa Regional (Tabela 7).

Tabela 7 - Distribuição da população residente na Regional I por bairro e sexo, 2010

Bairros Secretaria Regional I	Total	Situação do domicílio e sexo				
		%	Masculino	% (*)	Feminino	% (**)
	N	N		N		
Alagadiço	14.505	4,0	6.376	3,7	8.129	4,2
Álvaro Weyne	23.690	6,5	10.834	6,4	12.856	6,6
Arraial Moura Brasil	3.765	1,03	1.796	1,1	1.969	1,0
Barra do Ceará	72.423	19,9	34.658	20,3	37.765	19,5
Carlito Pamplona	29.076	8,0	13.596	8,0	15.480	8,0
Cristo Redentor	26.717	7,3	12.639	7,4	14.078	7,3
Farias Brito	12.063	3,3	5.400	3,2	6.663	3,4
Floresta	28.896	7,9	13.677	8,0	15.219	7,9
Jacarecanga	14 204	3,9	6 472	3,8	7 732	4,0
Jardim Guanabara	14 919	4,1	6 937	4,1	7 982	4,1
Jardim Iracema	23 184	6,4	10 968	6,4	12 216	6,3
Monte Castelo	13.215	3,6	6.118	3,6	7.097	3,7
Pirambú	17.775	4,9	8.430	4,9	9.345	4,8
Vila Ellery	7.863	2,2	3.544	2,1	4.319	2,2
Vila Velha	61.617	16,9	29.108	17,1	32.509	16,8
Total	363.912	100,0	170.553	46,8	193.359	53,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Tabela 4.10.1.1- População Residente. . (*) Percentual em relação ao total população masculina; (**) Percentual em relação ao total da população feminina.

b) Secretaria Regional II

A população total residente na Regional II é de 363.406 habitantes. A distribuição da população da Secretaria Regional II segundo bairro e sexo descrita na Tabela 8, mostra que os bairros Vicente Pizon, Aldeota e Meireles são os mais populosos, apresentando valores percentuais de 12,5%, 11,7% e 10,2% em relação à população residente nessa Regional, respectivamente. No que tange ao sexo, a maior parcela compreende mulheres (54,7%). Os bairros menos populosos são: De Lourdes (0,9%), Praia de Iracema (0,9%) e Manuel Dias Branco (0,4%).

Tabela 8 - Distribuição da população residente na Regional II por bairro e sexo, 2010

Bairros Secretaria Regional II	Situação do domicílio e sexo					
	Total	%	Masculino	% (*)	Feminino	% (**)
	N		N		N	
Aldeota	42.361	11,7	17.980	10,9	24.381	12,3
Cais do Porto	22.382	6,2	10.867	6,6	11.515	5,8
Centro	28.538	7,9	12.973	7,9	15.565	7,8
Cidade 2000	8.272	2,3	3.576	2,2	4.696	2,4
Coco	20.492	5,6	9.135	5,6	11.357	5,7
De Lourdes	3.370	0,9	1.561	0,9	1.809	0,9
Engº Luciano Cavalcante	15.543	4,3	7.143	4,3	8.400	4,2
Estância (Dionísio Torres)	15.634	4,3	6.624	4,0	9.010	4,5
Guararapes	5.266	1,4	2.359	1,4	2.907	1,5
Joaquim Távora	23.450	6,5	10.107	6,1	13.343	6,7
Manuel Dias Branco	1.447	0,4	679	0,4	768	0,4
Meireles	36.982	10,2	16.171	9,8	20.811	10,5
Mucuripe	13.747	3,8	6.239	3,8	7.508	3,8
Papicu	18.370	5,1	8.584	5,2	9.786	4,9
Praia de Iracema	3.130	0,9	1.437	0,9	1.693	0,9
Praia do Futuro I	6.630	1,8	3.224	2,0	3.406	1,7
Praia do Futuro II	11.957	3,3	5.879	3,6	6.078	3,1
Salinas	4.298	1,2	2.014	1,2	2.284	1,1
São João do Tauape	27.598	7,6	12.498	7,6	15.100	7,6
Varjota	8.421	2,3	3.645	2,2	4.776	2,4
Vicente Pinzon	45.518	12,5	21.766	13,2	23.752	11,9
Total	363.406	100,0	164.461	45,3	198.945	54,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Tabela 4.10.1.1- População Residente. . (*) Percentual em relação ao total população masculina; (**) Percentual em relação ao total da população feminina.

c) Secretaria Regional III

A distribuição da população residente na Secretaria Regional III segundo dados do IBGE na Tabela 9 revelam que os bairros Quintino Cunha, Pici (Parque Universitário) e Bonsucesso são os mais populosos da Regional III, cujos valores percentuais encontram-se distribuídos: 13,1%, 11,8%, 11,4%, respectivamente e a maioria da população da Regional III é composta por mulheres (53,5%). Os três bairros menos populosos são: Parque Araxá (1,9% da população total residente na Regional III), Dom Lustosa e Padre Andrade (ambos com 3,6% da população residente na Regional III).

Tabela 9 - Distribuição da população residente na Regional III por bairro e sexo, 2010

Bairros Secretaria Regional III	Situação do domicílio e sexo					
	Total	%	Masculino	% (*)	Feminino	% (**)
	N		N		N	
Amadeu Furtado	11.703	3,2	5.211	3,1	6.492	3,4
Antônio Bezerra	25.846	7,2	11.902	7,1	13.944	7,2
Autran Nunes	21.208	5,9	10.281	6,1	10.927	5,7
Bela Vista	16.754	4,6	7.767	4,6	8.987	4,7
Bonsucesso	41.198	11,4	19.336	11,5	21.862	11,3
Dom Lustosa	13.147	3,6	6.109	3,6	7.038	3,6
Henrique Jorge	26.994	7,5	12.606	7,5	14.388	7,5
João XXIII	18.398	5,1	8.661	5,2	9.737	5,0
Jóquei Club (São Cristóvão)	19.331	5,4	8.867	5,3	10.464	5,4
Padre Andrade	12.936	3,6	5.912	3,5	7.024	3,6
Parque Araxá	6.715	1,9	2.919	1,7	3.796	2,0
Parquelândia	14.432	4,0	6.283	3,7	8.149	4,2
Pici (Parque Universitário)	42.494	11,8	20.330	12,1	22.164	11,5
Presidente Kennedy	23.004	6,4	10.327	6,2	12.677	6,6
Quintino Cunha	47.277	13,1	22.471	13,4	24.806	12,9
Rodolfo Teófilo	19.114	5,3	8.575	5,1	10.539	5,5
Total	360 551	100,0	167 557	46,5	192 994	53,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Tabela 4.10.1.1- População Residente.. (*) Percentual em relação ao total população masculina; (**) Percentual em relação ao total da população feminina.

d) Secretaria Regional IV

A população residente na Regional IV, descrita na Tabela 10, apresenta o maior percentual de habitantes nos bairros de Serrinha (10,2%), Montese (9,2%), Fátima (8,3%) e Itaperi (8,0%). Os bairros menos populosos são: Gentilândia (1,4%), Couto Fernandes (1,9%), Dendê (2,0%) e Bom Futuro (2,3%). Como observado nas demais Regionais a população feminina é maior que a população masculina: 54,5% e 45,5%, respectivamente.

Tabela 10 - Distribuição da população residente na Regional IV por bairro e sexo, 2010

Secretaria Regional IV	Situação do domicílio e sexo						
	Fortaleza	Total N	% (*)	Homens N	% (**)	Mulheres N	% (**)
Aeroporto (Base Aérea)		8.618	3,1	4.160	3,2	4.458	2,9
Benfica		8.970	3,2	3.828	3,0	5.142	3,4
Bom Futuro		6.405	2,3	2.747	2,1	3.658	2,4
Couto Fernandes		5.260	1,9	2.467	1,9	2.793	1,8
Damas		10.719	3,8	4.697	3,7	6.022	3,9
Demócrito Rocha		10.994	3,9	5.040	3,9	5.954	3,9
Dendê		5.637	2,0	2.815	2,2	2.822	1,8
Fátima		23.309	8,3	10.091	7,9	13.218	8,6
Gentilândia		3.984	1,4	1.704	1,3	2.280	1,5
Itaóca		12.477	4,4	5.602	4,4	6.875	4,5
Itaperi		22.563	8,0	10.487	8,2	12.076	7,9
Jardim América		12.264	4,4	5.455	4,3	6.809	4,4
José Bonifácio		8.848	3,1	3.842	3,0	5.006	3,3
Montese		25.970	9,2	11.524	9,0	14.446	9,4
Pan-Americano		8.815	3,1	4.065	3,2	4.750	3,1
Parangaba		30.947	11,0	14.271	11,1	16.676	10,9
Parreão		11.072	3,9	4.977	3,9	6.095	4,0
Serrinha		28.770	10,2	13.823	10,8	14.947	9,7
Vila Pery		20.645	7,3	9.517	7,4	11.128	7,3
Vila União		15.378	5,5	7.090	5,5	8.288	5,4
Total		281.645	100,0	128.202	45,5	153.443	54,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Tabela 4.10.1.1- População Residente. . (*) Percentual em relação ao total população masculina; (**) Percentual em relação ao total da população feminina.

e) Secretaria Regional V

A Regional V, a mais populosa de Fortaleza com 541.511 habitantes, apresenta um percentual de habitantes do sexo feminino de 52,2% e do sexo masculino de 47,9%. Os bairros mais populosos são: Mondubim (14,0%), Granja Lisboa (9,6%), Canindezinho (7,6%), Genibaú (7,4%), Planalto Ayrton Senna e Granja Portugal (7,3%). Com menor número de habitantes encontram-se os bairros Parque Presidente Vargas (1,3%), Maraponga, Jardim Cearense e Parque São José (1,9%, cada), do total de residentes na Regional V (Tabela 11).

Tabela 11 - Distribuição da população residente na Regional V, por bairro e sexo, 2010

Secretaria Regional V	Situação do domicílio e sexo					
	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
Fortaleza	N	(*)	N	(**)	N	(**)
Bom Jardim	37.758	7,0	18.180	7,0	19.578	6,9
Canindezinho	41.202	7,6	20.127	7,8	21.075	7,5
Conjunto Ceará I	19.221	3,5	8.850	3,4	10.371	3,7
Conjunto Ceará II	23.673	4,4	10.998	4,2	12.675	4,5
Conjunto Esperança	16.405	3,0	7.714	3,0	8.691	3,1
Genibaú	40.336	7,4	19.531	7,5	20.805	7,4
Granja Lisboa	52.042	9,6	25.360	9,8	26.682	9,5
Granja Portugal	39.651	7,3	19.172	7,4	20.479	7,3
Jardim Cearense	10.103	1,9	4.771	1,8	5.332	1,9
Manoel Sátiro	37.952	7,0	17.707	6,8	20.245	7,2
Maraponga	10.155	1,9	4.720	1,8	5.435	1,9
Mondubim (Sede)	76.044	14,0	36.555	14,1	39.489	14,0
Parque Presidente Vargas	7.192	1,3	3.560	1,4	3.632	1,3
Parque Santa Rosa (Apolo XI)	12.790	2,4	6.106	2,4	6.684	2,4
Parque São José	10.486	1,9	5.007	1,9	5.479	1,9
Planalto Ayrton Senna	39.446	7,3	19.277	7,4	20.169	7,1
Prefeito José Walter	33.427	6,2	15.401	5,9	18.026	6,4
Siqueira	33.628	6,2	16.373	6,3	17.255	6,1
Total	541.511	100,0	259.409	47,9	282.102	52,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Tabela 4.10.1.1- População Residente. . (*) Percentual em relação ao total população masculina; (**) Percentual em relação ao total da população feminina.

f) Secretaria Regional VI

A Regional VI de Fortaleza apresenta um universo populacional de 541.160 habitantes, considerada a segunda mais populosa da capital. Conta com 52,4% de população do sexo feminino. Os bairros mais populosos são: Passaré (9,41%), Jangurussu (9,33%), Messejana (7,7%) e Conjunto Palmeiras (6,76%). Os bairros Pedras e Sabiaguaba são os menos populosos com menos de 1% da população total residente na Regional VI: 0,25% e 0,39%, respectivamente.

Tabela 12 – Distribuição da população residente na Regional VI por bairro e sexo, 2010

Bairros Secretaria Regional VI	Situação do domicílio e sexo					
	Total	%	Masculin o	%	Feminino	%
	N		N		N	
Aerolândia	11 360	2,10	5 365	2,08	5 995	2,12
Alto da Balança	12 814	2,37	5 930	2,30	6 884	2,43
Ancuri	20 070	3,71	9 823	3,81	10 247	3,62
Barroso	29 847	5,52	14 359	5,57	15 488	5,46
Cajazeiras	14 478	2,68	6 821	2,65	7 657	2,70
Cambeba	7 625	1,41	3 596	1,40	4 029	1,42
Castelão	5 974	1,10	2 844	1,10	3 130	1,10
Cid. dos Funcionários	18 256	3,37	8 256	3,20	10 000	3,53
Coaçu	7 188	1,33	3 441	1,34	3 747	1,32
Conjunto Palmeiras	36 599	6,76	17 807	6,91	18 792	6,63
Curió	7 636	1,41	3 761	1,46	3 875	1,37
Dias Macedo	12 111	2,24	5 747	2,23	6 364	2,25
Edson Queiroz	22 210	4,10	10 586	4,11	11 624	4,10
Guajeru	6 668	1,23	3 085	1,20	3 583	1,26
Jangurussu	50 479	9,33	24 217	9,40	26 262	9,27
Jardim das Oliveiras	29 571	5,46	14 024	5,44	15 547	5,49
José de Alencar	16 003	2,96	7 652	2,97	8 351	2,95
Lagoa Redonda	27 949	5,16	13 356	5,18	14 593	5,15
Lagoa Sapiroanga (Coité)	32 158	5,94	15 278	5,93	16 880	5,96
Mata Galinha	6 273	1,16	3 025	1,17	3 248	1,15
Messejana (sede)	41 689	7,70	19 277	7,48	22 412	7,91
Parque Dois Irmãos	27 236	5,03	13 072	5,07	14 164	5,00
Parque Iracema	8 409	1,55	3 875	1,50	4 534	1,60
Parque Manibura	7 529	1,39	3 472	1,35	4 057	1,43
Passaré	50 940	9,41	24 541	9,52	26 399	9,31
Paupina	14 665	2,71	7 042	2,73	7 623	2,69
Pedras	1 342	0,25	670	0,26	672	0,24
Sabiaguaba	2 117	0,39	1 043	0,40	1 074	0,38
São Bento	11 964	2,21	5 771	2,24	6 193	2,19
Total	541 160	100,0	257 736	47,6	283 424	52,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Tabela 4.10.1.1- População Residente

A Tabela 13 mostra a distribuição da população na faixa etária de 0 a 14 anos e desagregada nas coortes inerentes às creches (0 a 3 anos), pré-escola (4 e 5 anos), anos iniciais (6 a 10 anos) e anos finais (11 a 14 anos) do ensino fundamental por Secretaria Regional. A importância desta distribuição revela-se pela necessidade de maiores investimentos em áreas ou regiões mais

populosas e cujos indicadores sociais retratam situações de vulnerabilidade.

Tabela 13 – Demonstrativo da população residente em Fortaleza de 0-14 anos, segundo faixa etária e Secretarias Regionais, 2010

Faixa etária	0-14 anos		0-3 anos		4-5 anos		6-10 anos		11-14 anos	
Fortaleza	553.682		134.801		68.620		183.607		166.654	
SER I	84.449	15,3%	20.784	15,4%	10.487	15,3%	27.894	15,2%	25.284	15,2%
SER II	65.802	11,9%	16.487	12,2%	8.185	11,9%	21.466	11,7%	19.664	11,8%
SER III	79.216	14,3%	19.216	14,3%	9.715	14,2%	26.248	14,3%	24.037	14,4%
SER IV	53.209	9,6%	12.866	9,5%	6.679	9,7%	17.481	9,5%	16.183	9,7%
SER V	139.022	25,1%	33.519	24,9%	17.220	25,1%	46.764	25,5%	41.519	24,9%
SER VI	131.984	23,8%	31.929	23,7%	16.334	23,8%	43.754	23,8%	39.967	24,0%

Fonte: Informe IPECE n. 61/2013 – IBGE/Censo Demográfico 2010 (dados do universo)

1.3 Diagnóstico da Primeira Infância de Fortaleza: uma aproximação sobre a Educação, Saúde, Assistência Social e Proteção

As informações que se seguem mostram a intenção em fornecer uma aproximação sobre o panorama da Educação, Saúde, Assistência Social e Proteção relacionado à Infância da cidade de Fortaleza.

Os dados foram coletados de múltiplas fontes através do envio de planilha intitulada: *Plano Municipal pela Primeira Infância: Instrumento de Diagnóstico Situacional da Primeira Infância*, idealizada pelo IFAN e UNICEF, às seguintes Secretarias Municipais: Educação, Saúde, SETRA, Cidadania e Direitos Humanos, Esporte e Lazer, Urbanismo e Meio Ambiente, bem como ao IPECE para inserção dos dados referentes à situação socioeconômica. A plataforma do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), assim como o tabulador da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza (TABNET), de domínio público, foram fontes complementares de informação que compuseram a descrição ora apresentada.

a) Educação

No ano de 2013, a população estudantil de Fortaleza envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino na educação básica (da educação infantil ao ensino médio), alcançou 595.203 alunos matriculados nas quatro dependências administrativas (estadual, federal, municipal

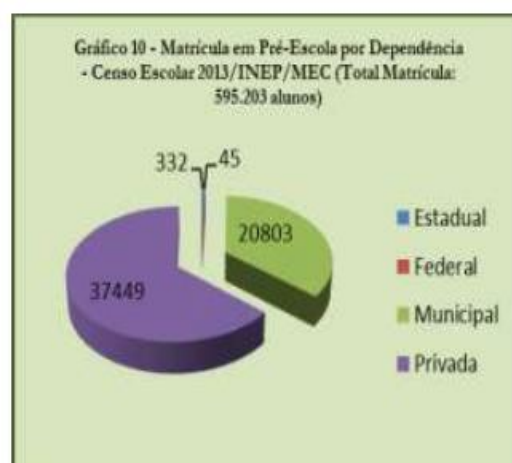
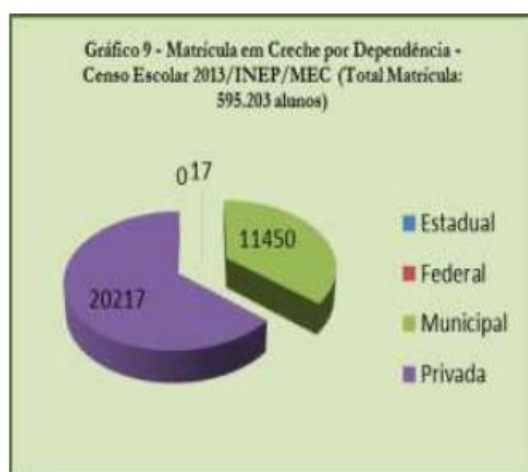
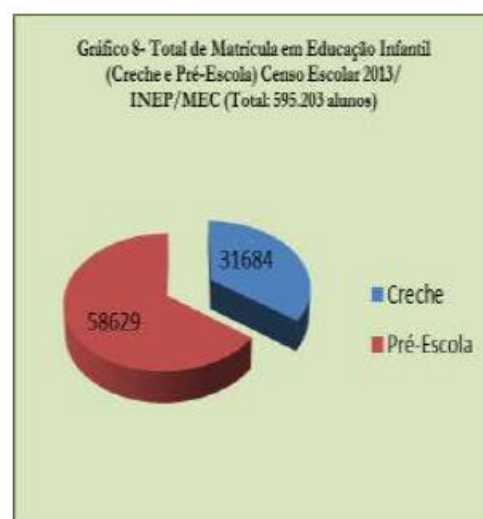
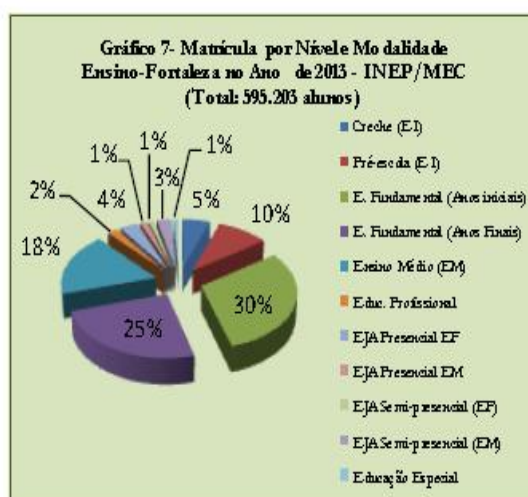
e privada) segundo estatísticas educacionais divulgadas pelo INEP/MEC.

Os Gráficos de 7 a 10 apresentam a distribuição global do número de matrícula em cada nível ou modalidade de ensino, revelando maiores percentuais de matrícula nos anos iniciais do ensino fundamental (30,0%), seguido dos anos finais do ensino fundamental (25,0%), ensino médio (18,0%), pré-escola (10,0%) e creche (5,0%).

Apesar da garantia por Lei, o percentual de matrícula em educação especial é reduzido (1,0%), demandando do poder público o estabelecimento de políticas inclusivas para pessoas com deficiência que se encontram fora da escola (Gráfico 7).

O Gráfico 8 mostra o número absoluto de matrículas em creche (31.684 alunos) e pré-escola (58.629 alunos), perfazendo 33,0% e 67,0%, respectivamente, do universo de matrícula.

Nos Gráficos 9 e 10 observam-se a distribuição de matrícula por dependência administrativa em educação infantil. Os números revelam que a cobertura de matrícula tanto em creche como em pré-escola são sensivelmente maiores na rede privada quando comparada à rede municipal.



A Tabela 14 apresenta aspectos gerais sobre o padrão de funcionamento na rede municipal de ensino para o atendimento de educação infantil, no ano de 2013⁵, tais como: número de centros de educação infantil, de creches, de professores atuando nesse nível de ensino, percentual de conteúdos em consonância com os parâmetros curriculares para educação infantil do MEC, fornecimento de alimentação escolar diária, inserção de alunos com necessidades educacionais especiais, materiais e jogos pedagógicos que abordam as relações étnico-racial, entre outras informações importantes para esse diagnóstico.

Tabela 14- Indicadores de Educação na Rede Municipal de Ensino no Ano de 2013⁶

Indicadores de Educação em relação aos aspectos gerais	2013
N.º de creches na rede municipal	156
N.º de estabelecimentos de educação com salas de creche	164
N.º de matrículas de crianças até 3 anos na modalidade creche	12.069
N.º de centros de educação infantil	107
N.º de escolas com salas de educação infantil	181
N.º de matrículas de crianças de 4 e 5 anos e 11 meses na educação infantil	21.098
N.º de estabelecimentos de educação infantil na rede municipal em conformidade com os parâmetros curriculares de educação infantil estabelecidos pelo MEC	107
N.º de professores na rede municipal em educação infantil	1.400
Percentual de instituições de educação infantil na rede municipal com oferta diária de alimentação escolar	100%
N.º de instituições de educação infantil de atendimento integral para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses na rede municipal	01
N.º de alunos até 5 anos e 11 meses com necessidades educacionais especiais inseridos na educação infantil	130
N.º de alunos até 5 anos e 11 meses inseridos em programas de atendimento especializado para crianças com necessidades educacionais especiais	(...)
N.º de crianças até 6 anos que utilizam transporte escolar	-
Percentual de instituições de educação infantil que têm representação de pais de alunos no conselho escolar	Não tem
Percentual de instituições de educação infantil que contemplam em seus projetos pedagógicos temáticas que desenvolvem atividades de educação ambiental	100%
Percentual de instituições de educação infantil que contemplam em suas propostas pedagógicas, currículos e materiais didáticos referentes à diversidade étnico-racial com vista a promoção da igualdade.	100%
Percentual de instituições de educação infantil que dispõem de brinquedos e jogos expressivos da diversidade étnico-racial	80%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. Censo Escolar INEP/MEC/SME, 2013.

⁵Informações educacionais emitidas pela Coordenadoria de Planejamento e Estatísticas Educacionais da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza. Alguns dados são gerenciais e poderão apresentar alguma divergência quando da publicação oficial pelo INEP/MEC do Censo Escolar de 2013, sendo previsível principalmente no tocante ao número de matrícula nos níveis e modalidades de ensino.

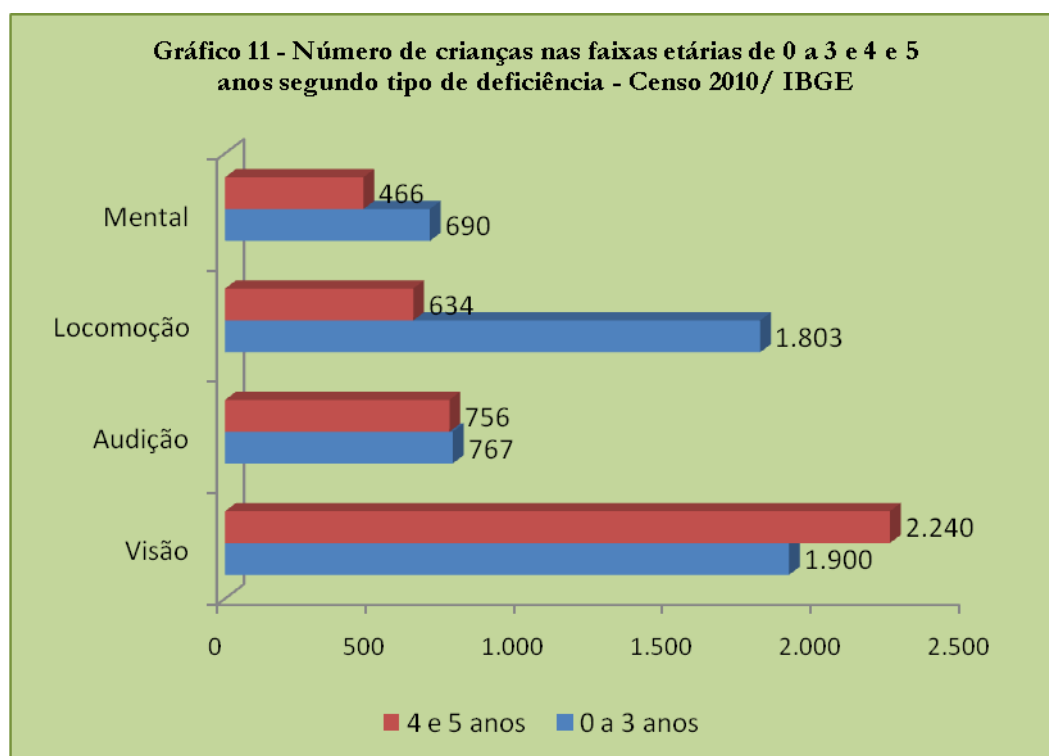
⁶Dados da Secretaria Municipal de Educação (SME) levantados através do Instrumento Diagnóstico, elaborado pelo Instituto da Infância (IFAN) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Tabela 14 (continua) - Indicadores de Educação na Rede Municipal de Ensino no Ano de 2013

Indicadores de Educação em relação aos aspectos gerais	2013
Percentual de instituições de educação infantil com cantinas com alguma restrição de venda de alimentos potencialmente prejudiciais a saúde da criança.	0%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. Censo Escolar INEP/MEC/SME, 2013.

Observa-se nessa análise que o número de alunos com necessidades educacionais especiais (130) apresenta-se inferior à população declarada no Censo Demográfico. No estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégias Econômicas do Ceará (IPECE) e o Gabinete da Primeira-Dama de Fortaleza sobre a Primeira Infância em Fortaleza, com base nos dados do Censo de 2010, apresenta um quadro significativo de pessoas entre 0 a 5 anos com deficiência mental, física (locomoção), auditiva e visual. O Gráfico 11 apresenta esses dados para a faixa etária de 0 a 3 anos (idade para creche) e de 4 a 5 anos (idade para pré-escolar).



A variação de matrícula na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza no período histórico de 2007 a 2013 é apresentada na Tabela 15. Para o ano de 2013, a variação anual em educação infantil foi positiva (5,1%), com cobertura de matrícula em creche acrescida em 9,0%, representando quantitativo de 1.019 alunos.

O decréscimo na cobertura de matrícula em pré-escola está diretamente relacionado à mudança de coorte no ingresso das crianças de seis anos no primeiro ano do ensino fundamental.

A variável a ser considerada nessa tabela diz respeito ao aumento em mais de mil crianças em creches, significando que no ano de 2013 foram abertas aproximadamente 50 novas turmas para crianças de 1 a 3 anos de idade e mais de 1.500 crianças em pré-escolas. Isso significa aproximadamente 80 novas turmas para crianças de 4 e 5 anos.

Tabela 15 - Demonstrativo da variação de matrícula na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, 2007 a 2013

Ano	Educação Infantil			Variação Anual (%)	Ensino Fundamental			Variação Anual (%)	Eja	Evolução Crescimento (%)	Total Geral
	Creche	Pré-escolar	Total		1.º ao 5.º	6.º ao 9.º	Total				
2007	6.592	26.557	33.149	-	129.033	67.150	196.183	-	15.981	-	245.313
2008	10.338	28.315	38.653	16,6	126.050	58.605	184.655	-5,9	19.281	20,6	242.589
2009	10.144	27.304	37.448	-3,1	125.929	56.001	181.930	-1,5	19.600	1,7	238.978
2010	9.921	23.493	33.414	-10,8	118.072	50.007	168.079	-7,6	18.238	-6,9	219.731
2011	10.159	21.264	31.423	-6,0	107.378	47.445	154.823	-7,9	16.729	-8,3	202.975
2012	10.593	20.517	31.110	-1,0	97.918	45.113	143.031	-7,6	16.999	1,6	191.140
2013*	11.612	21.098	32.710	5,1	92.491	45.472	137.963	-3,5	15.291	-10,0	185.964

Fonte: SME/ COPLAN/ Variação Anual - Oscilação percentual de matrículas ano a ano, no período de 2007 a 2013.

Na Tabela 16 observa-se o número de crianças com idade completa (na faixa etária de 1 a 6 anos) matriculadas em creches, centros de educação infantil e escolas com alunos de 1º ano do ensino fundamental. O município de Fortaleza vem progressivamente articulando com a União e o Estado, dentro do Regime de Colaboração prescrito na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para cumprir com sua competência legal de ampliar a cobertura de matrícula em creche e universalizar a matrícula em pré-escola.

Tabela 16 - Matrícula de alunos de 1 a 6 anos na Rede Municipal de Ensino, 2013

Distrito de Educação	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	Total
I	54	427	730	1.017	1.565	1.810	5.603
II	30	307	819	1.244	1.798	2.136	6.334
III	97	438	657	869	1.323	1.490	4.874
IV	81	656	1.074	1.300	1.657	1.888	6.656
V	46	494	1.068	1.509	2.298	2.611	8.026
VI	83	503	858	1.319	2.037	2.427	7.227
Total Geral	391	2.825	5.206	7.258	10.678	12.362	38.720

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. Censo Escolar INEP/MEC/SME (novembro de 2013)

Observa-se na Tabela 16 que o número de crianças matriculadas em educação infantil (1 a 5 anos) na Regional V (5.415 matrículas) é superior aos descritos nas demais Regionais que

possivelmente relacione-se à oferta do serviço de educação infantil nos bairros das Regionais mais vulneráveis e populosas de Fortaleza.

Um dos indicadores educacionais de maior visibilidade ao cumprimento legal do direito da criança à educação trata-se da análise da taxa de escolarização líquida e bruta em cada nível ou modalidade de ensino. A taxa de escolarização bruta representa o quantitativo de alunos matriculados em um determinado nível ou modalidade de ensino. O cálculo é feito em relação à população na coorte exata para cada série/ano de ensino. A escolarização líquida é medida em relação ao número de alunos matriculados na série/ano na idade correta para aquele nível.

A Tabela 17 apresenta as taxas de escolarização líquida em educação infantil em todas as redes de ensino em Fortaleza, no período de 2007 a 2012. Observa-se, em termos de cobertura de matrícula, que a taxa de escolarização bruta do segmento creche passou de 10,5% em 2007 para 22,5% em 2012. A taxa de escolarização líquida aumentou no ano de 2009, passando de 7,3% para 15,3%, respectivamente, tendo decrescido nos dois anos subsequentes, 2010 (11,6 %) e 2011 (11,8%) e aumentando em 1,8% na matrícula de 2012, passando de 11,8% para 13,6%. Apesar da não obrigatoriedade da matrícula nessa faixa etária, o município é responsável legal pela oferta de vagas em creches para as famílias que necessitam deste serviço na rede pública municipal. Contudo não existe a obrigação legal de universalizar a oferta para a população de 0 a 3 anos, sendo o município em 2012, responsável por uma taxa de escolarização líquida de 4,8%.

Para a população de 4 e 5 anos, até 2016, todo município brasileiro deverá universalizar a matrícula em pré-escola, de acordo com o Plano Nacional de Educação Nacional. A Secretaria Municipal de Educação em seu Plano Municipal prevê o cumprimento desta obrigação legal até 2016. A taxa de escolarização bruta em 2012 foi de 85,5%, mas a taxa de escolarização líquida é de apenas 57,9%, significando a necessidade de atenção da gestão municipal para o cumprimento da determinação legal prescrita no Plano Nacional de Educação. Desse percentual a rede municipal é responsável por 18,3% da taxa de escolarização líquida.

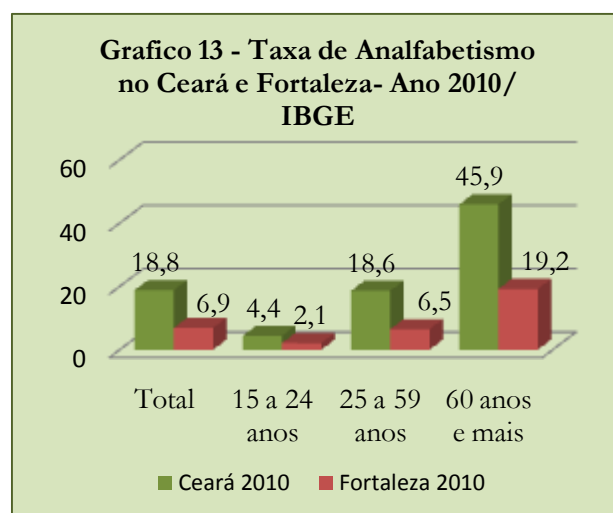
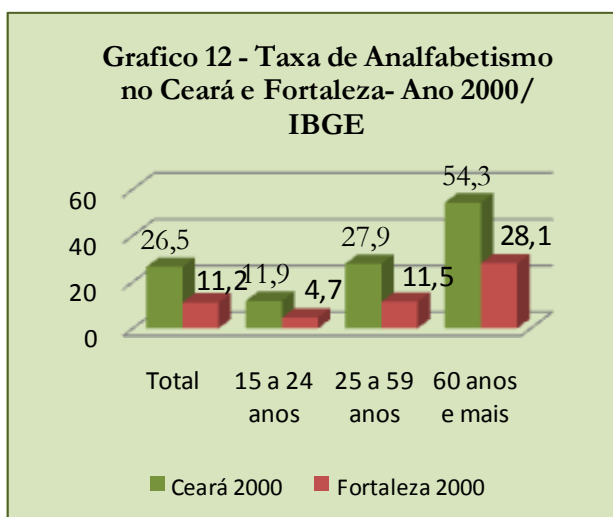
Tabela 17 – Taxa de Escolarização Líquida e Bruta, no período de 2007 a 2012, segundo a População de 0 a 5 anos (Educação Infantil) - Censo Escolar.

Ano	População 0 a 3 anos	Taxa Escolarização		População de 4 a 5 anos	Taxa Escolarização	
		Líquida	Bruta		Líquida	Bruta
2007	186.298	7,3	10,5	98.403	41,9	58,1
2008	154.781	13,2	9,2	61.347	52,7	73,7
2009	151.753	15,3	10,9	44.804	55,1	77,1
2010	134.801	11,6	18,0	68.620	61,7	87,6
2011	136143	11,8	18,5	69303	58,4	85,7
2012	137440	13,6	22,1	69964	57,9	85,5

Fonte: INEP/Censo Escolar 2012/SEDUC/SME

A taxa de analfabetismo da população com 15 anos e mais por faixa etária é considerada também um indicador de educação que reflete diretamente as condições de cidadania de adolescentes. O Gráfico 11 apresenta a taxa de analfabetismo para o Ceará e Fortaleza no ano de 2000 e o Gráfico 12 revelam as taxas para o ano de 2010. Entre os anos de 2000 a 2010, observa-se declínio significativo na faixa etária de 15 a 24 anos.

Uma política intersetorial de alfabetização de adultos com profissionalização vinculada ao Programa Bolsa Família (Assistência Social), à Educação de Jovens e Adultos (EJA), articulando ações do Projovem e da expansão de matrícula de jovens e adultos na rede pública de ensino, poderá fortalecer programas de saúde da família, de vínculos familiares como o *Programa Cresça com Seu Filho*, redução dos indicadores de drogadição, gravidez na adolescência, dentre outros.



b) Saúde

Indicadores em linhas gerais são medidas que retratam informações sobre determinados atributos e dimensões do estado de saúde, bem como do desempenho do sistema de saúde. Segundo a Organização Mundial da Saúde objetivam avaliar a higidez de agregados humanos, bem como fornecer subsídios aos planejamentos de saúde, permitindo o acompanhamento das flutuações e tendências históricas do padrão sanitário de diferentes coletividades. Portanto, são instrumentos de mensuração direcionando o gerenciamento, avaliação e planejamento das ações em saúde, através do estabelecimento de metas e ações prioritárias que garantam a melhoria contínua e gradativa de uma determinada situação.

Em relação ao ano de 2012, segue abaixo Tabela 18, indicativa de alguns indicadores ou marcadores relevantes para a Infância e Adolescência da capital cearense, capazes de evidenciar fragilidades ou nós críticos para enfrentamento no campo da saúde:

Tabela 18 – Indicadores da saúde da Infância e Adolescência, Fortaleza-CE, 2012	
Indicadores de Saúde	2012
Percentual de gestantes com início do pré-natal no primeiro trimestre da gravidez	29%
Percentual de gestantes com sete ou mais consultas pré-natal	40%
Percentual de gestantes que realizaram o teste anti- HIV e obtiveram o resultado antes do parto	47%
Percentual de gestantes vacinadas contra o tétano neonatal	25%
Percentual de gestantes com idade entre 10 e 19 anos	18%
Percentual de partos naturais do total de partos registrados no município	29%
Número de atendimentos de puericultura registrados em 2011	75.170
Número de partos domiciliares registrados	0
Percentual de ocorrência de partos domiciliares articulado com os cuidados da equipe da Estratégia Saúde da Família	0%
Número de unidades de saúde com oferta de serviço obstétrico no município (rede privada)	183
Número de unidades de saúde com oferta de serviço obstétrico no município (rede pública)	159
Número de óbitos maternos	32
Percentual de óbitos maternos entre adolescentes de 15 a 19 anos	19%
Percentual de óbitos maternos em gestantes com cor da pele parda	50%
Percentual de óbitos maternos em gestantes com cor da pele negra	9,4%
Percentual de óbitos neonatais do total de nascidos vivos (NV)	1,10%
Taxa de mortalidade infantil	11,2/1.000 NV
Percentual de crianças até quatro meses com aleitamento materno exclusivo	68,9%
Percentual de crianças menores de um ano com vacina tetravalente	90,47%
Percentual de crianças menores de 1 ano com vacina Hepatite B	90,01%
Percentual dos nascidos vivos que realizaram a triagem neonatal (Teste do Pezinho)	81,7%
Percentual de crianças menores de 2 anos desnutridas	1,2%
Percentual de crianças até 6 anos com obesidade infantil	12%
Percentual de crianças até 6 anos com HIV/AIDS	0,1%
Percentual de crianças até 6 anos com deficiência auditiva	1,7%
Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza, TABNET SMS/Fortaleza, DATASUS/Ministério da Saúde	

Tabela 18 (continua) – Indicadores da saúde da Infância e Adolescência, Fortaleza-CE, 2012

Indicadores de Saúde	2012
Percentual de crianças até 6 anos com deficiência visual	4,7%
Percentual de crianças até 6 anos com deficiência motora	2,2%
Percentual de crianças até 6 anos com deficiência mental	1,2%
Percentual de óbitos de crianças menores de um ano por acidentes	0,38%
Percentual de óbitos de crianças de um a quatro anos por acidentes	1,35%
Percentual de óbitos por acidentes de transporte com crianças de até 04 anos	1,59%
Percentual de óbitos de crianças até seis anos	3,38%
Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza, TABNET SMS/Fortaleza, DATASUS/Ministério da Saúde	

A Tabela 19 abaixo mostra o coeficiente de mortalidade infantil e seus componentes: coeficiente de mortalidade neonatal, mortalidade neonatal precoce e mortalidade neonatal tardia da cidade de Fortaleza em uma série histórica compreendida entre os anos de 1994 a 2013 de acordo com duas fontes de dados – DATASUS e TABNET da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza.

A Tabela 20 revela outros indicadores relacionados à Infância de Fortaleza, sob uma perspectiva histórica e sob a ótica de duas mesmas fontes oficiais de dados mencionadas acima. Descreve-se o coeficiente de mortalidade perinatal, coeficiente de mortalidade na infância, proporção de mortes evitáveis, percentual de mães adolescentes e o coeficiente de mortalidade materna.

O cenário descrito sugere a adoção de ações voltadas ao incremento da atenção à saúde da criança desde o acompanhamento à gestação, ao pré-natal, ao parto e puerpério. A cobertura pré-natal e acompanhamento da criança em consultas de puericultura necessitam ser ampliadas e faz-se necessário o fortalecimento da assistência ao parto e ao recém-nascido.

Tabela 19 – Série histórica dos indicadores relacionados à Saúde da Criança e Adolescente

Período Fonte	Indicadores da Saúde da Criança e Adolescente									
	Coeficiente de Mortalidade Infantil		Coeficiente de Mortalidade Neonatal		Coeficiente de Mortalidade Neonatal Precoce		Coeficiente de Mortalidade Neonatal Tardia		Coeficiente de Mortalidade Pós Neonatal	
	DATASUS ¹	SMS ²	DATASUS ¹	SMS ²	DATASUS ¹	SMS ²	DATASUS ¹	SMS ²	DATASUS ¹	SMS ²
1994	62,37	-	20,61	-	14,26	-	6,35	-	39,17	-
1995	53,59	-	26,39	-	20,92	-	5,47	-	27,20	-
1996	48,68	-	28,49	-	21,34	-	7,14	-	20,08	-
1997	36,57	-	20,51	-	14,73	-	5,78	-	15,51	-
1998	31,15	-	17,07	-	12,04	-	5,03	-	13,39	-
1999	27,41	66,31	17,00	41,13	12,73	30,80	4,27	10,33	10,41	25,18
2000	23,27	24,91	16,03	17,81	12,63	14,29	3,40	3,52	6,80	7,09
2001	16,88	17,00	11,23	11,34	8,45	8,46	2,78	2,88	5,65	5,66
2002	24,76	21,21	17,81	14,70	12,04	9,92	5,78	4,54	6,82	6,51
2003	23,06	19,20	13,69	13,32	10,10	9,92	3,59	3,40	7,78	5,88
2004	20,96	21,23	14,23	14,41	10,35	10,48	3,88	3,94	6,71	6,82
2005	20,61	17,26	13,57	11,53	10,67	8,89	2,90	2,64	7,04	5,73
2006	17,42	17,33	11,36	11,40	8,87	8,91	2,48	2,49	6,04	5,94
2007	15,64	15,17	10,63	10,34	7,92	7,70	2,70	2,64	5,01	4,83
2008	14,79	15,04	9,95	10,15	7,91	8,06	2,04	2,09	4,82	4,89
2009	15,65	15,99	11,05	11,26	9,16	9,35	1,89	1,91	4,60	4,73
2010	11,92	12,08	8,11	8,25	6,69	6,82	1,41	1,42	3,81	3,84
2011	12,80	12,89	8,77	8,83	7,12	7,16	1,65	1,67	4,03	4,06
2012	-	11,21	-	7,92	-	6,49	-	1,43	-	3,29
2013	-	10,96	-	7,29	-	6,40	-	0,89	-	3,67

Fonte: ¹Departamento de Informática do SUS (DATASUS)/MS/SVS/DASIS. ²TABNET/Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza/SIM-SINASC

Tabela 20 – Série histórica dos indicadores relacionados à Saúde da Criança e Adolescente

Período Fonte	Indicadores da Saúde da Criança e Adolescente									
	Coeficiente de Mortalidade Perinatal		Coeficiente de Mortalidade na Infância		Proporção de mortes evitáveis		Percentual de crianças de mães adolescentes		Coeficiente de Mortalidade Materna	
	DATASUS ¹	SMS ²	DATASUS ¹	SMS ²	DATASUS ¹	SMS ²	DATASUS ¹	SMS ²	DATASUS ¹	SMS ²
1994	28,21	-	74,22	-	-	-	18,52	-	-	-
1995	32,06	-	63,27	-	-	-	18,66	-	-	-
1996	35,62	-	55,95	-	76,43	-	20,10	-	102,49	-
1997	28,14	-	42,62	-	73,36	-	21,34	-	95,86	-
1998	23,49	-	36,96	-	71,15	-	21,72	-	73,57	-
1999	19,95	47,71	33,68	81,48	69,53	-	21,21	22,17	37,36	-
2000	19,98	22,08	26,90	28,61	62,60	-	21,59	21,62	53,71	-
2001	19,02	20,24	19,68	19,80	62,24	-	21,08	21,31	47,89	-
2002	21,10	19,80	28,88	24,41	62,30	-	20,57	20,86	50,89	-
2003	23,61	22,76	27,53	23,77	63,32	-	20,28	20,43	55,07	-
2004	22,36	22,73	23,69	24,01	55,67	-	19,75	19,97	71,26	-
2005	23,15	20,83	23,57	19,87	55,98	-	19,77	19,92	64,26	-
2006	19,54	19,39	20,57	20,43	57,38	-	19,63	19,73	37,27	-
2007	20,77	20,39	18,18	17,71	50,84	-	18,77	19,02	29,15	-
2008	19,04	19,17	16,93	17,24	58,72	-	18,27	18,32	41,24	-
2009	21,54	21,48	17,53	17,87	59,03	-	18,08	18,11	37,19	-
2010	18,44	18,65	14,23	14,47	59,42	-	17,34	17,36	54,41	-
2011	18,91	19,12	15,09	15,21	49,03	-	17,50	17,52	47,99	-
2012	-	17,30	-	13,20	-	-	-	17,93	-	-
2013	-	16,06	-	12,90	-	-	-	18,80	-	-

Fonte: ¹Departamento de Informática do SUS (DATASUS)/MS/SVS/DASIS. ²TABNET/Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza/SIM-SINASC (-: indisponível)

c) Assistência Social e Proteção

Os indicadores referentes à Assistência Social e Proteção revelam as iniquidades sociais e econômicas na Infância de Fortaleza. Em casos de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes, a notificação deve ser obrigatória e dirigida aos Conselhos Tutelares e/ou autoridades competentes (Juizado da Infância e Juventude e/ou Ministério Público da localidade), de acordo com o *art. 13 da Lei no 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente*.

Sobre a violação aos direitos fundamentais da criança à liberdade, respeito e dignidade a Tabela 6 abaixo revela o número de violências cometidas segundo o sexo entre crianças da cidade de Fortaleza. Foram 288 casos notificados entre crianças do sexo masculino e 300 ocorrências entre crianças do sexo feminino (Tabela 21). A principal violação cometida contra crianças é a violência física, destacando-se a violência sexual cometida principalmente entre crianças do sexo feminino.

Reconhece-se a dificuldade para identificação e diagnóstico de casos de violência, fazendo-se necessário a adoção de estratégias, como a escuta sensível, registro de anamnese e atenção redobrada para sinais e sintomas sem causa específica.

Tabela 21: Demonstrativo das violações ao direito à liberdade, respeito e dignidade cometidas contra crianças de 0 a 6 anos residentes em Fortaleza, 2012

Violações	Sexo	
	Masculino	Feminino
Violência física	200	174
Violência psicológica	14	14
Violência sexual	17	63
Mendicância (atos atentatórios ao exercício de cidadania)	38	38
Aliciamento para atividades ilícitas/ impróprias Práticas institucionais irregulares	18	09
Aprisionamento (Cárcere Privado)	01	02
Discriminação	-	-
Total	288	300

Fonte: SETRA/Prefeitura Municipal de Fortaleza

Em relação à violação ao direito fundamental de profissionalização e proteção ao trabalho a SETRA notificou em 2012, 34 ocorrências de trabalho infantil, sendo 20 (58,8%) entre crianças de 0 a 6 anos do sexo masculino e 14 (41,2%) no sexo feminino.

Tabela 22: Demonstrativo das violações ao direito à convivência familiar e comunitária cometidas contra crianças de 0 a 6 anos residentes em Fortaleza, 2012		
Violações	Sexo	
	Masculino	Feminino
Abandono (ausência de convívio familiar)	87	72
Negligência	208	193
Não pagamento de pensão (ausência de condições materiais)	-	-
Indefinição de paternidade	-	-
Inadequação de convívio familiar	-	-
Atos atentatórios ao exercício da cidadania (ausência ou impedimento de acesso a meios de transporte, impedimento de acesso à escola; não comunicação ao Conselho Tutelar de situação de maus-tratos)	-	-
Total	295	265

A Tabela 22 acima, mostra as violações cometidas contra crianças de 0 a 6 anos de idade que negligenciam o direito à convivência familiar e comunitária, umas das ações finalísticas norteadoras do Plano Nacional pela Primeira Infância. O número registrado de ocorrências de abandono e negligência evidencia a fragilidade dos vínculos familiares, necessitando a implantação sistemática de ações voltadas ao seu fortalecimento.

A Prefeitura de Fortaleza, por idealização e articulação do Gabinete da Primeira-Dama implantou em 2013, em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde, Cidadania e Direitos Humanos e de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o *Programa Cresça com Seu Filho*, direcionado ao estreitamento dos vínculos familiares.

No que tange à Assistência Social, de acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social, Lei nº 8.742/1993, alterada pela Lei nº 12.435/2011, essa tem como objetivos “ I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos (...); II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; III - e a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais (Loas, Art. 2º). As ações estão estruturadas sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas) e organizadas por dois tipos de proteção, quais sejam: básica e especial.

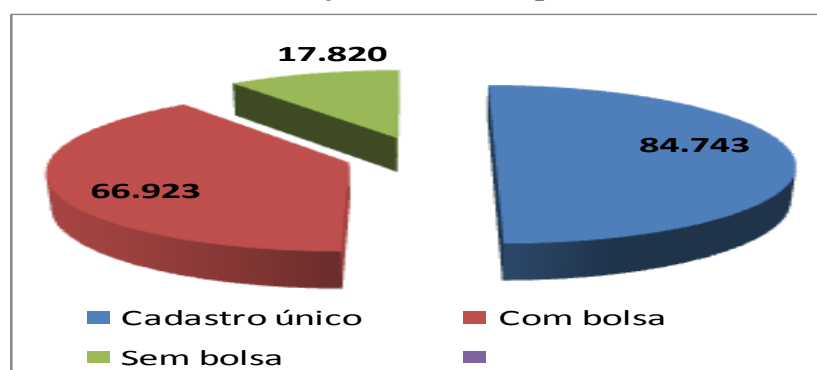
A proteção social básica consiste em um “conjunto de serviços, programas, projetos e

benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”; a proteção social especial, em um “conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.” (Loas, Art. 6 – A, Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011).

Nesse sentido, a Política de Assistência Social deverá contribuir para o fortalecimento da capacidade protetiva das famílias, por meio de seus benefícios, programas, serviços e projetos, visando ainda, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, difusão dos direitos das crianças e adolescentes e pelo controle dos indicadores de pobreza que afetam direta ou indiretamente as crianças nos territórios de maior vulnerabilidade.

Na cidade de Fortaleza, segundo apresentação durante o Fórum Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza do Secretário Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, das 84.743 crianças que possuem cadastro único no CadÚnico, 78,9% recebem benefício do Programa Bolsa Família, no entanto, 17.820 crianças ainda vivem sem ajuda deste benefício social perfazendo 21% daqueles cadastrados.

Gráfico 13- Número de crianças de 0-6 anos residentes em Fortaleza em situação de extrema pobreza



Fonte: SETRA/Prefeitura Municipal de Fortaleza

A situação da extrema pobreza de crianças de 0-6 anos de idade que ainda permanecem sem benefício do Programa Bolsa Família, de acordo com as Secretarias Regionais é revelada na Tabela 23. Observa-se que as Regionais V e VI são as com maior número de crianças em situação de vulnerabilidade.

Tabela 23: Demonstrativo do número de crianças de 0 a 6 anos em situação de extrema pobreza sem benefício do Programa Bolsa Família em Fortaleza, 2013

Secretaria Regional	Número de crianças
Regional I	2.201
Regional II	1.331
Regional III	2.454
Regional IV	816
Regional V	4.696
Regional VI	3.862
Endereço ignorado	2.460

Fonte: SETRA/Prefeitura Municipal de Fortaleza

A distribuição dos dados fornecidos pela SETRA que constavam no GSUAS referente ao mês de setembro de 2013 mostram que as duas Secretarias Regionais mais populosas, possuem o maior número de crianças entre 0 e 5 anos de idade inscritas no CadÚnico e portanto, em situação de vulnerabilidade social. A Tabela 24 também mostra em valores absolutos e percentuais, a quantidade de crianças nessa mesma faixa etária que recebem benefício do Programa de Inclusão Social - Bolsa Família.

Tabela 24: Distribuição do número de crianças de 0-5 anos segundo Secretaria Regional e inscrição no CadÚnico e que recebem Bolsa Família. Fortaleza, 2013

Regional	Crianças 0 a 5 anos			
	Inscritos	Pessoa com deficiência	Bolsa Família	
			n.º	%
SER I	14.344	105	9.785	68%
SER II	8.661	31	6.150	71%
SER III	14.111	167	9.852	70%
SER IV	6.981	59	4.619	66%
SER V	26.879	203	19.869	74%
SER VI	23.558	159	17.472	74%

Fonte: SETRA/GSUAS/Prefeitura Municipal de Fortaleza

2 MARCO LEGAL PARA O PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE FORTALEZA

O marco legal para traçar toda trajetória do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza (PMPIF) tomou como alicerce o documento base do Plano Nacional pela Primeira Infância e seus documentos legais:

“ neste Plano estão traçadas as diretrizes gerais e os objetivos e metas que o País deverá realizar em cada um dos direitos da criança afirmados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pelas leis que se aplicam aos diferentes setores, como educação, saúde, assistência, cultura, convivência familiar e comunitária e outros que dizem respeito. Ele deve ser entendido como expressão da vontade nacional de cumprir os compromissos internacionais assumidos pelo País em documentos como a Convenção dos Direitos da Criança, o Plano de Educação de Dacar 2000/2015, os Objetivos do Milênio, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, documentos dos quais o Brasil é signatário e com os quais está comprometido. Ele se articula, também, com outros Planos e compromissos nacionais: Plano Nacional de Educação, Plano Nacional de Saúde, Plano Nacional de Assistência Social, Plano Nacional de Cultura, Plano Nacional de Combate à Violência contra Criança, Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar etc e se atualizará e complementarará com outros planos que venham a ser elaborados” (In: PNPI página 12).

3 CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE FORTALEZA

3.1 Princípios e diretrizes do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza (PMPIF)

Todo gestor público deve iniciar sua administração com o olhar, com o foco na criança e, acima de tudo, na pessoa dessa criança enquanto sujeito de direito. Criança tem nome, tem sobrenome, tem sonhos, tem realidades socialmente diferentes, mas têm, acima de tudo, uma história, vínculos sociais e afetivos e uma trajetória de vida a ser construída juntamente com sua família e/ou seus cuidadores. As políticas públicas melhoram a vida das crianças, mas não se deve esquecer que a melhoria nos índices de saúde, educação, assistência social não necessariamente atinge a maioria das crianças de nossa cidade. Foi com essa premissa que o Gabinete da Primeira-Dama de Fortaleza, em parceria com o COMDICA, buscou nos *princípios* e nas *diretrizes* do Plano Nacional pela Primeira Infância alicerçar todo processo de mobilização e realização dos Fóruns Regional e Municipal em busca de subsidiar a construção do Plano Municipal pela Primeira

Infância de Fortaleza.

Assim, todo processo consultivo foi norteado pelos seguintes *princípios*:

- Criança sujeito, indivíduo único, com valor em si mesmo (desde sua gênese e ao longo de sua vida);
- A diversidade étnica, cultural e de gênero (múltiplas formas de ser criança);
- A integralidade da criança (visão holística, integral e integrada);
- A inclusão social (igualdade e especificidade de direitos na diversidade de gênero, sujeitos de pleno direitos) ;
- A integração das visões científica e humanista (ciências, valores humanos, aspirações e senso de responsabilidade);
- A articulação das ações (racionalização de recursos, aumenta eficiência e eficácia dos esforços governamentais);
- A sinergia das ações (encontrar estratégias de complementaridades dos serviços no cuidar, educar, promover os direitos da criança);
- A prioridade absoluta dos direitos da criança (efetividade do Art 227 da Constituição Federal, regulamentado pelo art. 4º do ECA em Regime de Colaboração nas três esferas governamentais);
- A prioridade da atenção, dos recursos, dos programas e das ações para as crianças socialmente mais vulneráveis (maior necessidade das famílias e da criança em situações de risco individual e social que necessitam de proteção especial);
- Dever da família, da sociedade e do Estado (a família é a instituição primordial no cuidar e educar da criança, mas o Estado e a sociedade têm deveres constitucionais com essa função).

No tocante às diretrizes, o PMPIF contemplará *diretrizes políticas e técnicas* definidas em todo período de planejamento e execução dos Fóruns que serão implementadas no período de construção e vigência do mesmo. Nas diretrizes políticas deverão ser contemplados:

a) aporte financeiro na Lei de Diretrizes Orçamentária(LDO), no Plano Plurianual (PPA) e no Orçamento para assegurar o cuidar, educar, promover a proteção e o direito à assistência social para crianças dentro da determinação constitucional criança sujeito de direito;

b) articulação do Governo Municipal com o COMDICA e demais Conselhos de Controle Social, Poder Judiciário, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública;

c) análise e debate do Documento Síntese de caráter consultivo por órgãos da sociedade civil organizada e governamentais para o encaminhamento de proposta de Projeto de Lei em

articulação com o Poder Legislativo.

Nas diretrizes técnicas o Plano deverá:

- a) ter uma integralidade com todos os direitos da criança no contexto familiar e de seu entorno;
- b) ações intersetoriais onde o *cuidar, educar e promover os direitos* da criança seja o foco de todos os programas institucionais;
- c) valorização dos processos que geram atitudes de defesa, de proteção e promoção da criança;
- d) valorização e qualificação dos profissionais que atuam diretamente com crianças de 0 a 6 anos;
- e) foco nos resultados com divulgação dos avanços que vão sendo alcançados e; f) escolha de alguns objetivos e metas para acompanhar e avaliar o Plano (como por exemplo, os indicadores de eficiência do *Programa Cresça com Seu Filho*)⁷.

3.2 Metodologia do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza (PMPIF)

O processo de construção do Documento Síntese para subsidiar a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza, seguiu estratégias bem simples após a decisão da Primeira-Dama *Carolina Cunha Bezerra*, juntamente com a Profa. Dra. *Márcia Maria Tavares Machado*, Pró-Reitora de Extensão da Universidade Federal do Ceará e a Consultora do UNICEF *Lúcia Macêdo Sales* em realizar como trabalho final do curso realizado sobre Desenvolvimento Infantil na Universidade de *Harvard*.

Os principais passos para que o processo fosse desencadeado foram os seguintes:

- 1- Mapeamento das organizações governamentais e não governamentais que atuavam com crianças e adolescentes;
- 2- Articulação com representantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente;
- 3- Articulação com o COMDICA para a mobilização e realização dos fóruns regionais e do fórum municipal e consulta popular para a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância;
- 4- Articulação com os Conselhos Tutelares;

⁷ In: PNPI – Princípios e Diretrizes (página 26)

- 5- Parceria com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) para elaboração do diagnóstico da Primeira Infância de Fortaleza;
- 6- Articulação e Oficina com a Secretaria Executiva da Rede do Estado do Ceará pela Primeira Infância / Instituto da Infância(IFAN) sobre o Guia para a Elaboração de Planos Municipais pela Primeira Infância ;
- 7- Articulação e parceria com o Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF);
- 8- Articulação com a Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal do Ceará;
- 9- Articulação com o Instituto da Primeira Infância do Ceará (IPREDE);
- 10- Articulação com os Ministérios da Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Secretaria de Direitos Humanos;
- 11- Criação da Coordenação e do Grupo Técnico de Trabalho e Articuladores nas Secretarias Temáticas, Regionais e Coordenadorias para a operacionalização dos fóruns regionais e municipal pela Primeira Infância;
- 12- Elaboração do Plano de Trabalho, das rotinas, procedimentos e levantamento de aporte financeiro para a operacionalização dos fóruns regionais e municipal;
- 13- Oficina e reuniões de preparação dos articuladores e mobilizadores setoriais e regionais para a operacionalização dos fóruns regionais e municipal pela Primeira Infância;
- 14- Mobilização dos diversos segmentos sociais pelas equipes de articuladores da Secretaria Regionais em parceria com o Gabinete da Primeira-Dama, Secretaria da Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA), Coordenadoria da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania;
- 15- Criação do Comitê Municipal de Implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância.

3.3 Eixos Norteadores: 13 Ações Finalísticas

Alicerçado nos pilares *Cuidar – Educar – Promover Assistência Social – Defender os Direitos à Cidadania* das crianças pequenas de Fortaleza, o grupo técnico de trabalho baseou-se nas *13 Ações Finalísticas do Plano Nacional pela Primeira Infância* para subsidiar todo o processo de mobilização e sensibilização dos diversos segmentos sociais e governamentais culminando num amplo debate nos Fóruns Regionais e Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza.

Com uma apresentação da situação diagnóstica tanto global como desagregada por Regional

(uma aproximação dos resultados obtidos através do Instrumento Diagnóstico elaborado pelo IFAN/UNICEF e do Estudo do IPECE sobre a Infância em Fortaleza) as ações finalísticas foram sendo debatidas por cada grupo de especialistas e representantes de cada segmento social convidado para participar da consulta pública, emanando dessas discussões as propostas de ações a serem contempladas no Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza.

4 PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE FORTALEZA

4.1 Fóruns Regionais pela Primeira Infância de Fortaleza: metodologia e proposituras

Os Fóruns Regionais pela Primeira Infância da cidade de Fortaleza ocorreram entre os meses de outubro e novembro de 2013 e reuniram cerca de 1.200 participantes das sete Secretarias Regionais de Fortaleza.

Os Fóruns Regionais configuraram-se como espaços amplos de discussões e proposituras de ações para a Primeira Infância, assegurando-se a participação popular, representada por entidades/organizações não governamentais, somando-se aos segmentos governamentais.

O Quadro 1 abaixo mostra as características dos Fóruns segundo a Secretaria Regional, revelando o número de participantes, o local e data dos eventos. Ressalta-se que a Regional do Centro foi agraciada junto ao Fórum da Secretaria Regional II. A mobilização da sociedade civil, de organizações e instituições que trabalham com crianças e adolescentes de Fortaleza, de associação de pais de alunos, dos Postos de Saúde, dos serviços de referência da saúde e assistência social, representantes dos Conselhos de Saúde, Conselhos Tutelares foi realizada pelo Gabinete da Primeira-Dama, pelo COMDICA, pelas Secretarias Regionais e pelas Secretarias Temáticas.

Quadro 1: Demonstrativo dos Fóruns Regionais pela Primeira Infância de Fortaleza

Fórum Regional	Data realização	Local	N.º participantes
I	03/10/2013	Escola Aldemir Martins	244
II/Sercefor	01/10/2013	EEEP Jaime Alencar de Oliveira	120
III	02/10/2013	Auditório da Secretaria Regional III	201
IV	25/09/2013	Auditório Central da Universidade Estadual do Ceará	181
V	26/09/2013	Faculdade Grande Fortaleza	150
VI	26/09/2013	Igreja dos Mórmons em Messejana	252

A metodologia utilizada nos Fóruns Regionais baseou-se nas premissas do Plano Nacional pela Primeira Infância delineado pela Rede Nacional Primeira Infância, que se trata de uma articulação nacional de organizações de sociedade civil, do governo, do setor privado, de outras redes e de organizações multilaterais que atuam na promoção da primeira infância como item prioritário na defesa dos direitos da criança e do adolescente. A Rede Nacional Primeira Infância foi constituída em maio de 2006 e contava no início de 2010, com 70 organizações membro.

O Plano Nacional pela Primeira Infância apresenta um conjunto amplo e articulado de ações de promoção dos direitos da criança até seis anos de idade até o ano de 2022. O Plano atende aos preceitos e dispositivos constitucionais e do Estatuto da Criança e do Adolescente, englobando ações relacionadas aos setores da educação, saúde, assistência social, cultura, convivência familiar e comunitária, dentre outros.

Os Fóruns Regionais pela Primeira Infância de Fortaleza foram conduzidos pelo Gabinete da Primeira-Dama, pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza (COMDICA) e pelas sete Secretarias Regionais. A Coordenação do Plano Municipal pela Primeira Infância promoveu reuniões e oficinas setoriais com técnicos e articuladores das Secretarias Regionais e Secretarias Temáticas para sensibilizar sobre a importância da Primeira Infância, apresentar as diretrizes do Plano Nacional pela Primeira Infância e estabelecer a metodologia utilizada durante os encontros regionais.

À luz do Plano Nacional pela Primeira Infância, consoantes com suas diretrizes, objetivos e metas, os Fóruns Regionais pela Primeira Infância debateram e propuseram ações baseadas em treze Ações Finalísticas contidas no *Roteiro Sintético – Guia para Elaboração de Planos Municipais pela Primeira Infância*⁸:

⁸Guia para Elaboração de Planos Municipais pela Primeira Infância./Rede Nacional Primeira Infância. Salvador: UNICEF,2011.

1. *Crianças com Saúde;*
2. *Educação Infantil;*
3. *Assistência Social a crianças e suas famílias;*
4. *A família e a comunidade da criança;*
5. *Convivência familiar e comunitária em situações especiais (Atenção à criança em situação de vulnerabilidade, acolhimento institucional, família acolhedora e adoção);*
6. *Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças;*
7. *A criança e o espaço – a cidade e o meio ambiente;*
8. *Atendendo à diversidade – crianças negras, quilombolas e indígenas;*
9. *Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças;*
10. *Enfrentando as violências sobre as crianças;*
11. *Protegendo as crianças da pressão consumista;*
12. *Controlando a exposição precoce aos meios de comunicação;*
13. *Evitando acidentes na Primeira Infância.*

Sob a perspectiva das Ações Finalísticas do Plano Nacional pela Primeira Infância, o percurso metodológico dos trabalhos nos Fóruns Regionais ocorreu em sete momentos:

- a) Acolhida e credenciamento dos participantes;
- b) Abertura do Evento com a Palavra da Primeira-Dama de Fortaleza – Carolina Cunha Bezerra, do Presidente do COMDICA - Francisco Arquimedes Rodrigues Pinheiro, dos Secretários Regionais (Guilherme Teles - SRI, Cláudio Nelson – SR II, Fátima Canuto – SR III; Airton Mourão – SR IV; Júlio Ramon – SR V; Renato Lima – SR VI; Régis Dias - Sercefor), de outras autoridades governamentais e representantes de entidades e da sociedade civil;
- c) Sensibilização dos participantes para a importância da Primeira Infância, através da apresentação dos vídeos: “Três Conceitos Fundamentais sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância”: i) *As experiências moldam a arquitetura do cérebro;* ii) *O jogo de ação e reação modela os circuitos do cérebro;* iii) *O stress tóxico prejudica o desenvolvimento saudável*⁹;
- d) Apresentação do diagnóstico situacional da Primeira Infância do município de Fortaleza e por Secretaria Regional;
- e) Apresentação do marco referencial: *Ações Finalísticas do Plano Nacional pela Primeira*

⁹Produzido pelo Center on the Developing Child (CDC), da Universidade de Harvard. A tradução e a adaptação para o português foram realizadas pelo Núcleo Ciência Pela Infância, composto pelo CDC, pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), pelo Insper Instituto de Ensino e Pesquisa e pelo David Rockefeller Center for Latin American Studies.

Infância.

- f) Trabalhos em grupos para propositura das Ações Finalísticas e preenchimento da *Matriz de Propostas* contendo Metas, Atividades, Estratégias e Avaliação de Resultados;
- g) Apresentação da *Matriz de Proposta* em Plenária Final.

A divisão dos Trabalhos em grupos de cada Fórum Regional atendeu à necessidade e ao interesse de cada participante dos seis eventos em cada uma das Ações Finalísticas. Os participantes dos Fóruns Regionais foram alocados em seis grupos.

Cada um dos seis grupos de participantes dispunha de um Moderador selecionado pela Coordenação do Plano Municipal pela Primeira Infância para orientar o processo de trabalho de propositura das ações relacionadas a cada Ação Finalística, baseando-se tanto no diagnóstico municipal e regional da Primeira Infância de Fortaleza apresentado em um dos momentos dos Fóruns Municipais, como também nas experiências e vivências intrínsecas relacionadas à Primeira Infância de um cada um dos integrantes dos grupos de trabalho.

Os Moderadores foram selecionados de acordo com a disponibilidade, participação efetiva e assídua em reuniões e oficinas sobre o Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza e de acordo com a área de atuação nas Secretarias Temáticas ou Regionais cujas atividades ou funções desempenhadas estivessem relacionadas com cada uma das Ações Finalísticas norteadoras. Ressalta-se que a maioria dos Moderadores dos Fóruns Regionais integra o COMDICA na qualidade de representantes das organizações governamentais.

Portanto, nos seis Fóruns Regionais, os trabalhos em grupo da *Ação Finalística Criança com Saúde* foram moderados por técnicos da Secretaria Municipal de Saúde/Distrito de Saúde das Secretarias Regionais, das *Ações Finalísticas Educação Infantil e Protegendo as crianças da pressão consumista* por técnicos da Secretaria Municipal da Educação/Coordenadoria de Educação Infantil/Distrito de Educação das Secretarias Regionais, da *Ação Finalística Assistência Social a crianças e suas famílias* por técnicos da Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Articuladores da Assistência Social vinculadas às Secretarias Regionais, da *Ação Finalística Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças* por técnicos da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer/Secretaria Municipal de Cultura/Articuladores de Cultura nas Secretarias Regionais, da *Ação Finalística A criança e o espaço – a cidade e o meio ambiente* por técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente/Secretarias Regionais, das *Ações Finalísticas Atendendo à diversidade – crianças negras, quilombolas e indígenas* e *Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças* por técnicos da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos/Secretarias Regionais.

Sendo assim, cada grupo de trabalho foi orientado à leitura do Plano Nacional pela Primeira Infância referente à Ação Finalística selecionada. Posteriormente, o grupo de trabalho elegeu três ações prioritárias para as seguintes áreas temáticas: Crianças com Saúde; Educação Infantil; Protegendo as crianças da pressão consumista; Assistência Social a crianças e suas famílias; Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças; A criança e o espaço – a cidade e o meio ambiente; Atendendo à diversidade – crianças negras, quilombolas e indígenas; Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças.

Em relação às outras áreas temáticas: A família e a comunidade da criança; Convivência familiar e comunitária em situações especiais (Atenção à criança em situação de vulnerabilidade, acolhimento institucional, família acolhedora e adoção); Enfrentando as violências sobre as crianças; Controlando a exposição precoce aos meios de comunicação; Evitando acidentes na primeira infância, cada um dos seis grupos de trabalho elegeu uma ação prioritária para cada uma das demais, consideradas na metodologia como ações universais e, portanto, transversais a cada uma das treze Ações Finalísticas.

Do processo de trabalho dos seis grupos dos Fóruns Regionais resultou o elenco de 201 propostas de ações para a Primeira Infância de Fortaleza, apresentadas no Quadro 2 abaixo segundo a Secretaria Regional e Ação Finalística norteadoras.

Quadro 2: Demonstrativo das Matrizes de Propostas segundo a Secretaria Regional, Ações Finalísticas e número de proposituras dos Fóruns Regionais pela Primeira Infância

Ações Finalísticas	SR I	SR II/ Sercefor	SR III	SR IV	SR V	SR VI	Total
Crianças com Saúde	3	3	3	3	3	3	18
Educação Infantil	3	3	3	3	3	4	19
Assistência Social a crianças e suas famílias	3	3	2	3	1	3	15
A família e a comunidade da criança	3	4	1	1	3	6	18
Convivência familiar e comunitária em situações especiais	3	2	3	1	2	5	16
Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças	3	3	3	3	3	3	18
A criança e o espaço – a cidade e o meio ambiente	3	-	3	3	3	3	15
Atendendo à diversidade – crianças negras, quilombolas e indígenas	3	-	2	2	3	3	13
Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças	3	-	-	3	1	3	10
Enfrentando as violências sobre as crianças	2	2	-	1	2	5	12
Protegendo as crianças da pressão consumista	3	3	4	3	3	4	20
Controlando a exposição precoce aos meios de comunicação	3	2	3	1	2	6	17
Evitando acidentes na primeira infância	2	1	-	1	1	5	10
Total de proposituras	37	26	27	28	30	53	201

4.2 Fórum Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza: metodologia e proposituras

O Fórum Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza, com o tema *Cuidar, Educar, Proteger e Promover a garantia de direitos na Primeira Infância* ocorreu nos dias 04 e 05 de novembro de 2013, na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará (Anexo II do Edifício Deputado José Euclides Ferreira Gomes) e reuniu aproximadamente 800 participantes.

O Fórum Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza, outrora designado Conferência Municipal pela Primeira Infância, foi pautado na reunião do Colegiado do COMDICA em 17 de

Setembro de 2013, na qual foi discutida a Minuta apresentada pela Coordenação Municipal do Plano Municipal pela Primeira Infância.

A mobilização para a participação do Fórum Municipal foi realizada pelo Gabinete da Primeira-Dama, Secretarias Municipais Temáticas e Regionais, dirigida ao Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública do Estado do Ceará, representantes do Senado e Câmara Federal, Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Câmara Municipal de Fortaleza, representantes governamentais da esfera federal (Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Secretaria dos Direitos Humanos), esfera estadual (Governador, Secretaria de Educação, do Trabalho e Desenvolvimento Social e Secretaria Saúde do Estado do Ceará), esfera municipal (Secretarias Temáticas e Regionais), às entidades não governamentais (IPREDE, Instituto da Infância e outras), associação de pais de alunos, Conselhos de Controle Social, Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança, Conselhos Tutelares, representantes de Organismos Internacionais (Fundo das Nações Unidas para a Infância, Banco Interamericano de Desenvolvimento e outros), representante da Rede Nacional Primeira Infância e Rede do Estado do Ceará pela Primeira Infância, instituições de ensino de nível superior (Universidade Federal e Estadual do Ceará, Universidade de Fortaleza e outras) e de representantes dos segmentos dos seis Fóruns Regionais.

Após o momento inicial de credenciamento dos participantes do Fórum Municipal ocorreu o *Encontro de Crianças: Me Deixa Falar*, no qual aproximadamente 250 crianças integrantes das escolas municipais de Fortaleza das sete Secretarias Regionais participaram de momentos de produção de arte e realizaram apresentações culturais. O momento ímpar de intensa participação de crianças da Primeira Infância (de cinco e seis anos de idade), manifestando seus anseios através de desenhos e apresentações, foi organizado pela Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza, sob a coordenação pedagógica do professor Arlindo Araújo e mediação dos Distritos de Educação com apoio dos professores e diretores de cada uma das escolas participantes. A condução deste momento do Fórum Municipal foi subsidiada pela peça *Canção de Todas as Crianças* (1987) de autoria de Toquinho e parceria com Elifas Andreato, inspirada na “Declaração Universal dos Direitos das Crianças” e reconhecida pela Organização das Nações Unidas. Cada um dos 10 Direitos tornou-se uma canção que retrata a visão das crianças sobre o mundo e seus direitos. São elas: "Bê-a-bá", "Cada um é como é", "Castigo não", "De umbigo a umbiguinho", "Deveres e direitos", "É bom se criança", "Errar é humano", "Gente tem sobrenome", "Imagem", "Herdeiros do futuro" e "Natureza distraída".

No momento de abertura do Fórum Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza, a Primeira-Dama de Fortaleza – Carolina Cunha Bezerra, lançou o *Programa Cresça com Seu Filho* que

atende a uma das prioridades da administração municipal – a Primeiríssima Infância. Esse Programa está organizado em torno da concepção do *ato de cuidar como um processo sensível e comunicativo* e se propõem a realizar atividades visando potencializar o desenvolvimento de crianças entre zero e três anos, e o fortalecimento dos seus vínculos familiares submetidas a situações de vulnerabilidade social. O Programa, idealizado pelo município de Fortaleza através do Gabinete da Primeira-Dama, das Secretarias Municipais de Saúde, da Educação, do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Cidadania e Direitos Humanos, em parceria com o Ministério da Saúde, com a Universidade Federal do Ceará, e com o Instituto da Primeira Infância (IPREDE), é consoante à Política Nacional Brasil sem Miséria/Ação Brasil Carinhoso, ao Plano Nacional pela Primeira Infância e suas Ações Finalísticas e baseia-se à luz das premissas teóricas da Psicanálise, Pediatria, Neurociência, Pedagogia e Psicologia. O eixo de intervenção do *Programa Cresça com Seu Filho* baseia-se em visitas domiciliares e oficinas com os pais e para tanto, faz-se necessário a realização de intervenções intersetoriais envolvendo as áreas da saúde, educação, assistência social e direitos humanos. Inicialmente o Programa priorizará seis bairros de Fortaleza (*Bom Jardim, Granja Lisboa, Granja Portugal (Regional V) e Barroso, Conjunto Palmeiras, Jangurussu (Regional VI)*), atendendo aos critérios de vulnerabilidade social e econômica e densidade populacional, porém com perspectiva em médio prazo de ampliação para as outras Regionais de Fortaleza.

Em seguida à abertura do Fórum Municipal e o Lançamento do *Programa Cresça com Seu Filho*, as seguintes Conferências foram proferidas ainda no primeiro dia do Fórum Municipal:

- ❖ *A Experiência do Programa Primeira Infância Melhor – PIM/Rio Grande do Sul: resultados e desafios*. Palestrante: **Deputado Osmar Gasparini Terra**, Presidente da Frente Parlamentar do Brasil e Presidente dos Deputados do Congresso Nacional.
- ❖ *Primeira Infância: novos desafios para a Gestão do SUS*. Palestrantes: **Dr. Odorico Monteiro**, Secretário Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde e **Ciro Ferreira Gomes**, Secretário da Saúde do Estado do Ceará.
- ❖ *Primeira Infância: um olhar sobre as ações intersetoriais – Cuidar, Educar, Proteger e Promover a garantia de direitos à criança*. Palestrantes: **Rui Aguiar**, Coordenador do Fundo das Nações Unidas para a Infância para os estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí e **Deputada Patrícia Saboya**, Reitora da Universidade do Parlamento Cearense.

O segundo dia do Fórum Municipal, dia 05/11/2013, houve apresentação de duas Mesas Redondas sobre a Atenção Integral na Primeira Infância e o cenário das políticas públicas inclusivas da Primeira Infância:

- ❖ **Mesa Redonda:** *Atenção Integral na Primeira Infância*. Moderadora: **Tati Andrade**, Gestora de Programas do UNICEF para o Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí. Palestra 1: *Impactos da Neurociência no Redesenho das Políticas Públicas na Primeira Infância*/Palestrante: **Sullivan Mota**, Presidente do IPREDE. Palestra 2: *Intervenções Precoces no Desenvolvimento da Primeira Infância*/Palestrante: **João Vicente Menescal**, Psicólogo do IPREDE. Palestra 3: *Importância do Aleitamento Materno e a Redução da Mortalidade Infantil*/Palestrante: **Márcia Machado**, Pró-Reitora de Extensão da Universidade Federal do Ceará.
- ❖ **Mesa Redonda:** *Políticas Inclusivas na Primeira Infância*. Moderadora: **Antenor Napolini**, Presidente do Instituto Stela Napolini. Palestra 1: *Saúde Integral e Inclusiva na Primeira Infância*/Palestrante: **Socorro Martins**, Secretária Municipal de Saúde. Palestra 2: *Educação Inclusiva na Primeira Infância*/Palestrante: **Márcia Oliveira Cavalcante Campos**, Assessora Institucional da Secretaria Municipal da Educação. Palestra 3: *Assistência Social e os Vínculos na Primeira Infância*/Palestrante: **Cláudio Ricardo**, Secretário Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Após as apresentações das Mesas Redondas, houve a apresentação do Colóquio:

- ❖ *Colóquio Princípios, Diretrizes e Ações Finalísticas do Plano Municipal pela Primeira Infância*. Palestrante: Luzia Torres Gerosa Laffite, Superintendente Executiva do Instituto da Infância.

O momento final do Fórum Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza foi destinado à qualificação das propostas oriundas dos seis Fóruns Regionais, ocorridos entre os meses de setembro e outubro de 2013. A trajetória metodológica e operacional dos Fóruns Regionais foi apresentada pela Coordenadora do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza, Gabinete da Primeira-Dama – Maria Leticia Mota Moreira. O processo de qualificação das proposituras em prol das crianças na Primeira Infância de Fortaleza foi conduzido por Cristiana Ferreira Silva, assessoria técnica e integrante do corpo técnico de saúde da Regional III, com mediadores do COMDICA, das Secretarias Municipais de Saúde, da Educação, do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Cidadania e Direitos Humanos, de Urbanismo Meio Ambiente de Fortaleza, Extraordinária da Copa (SecopaFor), do Esporte e Lazer, das Coordenadorias Especiais de Políticas Sobre Drogas e Participação Popular e pelas Secretarias Regionais.

O marco referencial utilizado para a qualificação das propostas de ação para a Primeira Infância no Fórum Municipal originou-se da proposta do Instituto da Infância (IFAN)

denominado *Instrumento Marco Lógico*, cujas referências metodológicas basearam-se no Plano Nacional pela Primeira infância e no Guia para a Elaboração dos Planos Municipais pela Primeira Infância, ambos elaborados pela Rede Nacional pela Primeira Infância.

A metodologia do processo de qualificação das proposituras baseou-se em trabalhos em grupo de acordo o interesse e afinidade dos participantes do Fórum Municipal. Os participantes foram subdivididos em treze grupos de acordo com as Ações Finalísticas norteadoras. Cada grupo de trabalho foi responsável pela qualificação das propostas de ações de cada Ação Finalística norteadora, preenchendo o instrumento *Marco Lógico para a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza* (anexo) que continha as seguintes descrições:

1. Ação Finalística norteadora;
2. Descrição da Ação principal;
3. Situação de implementação: em execução ou a ser implantada;
4. Periodicidade da ação;
5. Meta;
6. Setor responsável;
7. Indicadores de resultados;
8. Fontes de informação;
9. Tempo estimado para o alcance da meta;
10. Origem da proposta segundo a Secretaria Regional.

Os grupos de trabalho foram moderados pelos seguintes técnicos das Secretárias Temáticas e Regionais e Coordenadorias Especiais:

- ❖ Ação Finalística *Criança com Saúde*: Moderadora Ritemeia Mesquita Florêncio e Léa Dias Pimentel Gomes Vasconcelos - Secretária Municipal de Saúde;
- ❖ Ação Finalística *Educação Infantil*: Moderadora Luiza Hermínia de Almeida Assis Brilhante - Coordenadora Municipal da Educação Infantil de Fortaleza/Secretaria Municipal da Educação;
- ❖ Ação Finalística *Assistência Social a criança e suas famílias*: Moderadora Lidiana Rios Farias e Moderadora Samily Gomes Filgueiras – Secretária do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- ❖ Ação Finalística *A família e a comunidade da criança*: Moderadora Larissa Morais Camerino e Moderadora Maíza Maria Ferreira de Araújo – Secretária do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- ❖ Ação Finalística *Convivência familiar e comunitária em situações especiais (Atenção à criança*

em situação de vulnerabilidade, acolhimento institucional, família acolhedora e adoção):
Moderadora Sandra Silva Alves e Moderadora Juliana Hilário Maranhão –
Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

- ❖ Ação Finalística *Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças*: Moderadora Juliana Leite Soares– Secretaria Municipal do Esporte e Lazer e Moderadora Gilzélia Cristina Mendonça – Secretaria Regional III;
- ❖ Ação Finalística *A criança e o espaço – a cidade e o meio ambiente*: Moderadora Maria Edilene Oliveira – Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente e Moderador Douglas Bettiol Corrêa – SecopaFor;
- ❖ Ação Finalística *Atendendo à diversidade – crianças negras, quilombolas e indígenas*: Moderadora Maria Conceição Cavalcante – Secretaria Municipal da Educação
- ❖ Ação Finalística *Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças*: Moderadora Francisca de Lima e Silva e Sousa – Secretaria Regional III;
- ❖ Ação Finalística *Enfrentando as violência sobre as crianças*: Moderadora Francisca Ozanira Torres Pinto de Aquino – Coordenadoria de Políticas sobre Drogas;
- ❖ Ação Finalística *Protegendo as crianças da pressão consumista*: Moderadora Silvana Garcia Lima e Moderadora Lizandra Socorro Oliveira Campos – Secretaria Regional V;
- ❖ Ação Finalística *Exposição precoce aos meios de comunicação*: Moderadora Anna Carolyne Gomes – Secretaria Regional II;
- ❖ Ação Finalística *Evitando acidentes na primeira infância*: Moderadora Fiona Moraes Botelho – Coordenadoria de Políticas sobre Drogas.

Do processo de trabalho dos treze grupos do Fórum Municipal que objetivou avaliar e qualificar o elenco de 201 propostas de ações para a Primeira Infância de Fortaleza oriunda dos seis Fóruns Regionais resultou o número de proposituras abaixo relacionadas que serão encaminhadas ao COMDICA para aprovação e Resolução para posterior encaminhamento à Câmara dos Vereadores de Fortaleza para elaboração do Projeto de Lei do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza.

Quadro 3: Demonstrativo do número de proposituras validadas no Fórum Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza

Ações Finalísticas	Número de proposituras oriundas dos Fóruns Regionais	Número de proposituras qualificadas e validadas no Fórum Municipal
<i>Crianças com Saúde</i>	18	07
<i>Educação Infantil</i>	19	08
<i>Assistência Social a crianças e suas famílias</i>	15	07
<i>A família e a comunidade da criança</i>	18	05
<i>Convivência familiar e comunitária em situações especiais</i>	16	09
<i>Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças</i>	18	14
<i>A criança e o espaço – a cidade e o meio ambiente</i>	15	07
<i>Atendendo à diversidade – crianças negras, quilombolas e indígenas</i>	13	07
<i>Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças</i>	10	06
<i>Enfrentando as violências sobre as crianças</i>	12	06
<i>Protegendo as crianças da pressão consumista</i>	20	06
<i>Controlando a exposição precoce aos meios de comunicação</i>	17	06
<i>Evitando acidentes na Primeira Infância</i>	10	05
Total de proposituras	201	93

4.3 Qualificação e Agregação das Proposituras segundo a Comissão Municipal de Implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza

O processo de trabalho da Comissão de Implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza avaliou as 93 propostas de ações validadas durante o Fórum Municipal pela Primeira Infância para posterior e eventual agregação das mesmas.

Do proposto no Fórum Municipal, a Comissão do PMPIF aglutinou as proposituras abaixo relacionadas, utilizando o critério de unicidade, similaridade e complementaridade entre as proposituras de ações haja vista o caráter holístico das Ações Finalísticas norteadoras do processo de construção do PMPIF.

O processo de agregação das proposituras de ações que compõem o PMPIF contemplou todos os aspectos descritivos das proposituras, ou seja, a descrição das ações, periodicidade,

metas, indicadores de resultados, setores responsáveis pela execução das ações foram concatenados, ampliando o cunho descritivo em respeito à interseção das ações.

Abaixo a descrição de agregação de proposituras:

- a) A propositura nº 5 da Ação Finalística 4: *A família e a comunidade* (“Implantar equipes multidisciplinares itinerantes com psicólogos, assistentes sociais, psicopedagogos, advogados e educadores sociais, por regional, para atendimento às escolas”) foi agregada por encontrar-se contemplada às Ações Finalísticas: *Crianças com Saúde, Educação Infantil, Assistência Social e crianças e suas famílias, Atendendo à diversidade - crianças negras, quilombolas e indígenas e Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças.*

Ação Finalística nº4 – A FAMÍLIA E A COMUNIDADE DA CRIANÇA
Ação 5: Implantar equipes multidisciplinares itinerantes com psicólogos, assistentes sociais, psicopedagogos, advogados e educadores sociais, por regional, para atendimento às escolas.
Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: Contínua.
Meta: 02 (duas) equipes por Secretaria Regional.
Setor responsável: Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Municipal da Educação.
Indicadores de resultados: Criação e atuação das equipes.
Fontes de informação: Relatórios sistemáticos das atividades.
Tempo estimado para o alcance da meta: 01 (uma) equipe por Secretaria Regional a cada ano, com prazo máximo de dois anos.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefex () III () IV () V (x) VI

- b) A propositura n° 9 da Ação Finalística 5: *Convivência familiar e comunitária em situações especiais* (“Reforma e/ou adaptações das unidades de acolhimento institucional”) foi agregada à propositura n° 7 da Ação Finalística 3: *Assistência Social a crianças e suas famílias* (“Ampliação da oferta de vagas para acolhimento institucional de crianças de 0 a 6 anos (com suas famílias, se necessário) de acordo com a legislação vigente (Estatuto da Criança e Adolescente, tipificação nacional dos serviços socioassistenciais)”).

Ação Finalística n°5 – CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA EM SITUAÇÕES ESPECIAIS
Ação 9: Reforma e/ou adaptações das unidades de acolhimento institucional.
Situação de implementação: em execução (<input type="checkbox"/>) a ser implantada (<input checked="" type="checkbox"/>)
Periodicidade da ação: Anual.
Meta: 100% das unidades de acolhimento institucional
Setor responsável: Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Indicadores de resultados: Percentual de unidades de acolhimento institucional reformadas/adaptadas em relação ao número total de unidades de acolhimento institucional.
Fontes de informação: Relatórios de Gestão da Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Tempo estimado para o alcance da meta: 2017.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (<input type="checkbox"/>) I (<input type="checkbox"/>) II/Sercefoc (<input type="checkbox"/>) III (<input type="checkbox"/>) IV (<input type="checkbox"/>) V (<input checked="" type="checkbox"/>) VI

- c) A propositura nº 2 da Ação Finalística 6: *Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças* (“Criar centros culturais e espaços lúdicos de interatividade (brinquedotecas, bibliotecas, parques recreativos, cine popular em praças, escolas, creches, Centro de Referência de Assistência Social e Centro de Referência de Assistência Social, observando os padrões de acessibilidade nos bairros de Fortaleza”) foi agregada à propositura nº 2 da Ação Finalística 4: *A família e a comunidade da criança* (“Criação, ampliação, manutenção e apropriação dos espaços públicos para atividades de esporte, cultura e lazer das famílias”).

Ação Finalística nº6 – DO DIREITO DE BRINCAR AO BRINQUEDO DE TODAS AS CRIANÇAS
Ação 2: Criar centros culturais e espaços lúdicos de interatividade (brinquedotecas, bibliotecas, parques recreativos, cine popular) em praças, escolas, creches, Centro de Referência de Assistência Social e Centro de Referência de Assistência Social, observando os padrões de acessibilidade nos bairros de Fortaleza.
Situação de implementação: em execução (<input type="checkbox"/>) a ser implantada (<input checked="" type="checkbox"/>)
Periodicidade da ação: Médio e longo prazo.
Meta: Construir e equipar até 2016: 40% de espaços lúdicos e centros culturais nos bairros de Fortaleza. Até 2020: 60%, atendendo a população da Primeira Infância, respeitando as determinações da Política de Inclusão.
Setor responsável: Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria de Cultura de Fortaleza, Fundação de Cultura, Esporte e Turismo, Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Indicadores de resultados: Número percentual de espaços públicos de lazer reservados às crianças de 0 a 6 anos respeitando a Política de Inclusão.
Fontes de informação: Relatórios Operacionais da Secretaria de Esporte e Lazer.
Tempo estimado para o alcance da meta: 3 (três) a 7 (sete) anos.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (<input type="checkbox"/>) I (<input type="checkbox"/>) II/Sercefoc (<input checked="" type="checkbox"/>) III (<input type="checkbox"/>) IV (<input checked="" type="checkbox"/>) V (<input checked="" type="checkbox"/>) VI

- d) A propositura n° 4 da Ação Finalística 6: *Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças* (“Inserção de brinquedos e brincadeiras de matrizes africanas e indígenas nas instituições de educação infantil”) foi agregada às proposituras 1 e 7 da Ação Finalística 2: *Educação Infantil* (“Assegurar a igualdade, o acesso, a permanência e a qualidade do atendimento na educação infantil”/ “Ampliar e fortalecer a Formação Continuada e em serviço dos profissionais que atuam na educação infantil”).

Ação Finalística n°6 – DO DIREITO DE BRINCAR AO BRINQUEDO DE TODAS AS CRIANÇAS
Ação 4: Inserção de brinquedos e brincadeiras de matrizes africanas e indígenas nas instituições de educação infantil
Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: Curto prazo.
Meta: Adquirir até 2015 brinquedos de matrizes africanas e indígenas para 100% das escolas e creches municipais.
Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação.
Indicadores de resultados: Número de atividades desenvolvidas para crianças de 0 a 6 anos com brinquedos e brincadeiras de origem indígena e africana. Número percentual de escolas e creches municipais com brinquedos de matrizes africanas e indígenas.
Fontes de informação: Relatórios operacionais da Secretaria Municipal da Educação.
Tempo estimado para o alcance da meta: 2 (dois) anos.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I (x) II/Sercefors () III () IV () V () VI

- e) A propositura nº 11 da Ação Finalística 6: *Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças* (“Adequar, equipar e manter espaços em praças públicas com brinquedos apropriados para atender às crianças de 0 a 6 anos”) foi agregada à propositura nº 2 da Ação Finalística 4: *A família e a comunidade da criança* (“Criação, ampliação, manutenção e apropriação dos espaços públicos para atividades de esporte, cultura e lazer das famílias”).

Ação Finalística nº6 – DO DIREITO DE BRINCAR AO BRINQUEDO DE TODAS AS CRIANÇAS
Ação 11: Adequar, equipar e manter espaços em praças públicas com brinquedos apropriados para atender às crianças de 0 a 6 anos.
Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: Médio e longo prazo
Meta: Reformar 50% das praças públicas até 2016, adequando e equipando com playgrounds, espaços próprios para atender às crianças da Primeira Infância, e 50% até 2020 nas comunidades dos bairros de Fortaleza.
Setor responsável: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Secretaria de Esporte e Lazer.
Indicadores de resultados: Espaços públicos destinados à Primeira Infância, garantindo o direito ao brincar às crianças de 1 a 6 anos.
Fontes de informação: Relatórios Operacionais e Específicos
Tempo estimado para o alcance da meta: 3 (três) anos.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefop () III (x) IV () V () VI

- f) A propositura n.º 12 da Ação Finalística 6: *Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças* (“Aquisição de recursos didáticos, pedagógicos e esportivos com foco no brincar para as instituições de educação infantil e espaços públicos lúdicos destinados a população da Primeira Infância”) foi agregada às proposituras: n.º2 da Ação Finalística 4: *A família e a comunidade da criança* (“Criação, ampliação, manutenção e apropriação dos espaços públicos para atividades de esporte, cultura e lazer das famílias”) e n.º3/Ação Finalística 2: *Educação Infantil* (“Distribuir semestralmente nas unidades escolares brinquedos, jogos e livros apropriados para cada faixa etária em quantidade suficiente para o número de crianças matriculadas”).

Ação Finalística n.º6 – DO DIREITO DE BRINCAR AO BRINQUEDO DE TODAS AS CRIANÇAS
Ação 12: Aquisição de recursos didáticos, pedagógicos e esportivos com foco no brincar para as instituições de educação infantil e espaços públicos lúdicos destinados a população da Primeira Infância.
Situação de implementação: em execução (<input type="checkbox"/>) a ser implantada (<input checked="" type="checkbox"/>)
Periodicidade da ação: Anual.
Meta: Adquirir até 2015 para 100% das instituições de educação infantil e 50% para espaços públicos lúdicos, brinquedos, jogos e <i>playgrounds</i> para atender as crianças de 1 a 6 anos.
Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação, Secretaria de Esporte e Lazer.
Indicadores de resultados: Número de instituições de educação infantil e espaços públicos equipados para desenvolver atividades lúdicas com as crianças da Primeira Infância. Percentual de instituições de educação infantil e espaços públicos com brinquedos, jogos e <i>playgrounds</i> .
Fontes de informação: Relatórios Operacionais da Secretaria Municipal da Educação recursos didáticos pedagógicos e esportivos lúdicos adquiridos
Tempo estimado para o alcance da meta: 2 (dois) anos.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (<input type="checkbox"/>) I (<input type="checkbox"/>) II/Sercefot (<input type="checkbox"/>) III (<input type="checkbox"/>) IV (<input checked="" type="checkbox"/>) V (<input type="checkbox"/>) VI

- g) A propositura n.º 1 da Ação Finalística 7: *A criança e o espaço – a cidade e o meio ambiente* (“Adequação de espaço como praça e parques públicos para criança de 0 a 6 anos”) foi agregada à propositura n.º 2 da Ação Finalística 4: *A família e a comunidade da criança* (“Criação, ampliação, manutenção e apropriação dos espaços públicos para atividades de esporte, cultura e lazer das famílias”).

Ação Finalística nº7 – A CRIANÇA E O ESPAÇO – A CIDADE E O MEIO AMBIENTE
Ação 1: Adequação de espaço como praça e parques públicos para criança de 0 a 6 anos.
Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: Mensal até o ano de 2020.
Meta: Adequar praças e parques em 50% até 2016, outros 50% até 2020.
Setor responsável: Secretarias Regionais, Secretaria Municipal de Infraestrutura, Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente, Secretaria de Esporte e Lazer, Coordenadoria de Participação Popular.
Indicadores de resultados: Número de equipamento (<i>playgrounds</i>) nos espaços adequados por ano.
Fontes de informação: Relatório Operacionais sobre o número de equipamentos (<i>playgrounds</i>) adequados aos espaços públicos.
Tempo estimado para o alcance da meta: 2020
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefop () III () IV () V () VI

- h) A propositura n.º 2 da Ação Finalística 7: *A criança e o espaço – a cidade e o meio ambiente* (“Desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e esportivas nos espaços públicos para criança de 0 à 6anos”) foi agregada à propositura n.º 2 da Ação Finalística 4: *A família e a comunidade da criança* (“Criação, ampliação, manutenção e apropriação dos espaços públicos para atividades de esporte, cultura e lazer das famílias”).

Ação Finalística nº7 – A CRIANÇA E O ESPAÇO – A CIDADE E O MEIO AMBIENTE
Ação 2: Desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e esportivas nos espaços públicos para criança de 0 à 6anos.
Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: 6 (seis) espaços adequados para crianças de 0 a 6 anos, por mês, até o ano de 2020.
Meta: 50% até 2016, outros 50% até 2020.
Setor responsável: Secretarias Regionais, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Segurança Cidadã.
Indicadores de resultados: Quantidade de espaços públicos com atividades educacionais, culturais e esportivas, em execução contínua.
Fontes de informação: Relatórios Operacionais sobre as atividades educativas, culturais e esportivas desenvolvidas em espaços públicos para a Primeira Infância.
Tempo estimado para o alcance da meta: 2020
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefop () III () IV () V () VI

- i) A propositura n.º4 da Ação Finalística 7: *A criança e o espaço – a cidade e o meio ambiente* (“Capacitação em meio ambiente dos professores que trabalham com crianças de 0 a 6 anos, com ênfase em produção em brinquedos reciclados”) foi agregada à propositura n.º7 da Ação Finalística 2: *Educação Infantil* (“Ampliar e fortalecer a Formação Continuada e em serviço dos profissionais que atuam na educação infantil”).

Ação Finalística n.º7 – A CRIANÇA E O ESPAÇO – A CIDADE E O MEIO AMBIENTE
Ação 4: Capacitação em meio ambiente dos professores que trabalham com crianças de 0 a 6 anos, com ênfase em produção em brinquedos reciclados.
Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: Até 2016.
Meta: Capacitar 100% dos professores que atuam com crianças de 0 a 6 anos – escola pública municipal, até 2016.
Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação, Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos, Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente.
Indicadores de resultados: Percentual de professores de crianças de 0 a 6 anos capacitados.
Fontes de informação: Relatórios da oferta de capacitação da Secretaria Municipal da Educação.
Tempo estimado para o alcance da meta: 2016
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefors (x) III () IV () V () VI

- j) A propositura n.º7 da Ação Finalística 7: *A criança e o espaço – a cidade e o meio ambiente* (“Campanha de divulgação sobre os pontos de coleta de recicláveis na cidade”) foi agregada à propositura n.º3 da Ação Finalística 7: *A criança e o espaço – a cidade e o meio ambiente* (“Implantação de campanha para coleta seletiva em espaços públicos de Fortaleza”).

Ação Finalística nº7 – A CRIANÇA E O ESPAÇO – A CIDADE E O MEIO AMBIENTE
Ação 7: Campanha de divulgação sobre os pontos de coleta de recicláveis na cidade.
Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: Trimestral.
Meta: Realizar 04 (quatro) campanhas anuais.
Setor responsável: Prefeitura de Fortaleza através de grandes canais de rádio, televisão, internet, redes sociais, jornais, além das rádios, impressos comunitário, Elemidia diversas (terminais, relógios digitais, elevadores...) e nos ônibus.
Indicadores de resultados: Número de campanhas promovidas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.
Fontes de informação: Relatórios Operacionais das campanhas promovidas para divulgação de pontos de coleta de material de reciclagem.
Tempo estimado para o alcance da meta: 2020.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefpor () III (x) IV () V () VI

- k) As proposituras n.º2 e n.º3 da Ação Finalística 8: *Atendendo à diversidade – crianças negras, quilombolas e indígenas* (“Proporcionar formação de docentes indígenas, de forma a preservar a sua cultura”; “Proporcionar formação continuada aos professores da educação infantil e a sensibilização da comunidade escolar garantindo espaços de discussões referentes às questões étnicos raciais”) foram agregadas à propositura n.º7 da Ação Finalística 2: *Educação Infantil* (“Ampliar e fortalecer a Formação Continuada e em serviço dos profissionais que atuam na educação infantil”).

Ação Finalística n.º8 – ATENDENDO À DIVERSIDADE, À INCLUSÃO E À ACESSIBILIDADE
Ação 2: Proporcionar formação de docentes indígenas, de forma a preservar a sua cultura.
Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: Contínua.
Meta: Attingir 100% dos profissionais da educação que atendem as comunidades indígenas.
Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza
Indicadores de resultados: Percentual de profissionais indígenas formados na área de educação.
Fontes de informação: Secretaria Especial de Saúde Indígena, Fundação Nacional do Índio, Secretaria Municipal da Educação.
Tempo estimado para o alcance da meta: Até 2018.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefoc () III () IV () V () VI

Ação Finalística n.º8 – ATENDENDO À DIVERSIDADE, À INCLUSÃO E À ACESSIBILIDADE
Ação 3: Proporcionar formação continuada aos profissionais da educação infantil e a sensibilização da comunidade escolar garantindo espaços de discussões referente às questões étnico raciais.
Situação de implementação: em execução (x) a ser implantada ()
Periodicidade da ação: Contínua.
Meta: Atender em 100% os profissionais da educação e a comunidade escolar.
Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação, Secretaria da Cidadania e Direitos Humanos.
Indicadores de resultados: Percentual de profissionais e membros da comunidade atendidos
Fontes de informação: Relatórios Operacionais sobre formação continuada da Secretaria Municipal da Educação e Distritos de Educação.
Tempo estimado para o alcance da meta: Até 2022 (vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância).
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefoc () III () IV () V () VI

- l) As proposituras n.º4 e n.º6 da Ação Finalística 8: *Atendendo à diversidade – crianças negras, quilombolas e indígenas* (“Garantir a oferta do atendimento educacional especializado às crianças de 0 a 6 anos” e “Formação e qualificação dos profissionais da educação infantil para o atendimento das crianças com deficiência e aquisição de material específico”) foram agregadas às proposituras n.º3, n.º6 e n.º7 da Ação Finalística 2: *Educação Infantil* (“Distribuir semestralmente nas unidades escolares brinquedos, jogos e livros apropriados para cada faixa etária em quantidade suficiente para o número de crianças matriculadas”; “Cumprir as leis de inclusão de alunos com deficiência, garantindo a formação para os professores que trabalham com inclusão de crianças com deficiência na turma”; “Ampliar e fortalecer a Formação Continuada e em serviço dos profissionais que atuam na educação infantil”).

Ação Finalística n.º8 – ATENDENDO À DIVERSIDADE, À INCLUSÃO E À ACESSIBILIDADE
Ação 4: Garantir a oferta do atendimento educacional especializado às crianças de 0 a 6 anos.
Situação de implementação: em execução (<input checked="" type="checkbox"/>) a ser implantada (<input type="checkbox"/>)
Periodicidade da ação: Permanente.
Meta: Assegurar que até 2016 100% das crianças de 0 a 6 anos tenham atendimento educacional especializado.
Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação.
Indicadores de resultados: Percentual de crianças matriculadas em atendimento educacional especializado.
Fontes de informação: Dados do Censo Escolar da Secretaria Municipal da Educação.
Tempo estimado para o alcance da meta: Até 2022.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (<input type="checkbox"/>) I (<input type="checkbox"/>) II/Sercefoc (<input checked="" type="checkbox"/>) III (<input type="checkbox"/>) IV (<input type="checkbox"/>) V (<input type="checkbox"/>) VI

Ação Finalística n.º8 – ATENDENDO À DIVERSIDADE, À INCLUSÃO E À ACESSIBILIDADE
Ação 6: Formação e qualificação dos profissionais da educação infantil para o atendimento das crianças com deficiência e aquisição de material específico.
Situação de implementação: em execução (<input type="checkbox"/>) a ser implantada (<input checked="" type="checkbox"/>)
Periodicidade da ação: Permanente.
Meta: Atingir 30% até 2016 dos profissionais, ampliando 10% ao ano até 2022 e equipar 100% das escolas com material específico.
Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação.
Indicadores de resultados: Percentual de profissionais qualificados em relação ao quadro de professores. Percentual de material adquirido em relação ao número de escolas equipadas.
Fontes de informação: Secretaria Municipal da Educação.
Tempo estimado para o alcance da meta: Até 2022.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (<input type="checkbox"/>) I (<input type="checkbox"/>) II/Sercefoc (<input type="checkbox"/>) III (<input type="checkbox"/>) IV (<input checked="" type="checkbox"/>) V (<input type="checkbox"/>) VI

m) A propositura n.º7 da Ação Finalística 8: *Atendendo à diversidade – crianças negras, quilombolas e indígenas* (“Aquisição de brinquedos e materiais didáticos e pedagógicos adequados a diversidade faixa de 0 a 6 anos”) foi agregada à propositura n.º3 da Ação Finalística 2: *Educação Infantil* (“Distribuir semestralmente nas unidades escolares brinquedos, jogos e livros apropriados para cada faixa etária em quantidade suficiente para o número de crianças matriculadas”) e à propositura n.º1 da Ação Finalística 6: *Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças* (“Implantar um Programa Municipal de Brinquedos e Brincadeiras para a Primeira Infância em Fortaleza”).

Ação Finalística nº8 – ATENDENDO À DIVERSIDADE, À INCLUSÃO E À ACESSIBILIDADE
Ação 7: Aquisição de brinquedos e materiais didáticos e pedagógicos adequados a diversidade faixa de 0 a 6 anos.
Situação de implementação: em execução (<input checked="" type="checkbox"/>) a ser implantada (<input type="checkbox"/>)
Periodicidade da ação: Anual.
Meta: Equipar 100% das instituições de educação infantil até 2022.
Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação.
Indicadores de resultados: Percentual de escolas equipadas em relação ao número de escolas existentes.
Fontes de informação: Dados e relatórios Operacionais da Secretaria Municipal da Educação.
Tempo estimado para o alcance da meta: Até 2022.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (<input type="checkbox"/>) I (<input type="checkbox"/>) II/Sercefoc (<input type="checkbox"/>) III (<input type="checkbox"/>) IV (<input type="checkbox"/>) V (<input checked="" type="checkbox"/>) VI

- n) As proposições n.º1 e n.º4 da Ação Finalística 9: *Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças* (“Implantar a obrigatoriedade do serviço de registro de nascimento, em todas as maternidades” e “Disponibilizar uma unidade de cartório em cada maternidade para garantir a certidão de nascimento ao nascer” foram agregadas à proposição n.º1 da Ação Finalística 1: *Criança com Saúde* (“Garantir assistência de qualidade à mulher no pré-natal, parto e puerpério em conformidade com as diretrizes da Rede Cegonha”).

Ação Finalística nº9 – ASSEGURANDO O DOCUMENTO DE CIDADANIA A TODAS AS CRIANÇAS
Ação 1: Implantar a obrigatoriedade do serviço de registro de nascimento, em todas as maternidades.
Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: Contínua.
Meta: 100% das crianças com registro de nascimento ao receber alta da maternidade.
Setor responsável: Secretaria Municipal de Saúde.
Indicadores de resultados: Relatórios Operacionais das maternidades sobre o registro de nascimento por ocasião da alta da maternidade.
Fontes de informação: Relatórios dos Agentes Comunitários de Saúde, Livro de registro de nascimento das maternidades.
Tempo estimado para o alcance da meta: Curto Prazo.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefors () III () IV () V () VI

Ação Finalística nº9 – ASSEGURANDO O DOCUMENTO DE CIDADANIA A TODAS AS CRIANÇAS
Ação 4: Disponibilizar uma unidade de cartório em cada maternidade para garantir a certidão de nascimento ao nascer .
Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: Permanente.
Meta: Assegurar que 100% das maternidades possuam unidade de registro de cartório.
Setor responsável: Secretaria Municipal de Saúde.
Indicadores de resultados: Percentual de maternidades com unidade de registro de cartório.
Fontes de informação: Maternidades, Conselhos Tutelares.
Tempo estimado para o alcance da meta: Curto prazo.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefors () III (x) IV () V () VI

- o) A propositura n.º2 da Ação Finalística 11: *Protegendo as crianças da pressão consumista* (“Compor uma equipe multidisciplinar composta de psicólogo, assistente social, nutricionista, pedagogos por distrito educacional para acompanhamento nas escolas”) foi agregada às proposituras das Ações Finalísticas: *Crianças com Saúde, Educação Infantil, Assistência Social e crianças e suas famílias, Atendendo à diversidade - crianças negras, quilombolas e indígenas e Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças.*

Ação Finalística nº11 – PROTEGENDO AS CRIANÇAS DA PRESSÃO CONSUMISTA
Ação 2: Compor uma equipe multidisciplinar composta de psicólogo, assistente social, nutricionista, pedagogos por distrito educacional para acompanhamento nas escolas.
Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: Anual de forma permanente e sistemática.
Meta: Implantar a equipe multidisciplinar a partir de 2014, com cobertura de 40% das escolas, em 2015 e com 80% e 2016 com 100%.
Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação e Secretarias Intersetoriais.
Indicadores de resultados: Número de equipes multidisciplinares implantadas por ano.
Fontes de informação: Relatórios Operacionais da Secretaria Municipal da Educação.
Tempo estimado para o alcance da meta: 01 (um) a 3 (três) anos.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I (x) II/Sercefors () III () IV () V () VI

- m) A propositura n.º 3 da Ação Finalística 11: *Protegendo as crianças da pressão consumista* (“Realizar campanhas educativas para atitudes e práticas que protejam as crianças do consumismo e desenvolvimento de uma postura crítica perante a questão da sustentabilidade do planeta”) foi agregada à propositura n.º3 da Ação Finalística 7: *A criança e o espaço – a cidade e o meio ambiente* (“Implantação de campanha para coleta seletiva em espaços públicos de Fortaleza”).

Ação Finalística nº11 – PROTEGENDO AS CRIANÇAS DA PRESSÃO CONSUMISTA
Ação 3: Realizar campanhas educativas para atitudes e práticas que protejam as crianças do consumismo e desenvolvimento de uma postura crítica perante a questão da sustentabilidade do planeta.
Situação de implementação: em execução (<input type="checkbox"/>) a ser implantada (<input checked="" type="checkbox"/>)
Periodicidade da ação: Contínua.
Meta: 02 (duas) campanhas educativas por ano.
Setor responsável: Prefeitura Municipal de Fortaleza e Secretarias Setoriais e Coordenadorias.
Indicadores de resultados: Número de campanhas educativas realizadas anualmente.
Fontes de informação: Relatórios Operacionais das campanhas educativas.
Tempo estimado para o alcance da meta: Até 2022 (vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância).
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (<input type="checkbox"/>) I (<input type="checkbox"/>) II/Sercefpor (<input checked="" type="checkbox"/>) III (<input type="checkbox"/>) IV (<input type="checkbox"/>) V (<input type="checkbox"/>) VI

- n) A propositura n.º5 da Ação Finalística 11: *Protegendo as crianças da pressão consumista* (“Promover a formação dos educadores da Educação Infantil, levando-os à reflexão dos valores e hábitos da sociedade de consumo e dos seus próprios atos de consumo”) foi agregada à propositura n.º7 da Ação Finalística 2: *Educação Infantil* (“Ampliar e fortalecer a Formação Continuada e em serviço dos profissionais que atuam na educação infantil”).

Ação Finalística nº11 – PROTEGENDO AS CRIANÇAS DA PRESSÃO CONSUMISTA
Ação 5: Promover a formação dos educadores da Educação Infantil, levando-os à reflexão dos valores e hábitos da sociedade de consumo e dos seus próprios atos de consumo.
Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: Contínua.
Meta: Garantir 100% da participação dos profissionais da educação que atuam na Primeira Infância.
Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação.
Indicadores de resultados: Número (percentual) de professores/educadores treinados em conteúdos relacionados ao consumismo.
Fontes de informação: Relatórios da Secretaria Municipal da Educação sobre formação permanente.
Tempo estimado para o alcance da meta: 01 (um) ano.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercofoc () III (x) IV () V () VI

- o) A propositura n.º6 da Ação Finalística 11: *Protegendo as crianças da pressão consumista* (“Ampliar a permanência das crianças de 0-6 anos na escola, aumentando a oferta de tempo integral”) foi agregada à propositura n.º6 da Ação Finalística 2: *Educação Infantil* (“Atendimento em tempo integral de crianças de 0 a 5 anos e 11 meses em Centro de Educação Infantil de acordo com os princípios constitucionais”).

Ação Finalística n.º11 – PROTEGENDO AS CRIANÇAS DA PRESSÃO CONSUMISTA
Ação 6: Ampliar a permanência das crianças de 0-6 anos na escola, aumentando a oferta de tempo integral.
Situação de implementação: em execução (<input checked="" type="checkbox"/>) a ser implantada (<input type="checkbox"/>)
Periodicidade da ação: Contínua.
Meta: 50% até 2016
Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação.
Indicadores de resultados: Número de vagas ofertadas em tempo integral para crianças da Primeira Infância.
Fontes de informação: Censo Escolar da Secretaria Municipal da Educação.
Tempo estimado para o alcance da meta: 03 (três) anos.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (<input type="checkbox"/>) I (<input type="checkbox"/>) II/Sercefor (<input type="checkbox"/>) III (<input type="checkbox"/>) IV (<input checked="" type="checkbox"/>) V (<input type="checkbox"/>) VI

- p) A propositura n.º1 da Ação Finalística 12: *Controlando a exposição precoce aos meios de comunicação* (“Revitalizar praças existentes nos bairros de Fortaleza, disponibilizando brinquedos e áreas lúdicas às crianças de 0 a 6 anos”) foi agregada à propositura n.º2 da Ação Finalística 4: *A família e a comunidade da criança* (“Criação, ampliação, manutenção e apropriação dos espaços públicos para atividades de esporte, cultura e lazer das famílias”).

Ação Finalística n° 12 – CONTROLANDO A EXPOSIÇÃO PRECOCE AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO
Ação 1: Revitalizar praças existentes nos bairros de Fortaleza, disponibilizando brinquedos e áreas lúdicas às crianças de 0 a 6 anos.
Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: 25% ao ano.
Meta: Revitalizar as praças dos bairros de Fortaleza em 100% até 2022.
Setor responsável: Secretaria de infra-estrutura.
Indicadores de resultados: Percentual de praças revitalizadas por ano.
Fontes de informação: Número de processos que reivindicaram a revitalização dos logradouros.
Tempo estimado para o alcance da meta: Até 2022 (vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância).
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefoc () III () IV () V () VI

- q) A propositura n.º2 da Ação Finalística 12: *Controlando a exposição precoce aos meios de comunicação* (“Promover a formação da comunidade escolar sobre os efeitos das diferentes mídias na Primeira Infância, focando nos padrões de beleza, a erotização infantil”) foi agregada à propositura n.º7 da Ação Finalística 2: *Educação Infantil* (“Ampliar e fortalecer a Formação Continuada e em serviço dos profissionais que atuam na educação infantil”).

Ação Finalística n° 12 – CONTROLANDO A EXPOSIÇÃO PRECOCE AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO
Ação 2: Promover a formação da comunidade escolar sobre os efeitos das diferentes mídias na Primeira Infância, focando nos padrões de beleza, a erotização infantil.
Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: Semestralmente.
Meta: Formação continuada para 100% da comunidade escolar que atenda à Primeira Infância.
Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação e Secretaria Municipal de Saúde.
Indicadores de resultados: Número de treinamentos ofertados aos educadores/professores na temática específica por ano.
Fontes de informação: Relatórios Operacionais dos treinamentos ministrados.
Tempo estimado para o alcance da meta: Até 2015.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefoc () III () IV () V () VI

- r) A propositura n.º3 da Ação Finalística 12: *Controlando a exposição precoce aos meios de comunicação* (“Ampliar o número de vagas para crianças de 0 a 6 anos em tempo integral”) foi agregada à propositura n.º4 da Ação Finalística 2: *Educação Infantil* (“Atendimento em tempo integral de crianças de 0 a 5 anos e 11 meses em Centro de Educação Infantil de acordo com os princípios constitucionais”).

Ação Finalística nº 12 – CONTROLANDO A EXPOSIÇÃO PRECOCE AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO
Ação 3: Ampliar o número de vagas para crianças de 0 a 6 anos em tempo integral.
Situação de implementação: em execução (<input checked="" type="checkbox"/>) a ser implantada (<input type="checkbox"/>)
Periodicidade da ação: 20% ao ano.
Meta: Ampliar a matrícula em tempo integral em 100% até 2022.
Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação.
Indicadores de resultados: Percentual de matrícula na Educação Infantil em tempo integral.
Fontes de informação: Censo Escolar da Secretaria Municipal da Educação.
Tempo estimado para o alcance da meta: Até 2022.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefór () III () IV () V () VI

- s) A propositura n.º5 da Ação Finalística 12: *Controlando a exposição precoce aos meios de comunicação* (“Ampliar as ofertas de atividades esportivas e culturais em diversos espaços públicos”) foi agregada à propositura n.º3 da Ação Finalística 6: *Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças* (“Implantar espaços interativos (brinquedotecas) em hospitais infantis e postos de saúde de Fortaleza para a população da Primeira Infância”) e à propositura n.º 2 da Ação Finalística 4: *A família e a comunidade da criança* (“Criação, ampliação, manutenção e apropriação dos espaços públicos para atividades de esporte, cultura e lazer das famílias”).

Ação Finalística n.º 12 – CONTROLANDO A EXPOSIÇÃO PRECOCE AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO
Ação 5: Ampliar as ofertas de atividades esportivas e culturais em diversos espaços públicos
Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: 20 % ao ano
Meta: Aumentar em 80% o número de espaços públicos de esporte, lazer e cultura.
Setor responsável: Secretaria de Cultura de Fortaleza.
Indicadores de resultados: Número de ações/atividades de lazer, esporte e cultura.
Fontes de informação: Relatório Operacional das ações/atividades realizadas.
Tempo estimado para o alcance da meta: Até 2017.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Seccefor () III (x) IV () V () VI

- t) A propositura n.º1 da Ação Finalística 13: *Evitando acidentes na primeira infância* (“Qualificação e capacitação das equipes da Estratégia Saúde da Família com foco na prevenção de acidentes na Primeira Infância”) foi agregada à propositura n.º7 da Ação Finalística 1: *Criança com Saúde* (“Capacitar os profissionais da saúde lotados em Postos de Saúde na Estratégia da Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância, no manejo para implantação de testes rápidos de detecção do vírus da imunodeficiência humana e sífilis”).

Ação Finalística nº13 – EVITANDO ACIDENTES NA PRIMEIRA INFÂNCIA
Ação 1: Qualificação e capacitação das equipes da Estratégia Saúde da Família com foco na prevenção de acidentes na Primeira Infância.
Situação de implementação: em execução (<input type="checkbox"/>) a ser implantada (<input checked="" type="checkbox"/>)
Periodicidade da ação: Semestral.
Meta: Garantir duas capacitações anuais relacionadas à abordagem em prevenção de acidentes na Primeira Infância direcionada às equipes da Estratégia Saúde da Família.
Setor responsável: Secretaria Municipal de Saúde, Equipes da Estratégia Saúde da Família.
Indicadores de resultados: Número de capacitações anuais ofertadas.
Fontes de informação: Relatórios Operacionais da Coordenação Municipal da Estratégia Saúde da Família/Secretaria Municipal de Saúde.
Tempo estimado para o alcance da meta: Até a vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (<input checked="" type="checkbox"/>) I (<input type="checkbox"/>) II/Sercofor (<input type="checkbox"/>) III (<input type="checkbox"/>) IV (<input type="checkbox"/>) V (<input type="checkbox"/>) VI

- u) A propositura n.º2 da Ação Finalística 13: *Evitando acidentes na primeira infância* (“Promover campanhas sistemáticas e intersetoriais com oficinas lúdicas e sócio educativas para família e sociedade, trabalhando o cuidado e a prevenção de acidentes na Primeira Infância”) foi agregada por encontrar-se contemplada às Ações Finalísticas: *Crianças com Saúde, Educação Infantil, Assistência Social e crianças e suas famílias, Convivência familiar e comunitária em situações especial, Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças, Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças, A criança e o espaço – a cidade e o meio ambiente, Enfrentando as violências sobre as crianças, Controlando a exposição precoce aos meios de comunicação.*

Ação Finalística nº13 – EVITANDO ACIDENTES NA PRIMEIRA INFÂNCIA
Ação 2: Promover campanhas sistemáticas e intersetoriais com oficinas lúdicas e sócio educativas para família e sociedade, trabalhando o cuidado e a prevenção de acidentes na Primeira Infância.
Situação de implementação: em execução (<input type="checkbox"/>) a ser implantada (<input checked="" type="checkbox"/>)
Periodicidade da ação: Anual.
Meta: Realizar uma campanha anual de prevenção de acidentes na Primeira Infância.
Setor responsável: Prefeitura Municipal de Fortaleza, Secretarias Intersetoriais.
Indicadores de resultados: Número de campanhas intersetoriais anuais.
Fontes de informação: Relatório Operacional das campanhas.
Tempo estimado para o alcance da meta: Até vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (<input type="checkbox"/>) I (<input type="checkbox"/>) II/Sercefor (<input type="checkbox"/>) III (<input type="checkbox"/>) IV (<input type="checkbox"/>) V (<input checked="" type="checkbox"/>) VI

- v) A propositura n.º3 da Ação Finalística 13: *Evitando acidentes na primeira infância* (“Criar e adaptar espaços públicos para famílias que obedecem as normas de segurança”) foi agregada à propositura n.º2 da Ação Finalística 4: *A família e a comunidade da criança* (“Criação, ampliação, manutenção e apropriação dos espaços públicos para atividades de esporte, cultura e lazer das famílias”).

Ação Finalística nº13 – EVITANDO ACIDENTES NA PRIMEIRA INFÂNCIA
Ação 3: Criar e adaptar espaços públicos para famílias que obedecem as normas de segurança.
Situação de implementação: em execução (<input checked="" type="checkbox"/>) a ser implantada (<input type="checkbox"/>)
Periodicidade da ação: Permanente.
Meta: Adaptar em 50% os espaços públicos em consonância com as normas de segurança.
Setor responsável: Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza, Secretaria da Infraestrutura.
Indicadores de resultados: Número de espaços públicos adaptados por ano
Fontes de informação: Relatórios
Tempo estimado para o alcance da meta: Até a vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (<input type="checkbox"/>) I (<input type="checkbox"/>) II/Sercefors (<input type="checkbox"/>) III (<input type="checkbox"/>) IV (<input type="checkbox"/>) V (<input checked="" type="checkbox"/>) VI

- m) A propositura n.º4 da Ação Finalística 13: *Evitando acidentes na primeira infância* (“Garantir e ampliar a oferta do número de vagas para crianças de 0 a 6 anos em instituições de educação infantil garantindo condições de segurança, de acordo com os padrões de construção”) foi agregada às proposições n.º1 e n.º4 da Ação Finalística 2: *Educação Infantil* (“Assegurar a igualdade, o acesso, a permanência e a qualidade do atendimento na educação infantil”; “Atendimento em tempo integral de crianças de 0 a 5 anos e 11 meses em Centro de Educação Infantil de acordo com os princípios constitucionais”).

Ação Finalística n.º13 – EVITANDO ACIDENTES NA PRIMEIRA INFÂNCIA
Ação 4: Garantir e ampliar a oferta do número de vagas para crianças de 0 a 6 anos em instituições de educação infantil garantindo condições de segurança, de acordo com os padrões de construção.
Situação de implementação: em execução (<input checked="" type="checkbox"/>) a ser implantada (<input type="checkbox"/>)
Periodicidade da ação: Anual.
Meta: 100% de crianças de 0 a 6 anos acompanhadas em atividades de forma adequada e garantindo progressivamente a partir de 2014, a implementação da estrutura adequada nos estabelecimentos já existentes e nos vindouros.
Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação, Secretaria da Infraestrutura.
Indicadores de resultados: Número de vagas ofertadas em instituições de educação infantil por ano.
Fontes de informação: Censo Escolar da Secretaria Municipal da Educação.
Tempo estimado para o alcance da meta: Até a vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (<input type="checkbox"/>) I (<input type="checkbox"/>) II/Sercefoc (<input type="checkbox"/>) III (<input type="checkbox"/>) IV (<input type="checkbox"/>) V (<input checked="" type="checkbox"/>) VI

Após o processo de agregação permaneceram 64 ações abaixo descritas no Quadro 4. Do elenco das Ações Finalísticas: *Crianças com Saúde; Educação Infantil; Assistência Social a crianças e suas famílias; Enfrentando as violências sobre as crianças*, a Comissão de Implementação do PMPIF manteve inalterado o quantitativo de proposições qualificadas no Fórum Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza.

Após a agregação das proposições oriundas do Fórum Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza, o Gabinete da Primeira-Dama e a Coordenação Municipal do PMPIF reuniram-se com a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão de Fortaleza para averiguar a previsão

orçamentária para 2014 das proposituras de ações voltadas à Primeira Infância, oriundas do Fórum Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza e agregadas posteriormente pela Comissão do PMPIF. Foram realizados cinco encontros sobre a programação orçamentária, cujos resultados foram: i) identificação das fontes do orçamento da Prefeitura Municipal de Fortaleza; ii) caracterização de ações sem dotação orçamentária.

Quadro 4: Demonstrativo do número de proposituras agregadas pela Comissão do Plano Municipal pela Primeira Infância

Ações Finalísticas	N.º de proposituras oriundas dos Fóruns Regionais	N.º de proposituras qualificadas e validadas no Fórum Municipal	N.º de proposituras agregadas pela Comissão de Implementação do PMPIF
<i>1.Crianças com Saúde</i>	18	07	07 (mantida)
<i>2.Educação Infantil</i>	19	08	08 (mantida)
<i>3.Assistência Social a crianças e suas famílias</i>	15	07	07 (mantida)
<i>4.A família e a comunidade da criança</i>	18	05	04 (Propositura n.º 5 agregada)
<i>5.Convivência familiar e comunitária em situações especiais</i>	16	09	08 (Propositura n.º 9 agregada)
<i>6.Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças</i>	18	14	10 (Proposituras n.º 2, 4, 11 e 12 agregadas)
<i>7.A criança e o espaço – a cidade e o meio ambiente</i>	15	07	03 (Proposituras n.º 1, 2, 4 e 7 agregadas)
<i>8.Atendendo à diversidade – crianças negras, quilombolas e indígenas</i>	13	07	02 (Proposituras n.º 2, 3, 4, 6 e 7 agregadas)
<i>9.Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças</i>	10	06	04 (Proposituras n.º 1 e 4 agregadas)
<i>10.Enfrentando as violências sobre as crianças</i>	12	06	06 (mantida)
<i>11.Protegendo as crianças da pressão consumista</i>	20	06	02 (Proposituras n.º 2, 3, 5 e 6 agregadas)
<i>12.Controlando a exposição precoce aos meios de comunicação</i>	17	06	02 (Proposituras n.º 1, 2, 3 e 5 agregadas)
<i>13.Evitando acidentes na primeira infância</i>	10	05	01 (Proposituras n.º 1, 2, 3 e 4 agregadas)
Total de proposituras	201	93	64

5 MARCO LÓGICO DAS AÇÕES FINALÍSTICAS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE FORTALEZA: CONSTRUINDO A REDE DE CUIDADO

a) Propostas da Ação Finalística: *Criança com Saúde*

Ação Finalística 1: CRIANÇA COM SAÚDE
Ação 1: Garantir assistência de qualidade à mulher no pré-natal, parto e puerpério em conformidade com as diretrizes da Rede Cegonha, incluindo a garantia do registro de nascimento em todas as maternidades públicas.
Situação de implementação: em execução (<input checked="" type="checkbox"/>) a ser implantada (<input type="checkbox"/>)
Periodicidade da ação: Contínua
<p>Metas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Captação precoce de 100% das gestantes no primeiro trimestre. 2. Realização de 06 ou mais consultas durante o pré-natal para 100% das gestantes. 3. Oferecer os exames preconizados pelo Ministério da Saúde a 100% das gestantes. 4. Ofertar a 100% das gestantes acompanhadas a medicação e suplementos vitamínicos de acordo com a prescrição médica. 5. Participação de 80% das gestantes de, no mínimo, 03 reuniões de grupos educativos. 6. Vincular 100% das gestantes à maternidade de referência. 7. Garantir a referência e contra-referência especializada para 100% das gestantes. 8. Garantir o atendimento odontológico durante a assistência pré-natal. 9. Implantar as boas práticas de atenção ao parto em 100% das maternidades referências da Rede Cegonha. 10. Garantir a triagem neonatal em 100% dos recém-nascidos. 11. Garantir visita domiciliar às puérperas e ao recém-nascido na primeira semana após parto com ênfase no acompanhamento do aleitamento materno. 12. Garantir o acesso ao planejamento familiar e os métodos contraceptivos a 100% das puérperas. 13. Garantir atendimento a 100% das gestantes encaminhadas pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, consultório de rua nas unidades básicas. 14. Capacitar 100% das equipes de saúde (profissionais) em assistência de qualidade ao pré-natal, parto e puerpério. 15. Garantir a alimentação de dados para os sistemas de informação relacionados à assistência ao pré-natal, parto e puerpério.
Setores responsáveis: Coordenação das Unidades de Atenção Primária à Saúde, Diretores dos Hospitais de Atenção Obstétrica, Diretores do Centro de Atenção Especializada, Coordenadorias Regionais de Saúde, Coordenadoria de Políticas e Organização das Redes de Atenção, Coordenadoria dos Hospitais e Unidades Especializadas.

Ação Finalística 1: CRIANÇA COM SAÚDE (Continuação)

Ação 1: Garantir assistência de qualidade à mulher no pré-natal, parto e puerpério em conformidade com as diretrizes da Rede Cegonha (continua).

Indicadores de Resultados:

Percentual de gestantes captadas precocemente no primeiro trimestre.
 Percentual de gestantes com 06 ou mais consultas.
 Percentual de gestantes com exames prescritos realizados.
 Percentual de gestantes com medicações prescritas atendidas.
 Percentual de gestantes com participação de, pelo menos, 03 reuniões de grupos.
 Percentual de gestantes atendidas nas maternidades vinculadas.
 Percentual de gestantes referenciadas para centros de especialidades atendidas.
 Percentual de gestantes com atendimento odontológico realizado.
 Percentual de maternidades com boas práticas de atenção implantadas.
 Percentual de recém-nascidos com triagem neonatal realizada.
 Percentual de puérperas com visita domiciliar realizada na primeira semana.
 Percentual de puérperas com planejamento familiar realizado.
 Percentual de gestantes referenciadas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, consultório na rua e/ou atendidas.

Fontes de informação:

Sistema de Informação da Atenção Básica, Sistema de Acompanhamento do Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento, Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos.

Tempo estimado para o alcance da meta:

2014.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefór () III () IV () V () VI

Ação Finalística 1: CRIANÇA COM SAÚDE**Ação 2:** Ampliação dos Centros de Atenção Psicossocial Infantil.**Situação de implementação:** em execução () a ser implantada ()**Periodicidade da ação:**

Anual.

Meta:

Implantação de 04 (quatro) Centros de Atenção Psicossocial Infantil nas Secretarias Regionais I, II, V e VI.

Setor responsável:

Secretaria Municipal de Saúde.

Indicadores de resultados:

Número de Centros de Atenção Psicossociais Infantis implantados por Secretaria Regional.

Fontes de informação:

Secretaria Municipal de Saúde.

Tempo estimado para o alcance da meta:

Até 2022 (vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância).

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefors () III () IV () V () VI

Ação Finalística 1: CRIANÇA COM SAÚDE

Ação 3: Ampliação e fortalecimento do atendimento das crianças no crescimento e desenvolvimento (puericultura) na faixa etária de 0 a 6 anos.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação:

Contínua.

Meta:

Ampliar a oferta de atendimento de crescimento e desenvolvimento a 100% das crianças na faixa etária de 0-6 anos.

Setor responsável:

Secretaria Municipal de Saúde.

Indicadores de resultados:

Percentual de crianças com consulta de puericultura por faixa etária.

Fontes de informação:

Relatórios operacionais do Sistema de Informação de Atenção Básica.

Tempo estimado para o alcance da meta:

Até a vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I (x) II/Sercefor () III () IV () V () VI

Ação Finalística 1: CRIANÇA COM SAÚDE

Ação 4: Ampliar a atenção secundária ambulatorial para crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação:

Anual.

Meta:

Ampliar em 50% a oferta de serviços da atenção secundária ambulatorial para crianças de 0 a 6 anos.

Setor responsável:

Secretaria Municipal de Saúde.

Indicadores de resultados:

Número de atendimentos ofertados à população de crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos.

Fontes de informação:

Relatórios Operacionais do Sistema de Informação Ambulatorial.

Tempo estimado para o alcance da meta:

Até a vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefors (x) III () IV () V () VI

Ação Finalística 1: CRIANÇA COM SAÚDE

Ação 5: Revitalizar o serviço hospitalar do Hospital Distrital Evandro Ayres de Moura na área pediátrica e Hospital da Mulher de Fortaleza.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação:

Anual.

Meta:

Revitalizar 100% dos leitos pediátricos do Hospital Evandro Ayres de Moura e ampliar 50% a capacidade instalada do Hospital da Mulher de Fortaleza.

Setor responsável:

Secretaria Municipal de Saúde.

Indicadores de resultados:

Número de leitos hospitalares pediátricos ampliados.

Fontes de informação:

Relatórios Operacionais do Sistema de Informação Hospitalar, Relatórios da Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores

Tempo estimado para o alcance da meta:

Até a vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefors (x) III () IV () V () VI

Ação Finalística 1: CRIANÇA COM SAÚDE

Ação 6: Ampliação e fortalecimento da rede secundária hospitalar, especialmente o Centro de Assistência à Criança Lúcia de Fátima R. G. Sá Guimarães.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação:

Anual.

Meta:

Aumentar em 100% a capacidade do Centro de Assistência à Criança Lúcia de Fátima R. G. Sá Guimarães.

Setor responsável:

Secretaria Municipal de Saúde.

Indicadores de resultados:

Número de leitos hospitalares pediátricos ampliados por ano.

Fontes de informação:

Secretaria Municipal de Saúde.

Tempo estimado para o alcance da meta:

Até a vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefpor () III (x) IV () V () VI

Ação Finalística 1: CRIANÇA COM SAÚDE

Ação 7:

Capacitar os profissionais da saúde lotados em Postos de Saúde na Estratégia da Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância, no manejo para implantação de testes rápidos de detecção do vírus da imunodeficiência humana e sífilis e na prevenção de acidentes na Primeira Infância

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação: Anual.

Meta:

Capacitar 100% dos profissionais de saúde lotados nos Postos de Saúde nas ações da Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância e no manejo para implantação de testes rápidos de detecção do vírus da imunodeficiência humana e sífilis.

Setor responsável:

Secretaria Municipal de Saúde.

Indicadores de resultados:

Relatórios operacionais de Educação Permanente.

Fontes de informação:

Secretaria Municipal de Saúde

Tempo estimado para o alcance da meta:

Até vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefor () III () IV (x) V () VI

Recomendações da Ação Finalística: *Criança com Saúde*

1. Ampliação da Estratégia Saúde da Família com inclusão de novos profissionais (nutricionista, assistentes sociais, psicólogos).
2. Integrar rede e ações de saúde de atenção a criança.
3. Ampliar os postos de saúde, respeitando barreiras sociais, geográficas e necessidades locais.
4. Ampliar o acesso assistência médica de alta complexidade para crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos a fim de reduzir a fila de espera no máximo 15 dias.
5. Disponibilizar uma equipe multiprofissional exclusiva para o Programa de Saúde na Escola em creches e instituições de educação infantil.

b) Propostas da Ação Finalística: *Educação Infantil*

Ação Finalística 2: EDUCAÇÃO INFANTIL
<p>Ação 1: Assegurar a igualdade, o acesso, a permanência e a qualidade do atendimento na educação infantil.</p>
<p>Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)</p>
<p>Periodicidade da ação: Contínua até 2016</p>
<p>Meta: Universalizar o atendimento das crianças de 4 e 5 anos até 2016. Atender 20% da população de 0 a 3 anos até 2016 e 50% dessa população até 2022.</p>
<p>Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação</p>
<p>Indicadores de resultados: Percentual de crianças atendidas por faixa etária. Cobertura de matrícula em creche e pré-escola (taxa de escolarização líquida).</p>
<p>Fontes de informação: Censo Escolar, Sistema de Gestão Acadêmica.</p>
<p>Tempo estimado para o alcance da meta: Até 2016 e ao final da vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza (2022)</p>
<p>Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefors (x) III (x) IV (x) V (x) VI</p>

Ação Finalística 2: EDUCAÇÃO INFANTIL

Ação 2:

Garantir pedagogo para a Educação Infantil (Primeira Infância).

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação:

Médio e longo prazo.

Meta:

Suprir 100% das carências definitivas até 2016.

Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação e Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão

Indicadores de resultados:

Número de professores pedagogos.

Número de carências definitivas.

Fontes de informação:

Sistema de Gestão Acadêmica, Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

Tempo estimado para o alcance da meta:

Até 2016 e ao final da vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefor () III () IV () V () VI

Ação Finalística 2: EDUCAÇÃO INFANTIL

Ação 3:

Distribuir semestralmente nas unidades escolares brinquedos, jogos e livros apropriados para cada faixa etária em quantidade suficiente para o número de crianças matriculadas, incluindo matrizes africanas e indígenas.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação:

Semestral e Anual

Meta:

Garantir que semestralmente, a partir de 2015, 100% das instituições de educação infantil da rede pública municipal recebam brinquedos e livros.

Setor responsável:

Secretaria Municipal da Educação, escolas.

Indicadores de resultados:

Percentual de brinquedos por instituição e percentual de crianças atendidas.

Percentual de brinquedos específicos para a faixa etária atendida.

Fontes de informação:

Escola, Distritos Educacionais, Secretaria Municipal da Educação

Tempo estimado para o alcance da meta:

2015

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefór (x) III () IV () V () VI

Ação Finalística 2: EDUCAÇÃO INFANTIL

Ação 4:

Atendimento em tempo integral de crianças de 0 a 5 anos e 11 meses em Centro de Educação Infantil de acordo com os princípios constitucionais.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação: Anual

Meta:

Atender 30% das crianças de 0 a 3 anos em tempo integral.

Atender 10% até 2016 e 20% ao final da vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza das crianças de 4 e 5 anos matriculadas em tempo integral.

Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação

Indicadores de resultados:

Percentual de crianças matriculadas em tempo integral

Percentual de crianças matriculadas.

Fontes de informação:

Censo Escolar, Sistema de Gestão Acadêmica, Secretaria Municipal da Educação

Tempo estimado para o alcance da meta:

Até 2016 e ao final da vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I (x) II/Sercefior () III () IV (x) V () VI

Ação Finalística 2: EDUCAÇÃO INFANTIL

Ação 5:

Tornar obrigatória a formação de nível superior para os professores que atuam na educação infantil.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação: Anual

Meta:

Até 2016, 50% dos professores da educação infantil com formação de nível superior em Pedagogia e 100% até ao final da vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza.

Setor responsável:

Secretaria Municipal da Educação, Conselho Municipal de Educação

Indicadores de resultados:

Percentual de professores da educação infantil com nível superior em Pedagogia

Fontes de informação:

Conselho Municipal de Educação

Tempo estimado para o alcance da meta:

Até 2016 e ao final da vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I (x) II/Sercefor () III () IV () V () VI

Ação Finalística 2: EDUCAÇÃO INFANTIL

Ação 6:

Cumprir as leis de inclusão de alunos com deficiência, garantindo a formação para os professores que trabalham com inclusão de crianças com deficiência na turma.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada ()

Periodicidade da ação: Mensal

Meta:

Garantir a matrícula de 100% das crianças com deficiência

Garantir atendimento especializado para 100% das crianças com deficiência

Criação de equipes multidisciplinares em número proporcional a quantidade de matrículas para acompanhar as crianças com deficiência.

Sector responsável: Escolas, Secretaria Municipal da Educação

Indicadores de resultados:

Percentual de crianças com deficiência de matrículas

Percentual de crianças em atendimento especializado

Percentual de equipes multidisciplinares

Fontes de informação:

Conselho Municipal de Educação, Sistema de Gestão Acadêmica, Secretaria Municipal da Educação

Tempo estimado para o alcance da meta: 10 anos

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefór () III () IV () V () VI

Ação Finalística 2: EDUCAÇÃO INFANTIL

Ação 7:

Ampliar e fortalecer a Formação Continuada e em serviço dos profissionais que atuam na educação infantil em: culturas africanas e indígenas (questões étnico-raciais), meio ambiente com ênfase na produção de brinquedos reciclados, atendimento da criança com deficiência, sobre valores e hábitos da sociedade de consumo e dos seus próprios atos de consumo, sobre os efeitos das diferentes mídias na Primeira Infância, focando nos padrões de beleza, a erotização infantil

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação: Mensal; semestral.

Meta:

Formar 100% dos professores e coordenadores pedagógicos.

A partir de 2014, formar 20% dos profissionais de apoio às instituições de ensino e 100% até ao final da vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza.

Garantir 1/3 da carga horária de planejamento e estudos complementares, assegurando a formação continuada e em serviço de 100% dos professores da Educação Infantil.

Setor responsável: Escolas, Distritos Educacionais, Secretaria Municipal da Educação, Conselho Municipal de Educação.

Indicadores de resultados:

Percentual de profissionais da educação infantil formados anualmente.

Fontes de informação:

Conselho Municipal de Educação, Secretaria Municipal da Educação

Tempo estimado para o alcance da meta: Até 2014 e ao final da vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefór () III (x) IV () V (x) VI

Ação Finalística 2: EDUCAÇÃO INFANTIL

Ação 8:

Garantia de estabelecimentos de educação infantil com acessibilidade, conforme o padrão de infraestrutura e funcionamento que assegurem o respeito às características etárias, conforto térmico e acústico, além da garantia de áreas livres destinadas às brincadeiras e movimentos.

Situação de implementação: em execução (x) a ser implantada ()

Periodicidade da ação: Anual

Meta:

Garantir que até 2016, 40% e até a vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza 100% dos estabelecimentos de educação infantil, estejam conforme os padrões de funcionamento e infraestrutura estabelecida pelos órgãos competentes.

Setor responsável:

Escolas, Secretaria Municipal da Educação

Indicadores de resultados:

Número de instituições de educação infantil reformadas

Número de instituições de educação infantil construídas.

Número dos recursos destinados e aplicados nas reformas e construções de instituições de educação infantil.

Fontes de informação: Secretaria Municipal da Educação; Escolas

Tempo estimado para o alcance da meta:

Até 2016 e ao final da vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefór (x) III (x) IV () V () VI

Recomendações da Ação Finalística: *Educação Infantil*

1. Transparência e publicização das verbas destinadas à Educação.
2. Incluir Arte Educador no quadro de profissionais das instituições de educação infantil.
3. Garantir apoio dos profissionais das áreas de Psicomotricidade e Educação Física, que possam realizar atividades específicas de movimento que potencializem o desenvolvimento motor das crianças.
4. Contratação de cuidadores para auxiliar na educação especial com formação na área.
5. Diversificar a metodologia utilizada nas formações de professores e coordenadores pedagógicos, promovendo seminários e palestras com outros profissionais da Educação.
6. Garantia do atendimento integral do educar e cuidar de forma indissociável e com qualidade para crianças nas instituições de educação infantil, ampliando o atendimento das crianças de 0 a 6 anos e universalizando o atendimento de 4 a 5 anos.

c) Propostas da Ação Finalística: *Assistência Social as crianças e suas famílias*

Ação Finalística 3: ASSISTÊNCIA SOCIAL AS CRIANÇAS E SUAS FAMÍLIAS
<p>Ação 1: Implantação de novos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em áreas descobertas ou cobertas ainda de forma incipiente, ampliando as equipes técnicas de acordo com a demanda.</p>
<p>Situação de implementação: em execução (x) a ser implantada ()</p>
<p>Periodicidade da ação: Até 2017 (quatro CRAS a cada ano).</p>
<p>Meta: Implantação de 16 CRAS.</p>
<p>Setor responsável: Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.</p>
<p>Indicadores de resultados: Taxa de cobertura de famílias nos territórios.</p>
<p>Fontes de informação: Cadastro Único; Relatórios dos CRAS.</p>
<p>Tempo estimado para o alcance da meta: até 2017.</p>
<p>Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefpor () III () IV () V () VI</p>

Ação Finalística 3: ASSISTÊNCIA SOCIAL AS CRIANÇAS E SUAS FAMÍLIAS

Ação 2:

Implantação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) nos territórios das Secretarias Regionais I e IV, ampliando as equipes técnicas de acordo com a demanda.

Situação de implementação: em execução (x) a ser implantada ()

Periodicidade da ação: até 2014.

Meta:

Implantar dois CREAS nas Secretarias Regionais I e IV.

Setor responsável:

Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Indicadores de resultados:

Taxa de cobertura das famílias em situação de violação de direitos dos territórios das Secretarias Regionais I e IV.

Fontes de informação:

Relatórios da proteção social especial.

Tempo estimado para o alcance da meta: até 2014.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefors () III (x) IV () V () VI

Ação Finalística 3: ASSISTÊNCIA SOCIAL AS CRIANÇAS E SUAS FAMÍLIAS

Ação 3:

Articular e acompanhar os encaminhamentos de crianças e adolescentes usuários de substâncias psicoativas e seus familiares para os programas e serviços de proteção social básica e especial, pactuando fluxos de atendimentos.

Situação de implementação: em execução (x) a ser implantada ()

Periodicidade da ação:

Contínua.

Meta:

Atender 100% das famílias encaminhadas.

Setor responsável:

Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos e Coordenadoria de Políticas sobre Drogas.

Indicadores de resultados:

Taxa de cobertura de crianças e adolescentes usuários de substâncias psicoativas encaminhados.

Fontes de informação:

Sistema de Informação da Coordenadoria de Políticas sobre Drogas; Relatórios Operacionais dos Setores envolvidos.

Tempo estimado para o alcance da meta: contínuo.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I (x) II/Sercefors () III () IV () V () VI

Ação Finalística 3: ASSISTÊNCIA SOCIAL AS CRIANÇAS E SUAS FAMÍLIAS

Ação 4:

Ampliar a cobertura dos serviços da rede socioassistencial de atenção a crianças de 0 a 6 com deficiência e/ou familiares.

Situação de implementação: em execução (x) a ser implantada ()

Periodicidade da ação:

Continuada (ampliação anual).

Meta:

Atender 100% das crianças e/ou suas familiares com deficiência, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BCP)

Setor responsável:

Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Indicadores de resultados:

Taxa de cobertura das crianças com deficiência beneficiárias do BCP e/ou familiares inseridas nos serviços socioassistenciais.

Fontes de informação:

SuasWeb; Cadastro Único e relatórios operacionais dos serviços socioassistenciais.

Tempo estimado para o alcance da meta:

Até 2014.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I (x) II/Sercefor () III () IV () V () VI

Ação Finalística 3: ASSISTÊNCIA SOCIAL AS CRIANÇAS E SUAS FAMÍLIAS

Ação 5:

Divulgação ampla e integrada dos serviços socioassistenciais da rede de proteção social (pública e privada) e sistema de garantia de direito.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada ()

Periodicidade da ação:

Contínua.

Metas:

Estabelecer 01 (um) Grupo de Trabalho (GT) intersetorial com discussões voltadas para a Primeira Infância.

Elaborar 02 (duas) campanhas publicitárias/ano com confecção de peças publicitárias do tipo cartilhas, banners, folders e materiais audiovisuais para divulgação dos serviços socioassistenciais voltados às crianças de 0 a 6 anos.

Setor responsável: Comitê da Primeira Infância (Gestor do Grupo de Trabalho).

Indicadores de resultados:

Número de reuniões do Grupo de Trabalho;

Número de ações de publicização dos serviços;

Número de participantes nas ações de publicização.

Fontes de informação: Ata; relatório do Grupo de Trabalho; relatórios e frequências das ações de publicização.

Tempo estimado para o alcance da meta: 2014.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefpor () III () IV () V () VI

Ação Finalística 3: ASSISTÊNCIA SOCIAL AS CRIANÇAS E SUAS FAMÍLIAS

Ação 6:

Implementação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 0 a 6 anos, ofertados em espaços lúdicos garantindo o acesso à cultura, esporte, lazer e brinquedos/materiais pedagógicos.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação: Contínua.

Meta:

Implementar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em 100% dos Centros de Referência de Assistência Social.
Capacitar 100% dos profissionais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Setor responsável:

Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Indicadores de resultados:

Percentual de Centros de Referência de Assistência Social executando o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos entre crianças de 0-6 anos.

Fontes de informação:

Relatórios do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos relativos às crianças de 0-6 anos.

Tempo estimado para o alcance da meta: 2014.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefor () III () IV () V (x) VI

Ação Finalística 3: ASSISTÊNCIA SOCIAL AS CRIANÇAS E SUAS FAMÍLIAS

Ação 7:

Ampliação da oferta de vagas para acolhimento institucional de crianças de 0 a 6 anos (com suas famílias, se necessário) de acordo com a legislação vigente (Estatuto da Criança e Adolescente, tipificação nacional dos serviços socioassistenciais), incluindo a reforma e/ou adaptações das unidades de acolhimento.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação: Contínua.

Meta:

Ampliar no mínimo 40 vagas para acolhimento institucional de crianças de 0 a 6 anos (com suas famílias, se necessário), de execução direta ou conveniada.

Setor responsável:

Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Indicadores de resultados:

Taxa de cobertura de crianças de 0 a 6 anos (com suas famílias, se necessário) que necessitam de acolhimento institucional.

Fontes de informação:

Relatórios operacionais e de gestão da Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Tempo estimado para o alcance da meta:

Até 2017.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefors (x) III () IV () V () VI

Recomendações da Ação Finalística: *Assistência social as crianças e suas famílias*

1. Fortalecimento do acompanhamento familiar (implantar novos equipamentos sociais: Centro de Referência de Assistência Social e Centro de Referência Especializado de Assistência Social);
2. Ampliar as equipes técnicas de acordo com a demanda;
3. Capacitação continuada dos profissionais;
4. Redefinição da territorialização;
5. Adequação dos espaços físicos;
6. Disponibilização de vale transporte quando necessário;
7. Ampliação de novas categorias profissionais ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (recomendação nacional para ampliação das categorias previstas na Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº 17/2011).

d) Propostas da Ação Finalística: *A Família e a Comunidade da Criança*

Ação Finalística nº4 – A FAMÍLIA E A COMUNIDADE DA CRIANÇA
<p>Ação 1: Promover atividades intersetoriais conjuntas entre pais/responsáveis e crianças nas escolas, objetivando o fortalecimento dos vínculos familiares.</p>
<p>Situação de implementação: em execução () a ser implantada (X)</p>
<p>Periodicidade da ação: Trimestral</p>
<p>Meta: Promover 04 (quatro) atividades durante o período de 01(um) ano.</p>
<p>Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Cultura, Secretaria de Esporte e Lazer.</p>
<p>Indicadores de resultados: Inquérito avaliativo dos pais/responsáveis e crianças sobre a integração com a escola.</p>
<p>Fontes de informação: Frequência dos pais/responsáveis. Relatório das atividades realizadas.</p>
<p>Tempo estimado para o alcance da meta: 01(um) ano.</p>
<p>Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefór () III () IV () V () VI</p>
<p>Nota de rodapé: Ação 5 / Ação Finalística nº4 – A família e a comunidade da criança foi agregada</p>

Ação Finalística nº4 – A FAMÍLIA E A COMUNIDADE DA CRIANÇA

Ação 2:

Criação, ampliação, manutenção e apropriação dos espaços públicos para atividades de esporte, cultura e lazer das famílias, observando os padrões de acessibilidade nos bairros de Fortaleza (Lei de Inclusão) para atender as crianças de 0 a 6 anos.

Situação de implementação: em execução (x) a ser implantada ()

Periodicidade da ação:

Contínua.

Meta:

80% dos espaços públicos voltados para atividades de esporte, cultura e lazer.

Setor responsável:

Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Cultura, Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente, Guarda Municipal, Secretarias Regionais e Secretaria de Esporte e Lazer.

Indicadores de resultados:

Número percentual de espaços criados e reformados.

Fontes de informação:

Relatórios operacionais dos setores responsáveis e inquérito avaliativo com a comunidade.

Tempo estimado para o alcance da meta:

Três anos a sete anos.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I (x) II/Sercefpor () III () IV () V () VI

Nota de rodapé: Ação 5/Ação Finalística nº4 – A família e a comunidade da criança foi agregada

Ação Finalística nº4 – A FAMÍLIA E A COMUNIDADE DA CRIANÇA

Ação 3:

Ampliar os espaços de diálogos entre diversas políticas de amparo à criança de 0 a 6 anos, em especial Assistência Social, Saúde e Educação.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada ()

Periodicidade da ação:

Continua.

Meta:

Composição de um grupo de trabalho (GT) específico sobre Primeira Infância.

Setor responsável:

Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Indicadores de resultados:

Criação e atuação do Grupo de Trabalho.

Fontes de informação:

Atas das reuniões.

Tempo estimado para o alcance da meta:

3 meses.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefpor () III () IV () V () VI

Nota de rodapé: Ação 5 /Ação Finalística nº4 – A família e a comunidade da criança foi agregada

Ação Finalística nº4 – A FAMÍLIA E A COMUNIDADE DA CRIANÇA

Ação 4:

Oficinas temáticas relacionadas à Primeira Infância a serem realizadas nos bairros, conforme demanda do território.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação:

Bimestral

Meta:

01 Oficina a cada bimestre

Setor responsável:

Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Direitos Humanos.

Indicadores de resultados:

Avaliação da comunidade em relação às Oficinas.

Fontes de informação:

Lista de frequência, avaliação dos participantes, registro das atividades.

Tempo estimado para o alcance da meta:

3 (três) meses

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefor () III () IV (x) V () VI

Nota de rodapé: Ação 5 /Ação Finalística nº4 – A família e a comunidade da criança foi agregada

Recomendações da Ação Finalística: *A Família e a Comunidade da Criança*

1. Ampliação da licença paternidade.
2. Realização de ações de educação em saúde.
3. Inclusão, no currículo do Ensino Médio, conteúdo programático relacionado à responsabilidade familiar.
4. Sensibilizar a Gestão para aumentar a cobertura da Estratégia Saúde Família.
5. Formação de grupos de apoio à família na comunidade.
6. Instalação de creches.

e) Propostas da Ação Finalística: *Convivência Familiar e Comunitária em Situações Especiais*

Ação Finalística nº5 – CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA EM SITUAÇÕES ESPECIAIS
Ação 1: Identificar as famílias em situação de vulnerabilidade.
Situação de implementação: em execução (<input checked="" type="checkbox"/>) a ser implantada (<input type="checkbox"/>)
Periodicidade da ação: Anual.
Meta: 70% da população do município de Fortaleza.
Setor responsável: Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos, Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza.
Indicadores de resultados: Percentual de famílias na cidade de Fortaleza em situação de vulnerabilidade em relação ao total de famílias.
Fontes de informação: Cadastros dos Agentes Comunitários de Saúde, CadÚnico, Relatórios institucionais das respectivas Secretarias/Órgãos, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica.
Tempo estimado para o alcance da meta: 2016
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefop () III () IV () V () VI
Nota de rodapé: Ação 9 / Ação Finalística nº5 – Convivência familiar e comunitária em situações especiais foi agregada

Ação Finalística nº5 – CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA EM SITUAÇÕES ESPECIAIS

Ação 2: Implantar o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (**x**)

Periodicidade da ação:

Contínua.

Meta:

Iniciar com 20% de famílias cadastradas e 20% de crianças transferidas de serviços de acolhimento institucional.

Setor responsável:

Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Indicadores de resultados:

Percentual de crianças abrigadas em acolhimento institucional em relação às crianças em serviço de família acolhedora.

Fontes de informação:

Relatórios institucionais da equipe técnica de acompanhamento do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras; Prontuário do Sistema Único de Assistência Social; Planos Individuais de Atendimento, Relatórios anuais de ações da Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Tempo estimado para o alcance da meta:

2016.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (**x**) I () II/Sercefór () III () IV () V () VI

Nota de rodapé: Ação 9 /Ação Finalística nº5 – Convivência familiar e comunitária em situações especiais foi agregada

Ação Finalística nº5 – CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA EM SITUAÇÕES ESPECIAIS

Ação 3: Garantir o efetivo trabalho com a família de origem da criança desde o momento da chegada desta no abrigo.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada ()

Periodicidade da ação: Contínua

Meta:

100% das famílias acompanhadas.

Setor responsável:

Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Indicadores de resultados:

Percentual de crianças acolhidas em Serviço de Acolhimento Institucional (Abrigo e Casa-lar) e em Serviço de Família Acolhedora em relação ao número de famílias acompanhadas.

Fontes de informação:

Relatórios institucionais da equipe técnica do Serviço de Acolhimento Institucional e do Serviço de Família Acolhedora, Prontuário do Sistema Único de Assistência Social, Plano Individual de Atendimento, Relatórios mensais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social e do Centro de Referência de Assistência Social, Relatórios do Conselho Tutelar, Censo Sistema Único de Assistência Social, Relatórios anuais de ações das respectivas Secretarias.

Tempo estimado para o alcance da meta: 2016

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefors () III () IV () V () VI

Nota de rodapé: Ação 9 /Ação Finalística nº5 – Convivência familiar e comunitária em situações especiais foi agregada

Ação Finalística nº5 – CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA EM SITUAÇÕES ESPECIAIS

Ação 4: Oferecer transporte adaptado às crianças acolhidas em Serviço de Acolhimento Institucional e em Serviço de Família Acolhedora com deficiência para seu deslocamento de casa até a escola e para os serviços de saúde.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação: Contínua.

Meta:

Atender 100% das crianças com deficiência acolhidas em Serviço de Acolhimento Institucional e em Serviço de Família Acolhedora.

Setor responsável:

Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Indicadores de resultados:

Percentual de crianças contempladas com o transporte em relação ao número de crianças com deficiência acolhidas em Serviço de Acolhimento Institucional e em Serviço de Família Acolhedora.

Fontes de informação: Registro de matrículas escolares, Cadastros das unidades básicas de saúde, Relatórios institucionais da equipe técnica do Serviço de Acolhimento Institucional e do Serviço de Família Acolhedora, Prontuário Sistema Único de Assistência Social, PIA, Relatórios anuais de ações das respectivas Secretarias, Relatórios de monitoramento da Comissão Técnica do Plano pela Primeira Infância de Fortaleza.

Tempo estimado para o alcance da meta: 2016.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefpor (x) III () IV () V () VI

Nota de rodapé: Ação 9 / Ação Finalística nº5 – Convivência familiar e comunitária em situações especiais foi agregada

Ação Finalística nº5 – CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA EM SITUAÇÕES ESPECIAIS

Ação 5: Reordenar os Serviços de Acolhimento Institucional.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada ()

Periodicidade da ação:

Contínua.

Meta:

100% dos Serviços de Acolhimento Institucional.

Setor responsável:

Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Indicadores de resultados:

Número de unidades de acolhimentos institucionais em relação ao número de unidades de acolhimentos institucionais de acordo com as Orientações Técnicas vigentes sobre os Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes.

Fontes de informação:

Censo do Sistema Único de Assistência Social, relatórios/estatísticas dos Serviços de Acolhimento Institucional e dos Conselhos Tutelares.

Tempo estimado para o alcance da meta:

2017.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefor () III () IV () V () VI

Nota de rodapé: Ação 9 /Ação Finalística nº5 – Convivência familiar e comunitária em situações especiais foi agregada

Ação Finalística nº5 – CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA EM SITUAÇÕES ESPECIAIS

Ação 6: Implantar o Programa de Incentivo à Adoção.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (**x**)

Periodicidade da ação: Permanente.

Meta:

Instituir o Programa de Incentivo à Adoção.

Setor responsável:

Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos.

Indicadores de resultados:

Percentual de crianças inscritas no cadastro de adoção em relação ao número de crianças incluídas no Programa de Incentivo à Adoção.

Fontes de informação:

Relatórios institucionais da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos.

Tempo estimado para o alcance da meta:

2015.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefor () III () IV (**x**) V () VI

Nota de rodapé: Ação 9 / Ação Finalística nº5 – Convivência familiar e comunitária em situações especiais foi agregada

Ação Finalística nº5 – CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA EM SITUAÇÕES ESPECIAIS

Ação 7: Garantir o acolhimento de crianças vítimas de violência.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada ()

Periodicidade da ação:

Permanente.

Meta:

Atender 100% dos casos de crianças vítimas de violência

Setor responsável:

Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Indicadores de resultados:

Percentual de crianças vítimas de violência com indicação de acolhimento institucional em relação ao total de crianças vítimas de violência.

Fontes de informação:

Prontuário Sistema Único de Assistência Social, Relatórios mensais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social e do Centro de Referência de Assistência Social, Relatórios do Conselho Tutelar, Relatórios anuais de ações das respectivas Secretarias, Notificação ao Sistema de Agravos de Notificação através da ficha de notificação e investigação de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências.

Tempo estimado para o alcance da meta:

2016.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefpor () III () IV () V () VI

Nota de rodapé: Ação 9 /Ação Finalística nº5 – Convivência familiar e comunitária em situações especiais foi agregada

Ação Finalística nº5 – CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA EM SITUAÇÕES ESPECIAIS

Ação 8: Capacitar às equipes dos espaços de acolhimento.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação:

Semestral.

Meta:

100% dos profissionais dos espaços de acolhimento.

Setor responsável:

Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Indicadores de resultados:

Percentual de profissionais capacitados em relação ao total de profissionais dos espaços de acolhimento.

Fontes de informação:

Relatórios do Plano Municipal de Educação Permanente dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social.

Tempo estimado para o alcance da meta:

2015.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefor () III () IV () V (x) VI

Nota de rodapé: Ação 9 / Ação Finalística nº5 – Convivência familiar e comunitária em situações especiais foi agregada

Recomendações da Ação Finalística: *Convivência Familiar e Comunitária em Situações Especiais*

1. Orientar desde o período gestacional a importância da criança na família original.
2. Ampliar Programa de Controle e Prevenção da obesidade infantil.
3. Garantir a oferta de estimulação precoce às crianças de 0 a 6 anos.
4. Garantir e ampliar os espaços de atendimentos a crianças de 0 a 6 anos.
5. Garantia do direito à convivência familiar e comunitária.
6. Implantação de novos Centros de Referência de Assistência Social e Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

f) Propostas da Ação Finalística: *Do Direito de Brincar ao Brinquedo de todas as Crianças*

Ação Finalística nº6 – DO DIREITO DE BRINCAR AO BRINQUEDO DE TODAS AS CRIANÇAS
Ação 1 : Implantar um Programa Municipal de Brinquedos e Brincadeiras para a Primeira Infância em Fortaleza
Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: Médio prazo (até 2016)
Meta: Assegurar até 2016, 100% a implementação de um Programa Municipal de Brinquedos e Brincadeiras para crianças de 0 a 6 anos em parceria com a Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza.
Setor responsável: Secretaria de Esporte e Lazer.
Indicadores de resultados: Espaços lúdicos nos bairros de Fortaleza para garantir o direito de brincar das crianças de 0 a 6 anos.
Fontes de informação: Relatórios operacionais da Secretaria de Esporte e Lazer.
Tempo estimado para o alcance da meta: Três anos.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefor (x) III () IV () V () VI
Nota de rodapé: Ações 2, 4, 11 e 12 /Ação Finalística nº6 - <i>Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças</i> foram agregadas

Ação Finalística nº6 – DO DIREITO DE BRINCAR AO BRINQUEDO DE TODAS AS CRIANÇAS
Ação 3: Implantar espaços interativos (brinquedotecas) em hospitais infantis e postos de saúde de Fortaleza para a população da Primeira Infância.
Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: Médio prazo.
Meta: Construir e ou adequar salas em brinquedotecas, alcançando até 2016: 50% nos hospitais infantis públicos e 80% nos postos de saúde, e até 2018: 50% e 20%, respectivamente.
Setor responsável: Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria da Infraestrutura.
Indicadores de resultados: Número percentual de Brinquedotecas implantadas em hospitais infantis e postos de saúde para a população da Primeira Infância.
Fontes de informação: Relatórios Operacionais da Secretaria de Esporte e Lazer.
Tempo estimado para o alcance da meta: 3 (três) a 5 (cinco) anos.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefor (x) III () IV () V () VI
Nota de rodapé: Ações 2, 4, 11 e 12 /Ação Finalística nº6 - <i>Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças</i> foram agregadas

Ação Finalística nº6 – DO DIREITO DE BRINCAR AO BRINQUEDO DE TODAS AS CRIANÇAS

Ação 5: Selecionar e capacitar monitores da comunidade para atuar como assistentes nas atividades lúdicas desenvolvidas em espaços e equipamentos públicos para a população da Primeira Infância do Programa Municipal de Brinquedos e Brincadeiras.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação:

Médio prazo.

Meta: Capacitar 100% dos monitores sociais para atender ao Programa Municipal de Brinquedos e Brincadeiras às crianças de 0 a 6 anos em espaços e equipamentos públicos.

Setor responsável:

Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Indicadores de resultados:

Número de Monitores capacitados para atuar nos bairros de Fortaleza como assistentes em atividades lúdicas para crianças de 0 a 6 anos.

Fontes de informação:

Relatórios Operacionais da Secretaria Municipal da Educação.

Tempo estimado para o alcance da meta:

3 (três) anos.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefop () III () IV () V () VI

Nota de rodapé: Ações 2, 4, 11 e 12 /Ação Finalística nº6 - *Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças* foram agregadas

Ação Finalística nº6 – DO DIREITO DE BRINCAR AO BRINQUEDO DE TODAS AS CRIANÇAS

Ação 6: Realizar a contratação de educadores físicos, fisioterapeutas, psicomotricistas, psicopedagogos, psicólogos, profissionais de arte e cultura, terapeutas ocupacionais e educadores sociais para atuarem em equipamentos públicos, desenvolvendo atividades lúdicas do Programa Municipal de Brinquedos e Brincadeiras para a Primeira Infância.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação:

Bianual.

Meta: Contratar no prazo de dois anos 100% de profissionais das áreas de Educação Física, Fisioterapia, Psicomotricidade e arte cultura para implementar o Programa de Brinquedos e Brincadeiras e atuar em equipamentos e espaços públicos de Fortaleza.

Setor responsável:

Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria de Cultura, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Indicadores de resultados:

Número de profissionais concursados para atender às crianças de 0 a 6 anos do Programa Municipal de Brinquedos e Brincadeiras.

Fontes de informação:

Relatórios da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Tempo estimado para o alcance da meta:

2 (dois) anos.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefór (x) III () IV () V () VI

Nota de rodapé: Ações 2, 4, 11 e 12 /Ação Finalística nº6 - *Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças* foram agregadas

Ação Finalística nº6 – DO DIREITO DE BRINCAR AO BRINQUEDO DE TODAS AS CRIANÇAS

Ação 7: Realizar formação continuada aos profissionais concursados para atuarem em espaços e equipamentos públicos, atendendo ao Programa Municipal de Brinquedos e Brincadeiras para a Primeira Infância em Fortaleza.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação:

Bianual.

Meta: Capacitar até 2015, 100% dos profissionais concursados para atuarem em espaços e equipamentos públicos para atuar no Programa Municipal de Brinquedos e Brincadeiras da Primeira Infância.

Setor responsável:

Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal da Educação.

Indicadores de resultados:

Número de profissionais capacitados, desenvolvendo com qualidade o Programa Municipal de Brinquedos e Brincadeiras da Primeira Infância.

Fontes de informação:

Relatórios Operacionais da Secretaria Municipal de Educação.

Tempo estimado para o alcance da meta:

2 (dois) anos.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefpor (x) III () IV (x) V () VI

Nota de rodapé: Ações 2, 4, 11 e 12 /Ação Finalística nº6 - *Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças* foram agregadas

Ação Finalística nº6 – DO DIREITO DE BRINCAR AO BRINQUEDO DE TODAS AS CRIANÇAS

Ação 8: Implantar Programa de Formação “Educar Brincando” para grávidas durante o pré-natal em postos de saúde.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação:

Bianual.

Meta: Envolver 80% das mulheres grávidas, a partir de 2015 no Programa de Formação “Educar Brincando” em postos de saúde de Fortaleza.

Setor responsável:

Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal da *Educação*, Centro de Referência de Assistência Social.

Indicadores de resultados:

Percentual de mães capacitadas para educar seus filhos com mais responsabilidade e sensibilidade, compreendendo a importância do brincar na Primeira Infância.

Fontes de informação:

Relatórios operacionais da Secretaria Municipal de Saúde.

Tempo estimado para o alcance da meta:

2 (dois) anos.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefor () III (x) IV () V () VI

Nota de rodapé: Ações 2, 4, 11 e 12 / Ação Finalística nº6 - *Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças* foram agregadas

Ação Finalística nº6 – DO DIREITO DE BRINCAR AO BRINQUEDO DE TODAS AS CRIANÇAS
Ação 9: Implantar a Semana da Primeira Infância em Fortaleza.
Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: Anual.
Meta: Envolver a partir de 2014, 100% dos setores da sociedade civil em ações voltadas para <i>o Cuidar e o Educar, o Proteger e o Assistir</i> das crianças de 0 a 6 anos em Fortaleza.
Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal de Saúde, SECEL, SETRA, Direitos Humanos e Centro de Referência de Assistência Social.
Indicadores de resultados: População consciente sobre os direitos e cuidados necessários às crianças de 0 a 6 anos.
Fontes de informação: Relatórios operacionais da Comissão Organizadora da Semana da Primeira Infância de Fortaleza.
Tempo estimado para o alcance da meta: 1 (um) ano.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefor () III (x) IV () V () VI
Nota de rodapé: Ações 2, 4, 11 e 12 /Ação Finalística nº6 - <i>Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças</i> foram agregadas

Ação Finalística nº6 – DO DIREITO DE BRINCAR AO BRINQUEDO DE TODAS AS CRIANÇAS

Ação 10: Implantar Projeto com escolas, creches, organizações não governamentais e abrigos, para realização de oficinas de brinquedos tradicionais com material reciclado.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação:

Anual

Meta: Confeccionar 20% dos brinquedos tradicionais utilizados pelas crianças de 1 a 6 anos com material reciclado a partir de 2014.

Setor responsável:

Secretaria Municipal da Educação.

Indicadores de resultados:

Percentual de brinquedos tradicionais de material reciclado.

Fontes de informação:

Relatórios Operacionais da Secretaria Municipal da Educação e Específicos do Projeto.

Tempo estimado para o alcance da meta:

1 (uma) ano.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I (x) II/Sercefor () III () IV () V (x) VI

Nota de rodapé: Ações 2, 4, 11 e 12 /Ação Finalística nº6 - *Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças* foram agregadas

Ação Finalística nº6 – DO DIREITO DE BRINCAR AO BRINQUEDO DE TODAS AS CRIANÇAS
Ação 13: Implantar Programa de Acompanhamento e Orientação às famílias sobre a importância do brincar para crianças de 0 a 6 anos.
Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: Anual.
Meta: Implantar até 2015, o Programa de Acompanhamento e Orientação para 30% das famílias de baixa renda sobre o direito de brincar às crianças da Primeira Infância.
Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Indicadores de resultados: Percentual de famílias de baixa renda integrantes do Programa de Acompanhamento e Orientação.
Fontes de informação: Relatórios Operacionais e Específicos relacionados ao Programa de Acompanhamento e Orientação.
Tempo estimado para o alcance da meta: 2 (dois) anos.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefpor () III () IV () V (x) VI
Nota de rodapé: Ações 2, 4, 11 e 12 /Ação Finalística nº6 - <i>Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças</i> foram agregadas

Ação Finalística nº6 – DO DIREITO DE BRINCAR AO BRINQUEDO DE TODAS AS CRIANÇAS

Ação 14: Implantar, através de Projeto de Lei, o Programa de Segurança à Primeira Infância em espaços e equipamentos públicos para garantir a continuidade das ações do Programa de Brinquedos e Brincadeiras destinados às crianças de 0 a 6 anos.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação:

Contínua.

Meta: Implementar até 2015, o Programa de Segurança à Primeira Infância para 50% dos espaços e equipamentos públicos e 50% em 2017.

Setor responsável:

Secretaria Municipal da Educação, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Segurança Cidadã, Guarda Municipal de Fortaleza.

Indicadores de resultados:

Número de espaços e equipamentos seguros para o desenvolvimento das atividades lúdicas com as crianças da Primeira Infância.

Fontes de informação:

Relatório de implantação do Projeto de Lei.

Tempo estimado para o alcance da meta:

2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefór () III () IV () V (x) VI

Nota de rodapé: Ações 2, 4, 11 e 12 /Ação Finalística nº6 - *Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças* foram agregadas

Recomendações da Ação Finalística: *Do Direito de Brincar ao Brinquedo de todas as Crianças:*

1. Realizar um levantamento dos equipamentos públicos existentes para criação de brinquedotecas nos bairros de Fortaleza, mapeando até 2014, 100% dos equipamentos públicos existentes nos bairros para a implementação de brinquedotecas, para atender ao Programa Municipal de Brinquedos e Brincadeiras para crianças de 0 a 6 anos.

g) Propostas da Ação Finalística: *A Criança e o Espaço – A Cidade e o Meio Ambiente*

Ação Finalística nº7 – A CRIANÇA E O ESPAÇO – A CIDADE E O MEIO AMBIENTE
Ação 3: Realização de campanha de divulgação para coleta seletiva em espaços públicos de Fortaleza, sensibilizando para a adoção de práticas e atitudes a fim de reduzir o consumismo.
Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: Contínua, trimestral
Meta: Cobertura de 50% até 2016, outros 50% até 2020 (Realizar 04 Campanhas Anuais).
Setor responsável: Secretaria de Conservação e Serviços Públicos, Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente.
Indicadores de resultados: Quantidade de resíduos recicláveis coletados e doados para Rede de Catadores do Estado do Ceará
Fontes de informação: Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização, Ecofor Ambiental, Relatórios Operacionais da Secretaria de Conservação e Serviços Públicos e Urbanismo e Meio Ambiente.
Tempo estimado para o alcance da meta: Implantação até 2016 e continuidade indeterminada.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefop () III () IV () V () VI
Nota de rodapé: Ações 1, 2, 4 e 7/Ação Finalística nº7 - <i>A criança e o espaço – a cidade e o meio ambiente</i> foram agregadas

Ação Finalística nº7 – A CRIANÇA E O ESPAÇO – A CIDADE E O MEIO AMBIENTE

Ação 5: Implantação de projeto para montagem de “brinquedos recicláveis” por crianças de 0 a 6 anos.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação: Até 2016

Meta:

Implantar o projeto em 100% dos estabelecimentos educacionais que atendem crianças de 0 a 6 anos (incluir equipamentos sociais: cras...), além das creches – instituições conveniadas

Setor responsável:

Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente.

Indicadores de resultados:

Número percentual de estabelecimentos educacionais e sociais integrantes do Projeto.

Fontes de informação:

Relatórios Operacionais da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente.

Tempo estimado para o alcance da meta:

2016.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefor (x) III () IV () V () VI

Nota de rodapé: Ações 1, 2, 4 e 7 /Ação Finalística nº7 - *A criança e o espaço – a cidade e o meio ambiente* foram agregadas

Ação Finalística nº7 – A CRIANÇA E O ESPAÇO – A CIDADE E O MEIO AMBIENTE

Ação 6: Utilização dos espaços públicos para atividades com crianças.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação:

50% até 2016, outros 50% até 2020 praças e parques

Meta:

Apropriação de 100% dos espaços públicos através de projetos nas 7 (sete) Secretarias Regionais com atividades lúdico educacionais.

Setor responsável:

Secretaria Municipal da Educação, Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos.

Indicadores de resultados:

Percentual de espaços públicos com atividades educacionais, culturais e esportivas, em execução contínua.

Fontes de informação:

Relatórios Operacionais das atividades lúdicos educacionais ministradas.

Tempo estimado para o alcance da meta:

2020.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefor (x) III () IV () V () VI

Nota de rodapé: Ações 1, 2, 4 e 7 /Ação Finalística nº7 - *A criança e o espaço – a cidade e o meio ambiente* foram agregadas

Recomendações da Ação Finalística: A Criança e o Espaço – A Cidade e o Meio Ambiente

1. Implantação de políticas de sustentabilidade no currículo das escolas municipais;
2. Inserir o tema meio ambiente e cidadania na grade escolar;
3. Fortalecimento e efetivação da política de habitação que garanta moradia digna aos cidadãos em vulnerabilidade social, priorizando família com crianças de 0 a 6 anos.
4. Elaboração do Plano de Saneamento Básico do Município de Fortaleza

b)Propostas da Ação Finalística: *Atendendo à Diversidade, à Inclusão e à Acessibilidade*

Ação Finalística nº8 – ATENDENDO À DIVERSIDADE, À INCLUSÃO E À ACESSIBILIDADE
Ação 1: Garantia de atendimento as famílias pela Secretaria Municipal da Saúde, respeitando as especificidades dos grupos étnicos raciais através da ESF (Estratégia de Saúde da Família), desde o pré-natal.
Situação de implementação: em execução (x) a ser implantada ()
Periodicidade da ação: Garantia de 40% atendimento até 2016, ampliando 5% ao ano.
Meta: Atingir 100% da população negra.
Setor responsável: Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza.
Indicadores de resultados: Percentual de famílias acompanhadas. Percentual de pessoas de etnia negra atendidas em relação ao total da população.
Fontes de informação: Sistema de Informação da Atenção Básica.
Tempo estimado para o alcance da meta: 2022.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefors () III () IV () V () VI
Nota de rodapé: Ações 2, 3, 4, 6 e 7 /Ação Finalística nº8 - <i>Atendendo à diversidade – crianças negras, quilombolas e indígenas</i> foram agregadas

Ação Finalística nº8 – ATENDENDO À DIVERSIDADE, À INCLUSÃO E À ACESSIBILIDADE

Ação 5: Garantir a acessibilidade, ergonomia e mobilidade para crianças com deficiência nos espaços públicos da cidade.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação:

Permanente.

Meta:

Garantir a acessibilidade ergonomia e mobilidade em 50% dos espaços públicos da cidade até 2022.

Setor responsável:

Secretarias do município de Fortaleza.

Indicadores de resultados:

Percentual de reformas nos espaços em relação ao número de equipamentos existentes.

Fontes de informação:

Relatórios Operacionais das reformas em espaços públicos de Fortaleza.

Tempo estimado para o alcance da meta:

2022.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefor () III (x) IV () V () VI

Nota de rodapé: Ações 2, 3, 4, 6 e 7 / Ação Finalística nº8 - *Atendendo à diversidade – crianças negras, quilombolas e indígenas* foram agregadas

Recomendações da Ação Finalística: *Atendendo à Diversidade, à Inclusão e à Acessibilidade.*

1. Formar grupos de sensibilização dentro das escolas para trabalhar as questões de diversidade e acessibilidade.

i) Propostas da Ação Finalística: *Assegurando o Documento de Cidadania a Todas as Crianças*

Ação Finalística nº9 – ASSEGURANDO O DOCUMENTO DE CIDADANIA A TODAS AS CRIANÇAS
Ação 2: Implantar cartórios volantes.
Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: Contínua.
Meta: Garantir para 100% dos recém-nascidos de parto domiciliar a certidão de nascimento.
Setor responsável: Secretaria Municipal da Cidadania e Direitos Humanos, Conselhos Tutelares.
Indicadores de resultados: Número de registros de nascimento emitidos.
Fontes de informação: Relatórios Operacionais da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos e Conselhos Tutelares.
Tempo estimado para o alcance da meta: Curto prazo.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefór () III () IV () V () VI
Nota de rodapé: Ações 1 e 4 / Ação Finalística nº9 - <i>Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças</i> foram agregadas

Ação Finalística nº9 – ASSEGURANDO O DOCUMENTO DE CIDADANIA A TODAS AS CRIANÇAS

Ação 3: Promover campanhas permanentes informativas e de sensibilização social.

Situação de implementação: em execução (x) a ser implantada ()

Periodicidade da ação:

Sistemático anual.

Meta:

Realizar duas campanhas anuais de divulgação sobre o direito ao registro de nascimento.

Setor responsável:

Secretarias Intersetoriais, Gabinete da Primeira-Dama de Fortaleza.

Indicadores de resultados:

Número de campanhas de divulgação realizadas por ano.

Fontes de informação:

Relatório das campanhas de divulgação.

Tempo estimado para o alcance da meta:

Permanente até a vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefor () III () IV () V () VI

Nota de rodapé: Ações 1 e 4 / Ação Finalística nº9 - *Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças* foram agregadas

Ação Finalística nº9 – ASSEGURANDO O DOCUMENTO DE CIDADANIA A TODAS AS CRIANÇAS

Ação 5: Realizar mutirões mensais nas comunidades para informar a população sobre a importância do registro civil de nascimento.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação:

Mensal.

Meta:

Realizar 01 (um) mutirão por mês nas comunidades.

Setor responsável:

Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos, Secretarias Regionais.

Indicadores de resultados:

Número de mutirões realizados.

Fontes de informação:

Relatórios Operacionais e de Resultados dos mutirões realizados.

Tempo estimado para o alcance da meta:

Curto prazo.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefor () III (x) IV () V () VI

Nota de rodapé: Ações 1 e 4 / Ação Finalística nº9 - *Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças* foram agregadas

Ação Finalística nº9 – ASSEGURANDO O DOCUMENTO DE CIDADANIA A TODAS AS CRIANÇAS**Ação 6:** Campanhas de emissão de 1ª via de certidão de nascimento.**Situação de implementação:** em execução () a ser implantada (x)**Periodicidade da ação:**

Sistemática.

Meta:

Atingir 100% das crianças sem certidão de nascimento.

Setor responsável:

Intersetorial.

Indicadores de resultados:

Número percentual de certidões de nascimento expedidas.

Fontes de informação:

Registros dos cartórios.

Tempo estimado para o alcance da meta:

Curto prazo.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefor () III () IV () V (x) VINota de rodapé: Ações 1 e 4 / Ação Finalística nº9 - *Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças* foram agregadas

Recomendações da Ação Finalística: *Assegurando o Documento de Cidadania a Todas as Crianças*

1. Sensibilização permanente nos postos de saúde para a importância do registro civil de nascimento.
2. Garantir a todas as crianças nascidas e residentes em Fortaleza, o registro civil e a posse da certidão de nascimento.

j) Propostas da Ação Finalística: *Enfrentando as Violências Sobre as Crianças*

Ação Finalística nº10 – ENFRENTANDO AS VIOLÊNCIAS SOBRE AS CRIANÇAS
Ação 1: Fortalecer as redes intersetoriais no enfrentamento as múltiplas formas de violência contra as crianças.
Situação de implementação: em execução (<input checked="" type="checkbox"/>) a ser implantada (<input type="checkbox"/>)
Periodicidade da ação: Permanente até 2022 (vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância).
Meta: Garantir a investigação e encaminhamento em 100% dos casos de violência cometidas entre crianças durante a Primeira Infância.
Setor responsável: Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos, Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, Conselhos de Direitos, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Cultura.
Indicadores de resultados: Percentual de notificações de casos de violência cometidas entre crianças de 0-6 anos encaminhadas à solução/enfrentamento.
Fontes de informação: Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos, Relatórios dos Conselhos Tutelares.
Tempo estimado para o alcance da meta: Até 2022 (vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância).
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (<input checked="" type="checkbox"/>) I (<input type="checkbox"/>) II/Sercefors (<input type="checkbox"/>) III (<input type="checkbox"/>) IV (<input type="checkbox"/>) V (<input type="checkbox"/>) VI

Ação Finalística nº10 – ENFRENTANDO AS VIOLÊNCIAS SOBRE AS CRIANÇAS

Ação 2: Apoiar, divulgar e integrar os projetos existentes dentro das comunidades, mapeando a rede governamental e não-governamental

Situação de implementação: em execução (x) a ser implantada ()

Periodicidade da ação:

Contínua.

Meta:

Attingir 100% da participação das instituições governamentais e não-governamentais no enfrentamento da violência.

Setor responsável:

Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos, Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, Conselhos de Direitos, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Cultura.

Indicadores de resultados:

Número de projetos desenvolvidos por secretaria regional.

Fontes de informação:

Relatório dos projetos implantados para o enfrentamento da violência.

Tempo estimado para o alcance da meta:

Até 2022 (vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância).

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefors () III () IV () V () VI

Ação Finalística nº10 – ENFRENTANDO AS VIOLÊNCIAS SOBRE AS CRIANÇAS

Ação 3: Fortalecer e ampliar redes locais de atenção às crianças, tais como creches, brinquedotecas, espaços lúdicos, praças, parques, áreas de esporte e lazer e afins.

Situação de implementação: em execução (x) a ser implantada ()

Periodicidade da ação:

Permanente.

Meta: Garantir ampliação das redes locais de atenção à 100% crianças de 0-6 anos.

Setor responsável:

Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos, Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, Conselhos de Direitos, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Cultura.

Indicadores de resultados:

Incidência de casos de violência (monitoramento)

Fontes de informação:

Sistemas de informações das Políticas setoriais e intersetoriais

Tempo estimado para o alcance da meta:

Até 2022 (vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância).

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I (x) II/Sercefors () III () IV () V () VI

Ação Finalística nº10 – ENFRENTANDO AS VIOLÊNCIAS SOBRE AS CRIANÇAS

Ação 4: Fortalecer as práticas de cuidados populares e de mediação de conflitos oportunizando acessibilidade às famílias no enfrentamento às violências.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação: Contínua.

Meta:

Mapeamento de 100% e divulgação das práticas de cuidados populares.

Setor responsável:

Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos, Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, Conselhos de Direitos, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Cultura.

Indicadores de resultados:

Número de encaminhamentos da rede intersetorial de enfrentamento às violências.

Fontes de informação:

Sistemas de informações das Políticas setoriais e intersetoriais.

Tempo estimado para o alcance da meta:

Até 2022 (vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância).

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefors () III () IV () V (x) VI

Ação Finalística nº10 – ENFRENTANDO AS VIOLÊNCIAS SOBRE AS CRIANÇAS

Ação 5: Sensibilizar a população sobre as várias faces da violência de modo a socializar direitos e estimular as formas de enfrentamento.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação:

Contínua.

Meta: Realização de blitz educativas; Divulgação através de meios de comunicação; Intervenções sócio comunitárias.

Setor responsável:

Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos, Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, Conselhos de Direitos, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Cultura.

Indicadores de resultados:

Número de ações sócio-educativas realizadas.

Fontes de informação:

Relatórios das ações de mobilização da população.

Tempo estimado para o alcance da meta:

Até 2022 (vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância).

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefor () III () IV () V (x) VI

Ação Finalística nº10 – ENFRENTANDO AS VIOLÊNCIAS SOBRE AS CRIANÇAS

Ação 6: Implantação de Observatório de enfrentamento às violência para o planejamento, avaliação e monitoramento das políticas.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação:

Contínua.

Meta:

Implantação de 01 (um) Observatório de enfrentamento às violências.

Setor responsável:

Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos, Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, Conselhos de Direitos, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Cultura.

Indicadores de resultados:

Número de casos notificados ao Observatório de enfrentamento às violências.

Fontes de informação:

Relatórios Operacionais do Observatório.

Tempo estimado para o alcance da meta:

Até 2022 (vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância).

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefpor () III () IV () V (x) VI

Recomendações da Ação Finalística: *Enfrentando as Violências Sobre as Crianças*

1. Garantir a eficácia do sistema de justiça e responsabilização do Sistema de Garantia de Direitos nos casos de violência contra a criança.

ℓ) Propostas da Ação Finalística: *Protegendo as Crianças da Pressão Consumista*

Ação Finalística nº11 – PROTEGENDO AS CRIANÇAS DA PRESSÃO CONSUMISTA
Ação 1: Implantar projeto pedagógico nas instituições de Educação Infantil referente ao tema “Protegendo a Criança da Pressão Consumista”.
Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: Anual.
Meta: 100% das instituições que atendam a Educação Infantil.
Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação, Distritos de Educação.
Indicadores de resultados: Número de instituições de Educação Infantil com projeto pedagógico implantado.
Fontes de informação: Relatórios da Secretaria Municipal da Educação.
Tempo estimado para o alcance da meta: 01 (um) ano.
Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: (x) I () II/Sercefor () III () IV () V () VI
Nota de rodapé: Ações 2, 3, 5 e 6 /Ação Finalística nº11 - <i>Protegendo as crianças da pressão consumista</i> foram agregadas

Ação Finalística nº11 – PROTEGENDO AS CRIANÇAS DA PRESSÃO CONSUMISTA

Ação 4:

Garantir alimentação saudável nas instituições de Educação Infantil.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação:

Contínua.

Meta:

Garantia de alimentação saudável em 100% das instituições de Educação Infantil.

Setor responsável:

Secretaria Municipal da Educação, Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Indicadores de resultados:

Número de instituições de Educação Infantil que ofertam alimentação saudável.

Fontes de informação:

Relatórios da merenda escolar da Secretaria Municipal da Educação.

Tempo estimado para o alcance da meta:

01(um) ano.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Serçefor (x) III () IV () V () VI

Nota de rodapé: Ações 2, 3, 5 e 6 /Ação Finalística nº11 - *Protegendo as crianças da pressão consumista* foram agregadas

Recomendações da Ação Finalística: *Protegendo as Crianças da Pressão Consumista:*

1. Ampliar a fiscalização junto às empresas que vinculam a venda de alimentos a brinquedos como brindes.

l) Propostas da Ação Finalística: *Controlando a Exposição Precoce aos Meios de Comunicação*

Ação Finalística nº 12 – CONTROLANDO A EXPOSIÇÃO PRECOCE AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO
<p>Ação 4: Contemplar nos Projeto Político Pedagógico das instituições de Educação Infantil, ações voltadas à exposição precoce aos meios de comunicação.</p>
<p>Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)</p>
<p>Periodicidade da ação: Permanente.</p>
<p>Meta: Assegurar que, em dois anos, todas as instituições de educação infantil tenham formulado seus projetos pedagógicos, considerando a proteção da criança à exposição precoce aos meios de comunicação.</p>
<p>Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação.</p>
<p>Indicadores de resultados: Percentual de ações desenvolvidas sobre a exposição precoce aos meios de comunicação em relação ao total.</p>
<p>Fontes de informação: Relatórios anuais do Projeto Político Pedagógico.</p>
<p>Tempo estimado para o alcance da meta: Até 2016.</p>
<p>Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefors (x) III () IV () V () VI</p>
<p>Nota de rodapé: Ações 1, 2, 3 e 5 /Ação Finalística nº12 - <i>Controlando a exposição precoce aos meios de comunicação</i> foram agregadas</p>

Ação Finalística nº 12 – CONTROLANDO A EXPOSIÇÃO PRECOCE AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Ação 6:

Promover Fóruns intersetoriais para orientar e formar sobre os usos e efeitos dos meios de comunicação.

Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)

Periodicidade da ação:

Anual até a vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância.

Meta:

Promover a realização de 01 (um) Fórum anualmente.

Setor responsável:

Gabinete da Primeira-Dama de Fortaleza.

Indicadores de resultados:

Número de Fóruns promovidos anualmente.

Fontes de informação:

Documentos dos Fóruns.

Tempo estimado para o alcance da meta:

Até 2022.

Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefor () III () IV () V (x) VI

Nota de rodapé: Ações 1, 2, 3 e 5 /Ação Finalística nº12 - *Controlando a exposição precoce aos meios de comunicação* foram agregadas

Recomendações da Ação Finalística: *Controlando a Exposição Precoce aos Meios de Comunicação:*

1. Criar mecanismos de discussão pública, com representantes da sociedade civil organizada, sobre a qualidade da mídia dirigida às crianças, buscando compromisso das emissoras com as reais necessidades da Primeira Infância.

m) Propostas da Ação Finalística: *Evitando Acidentes na Primeira Infância*

Ação Finalística nº13 – EVITANDO ACIDENTES NA PRIMEIRA INFÂNCIA
<p>Ação 5: Capacitar pais, lideranças comunitárias e todos envolvidos no processo educativo de crianças na Primeira Infância em prevenção de acidentes na infância.</p>
<p>Situação de implementação: em execução () a ser implantada (x)</p>
<p>Periodicidade da ação: Semestral.</p>
<p>Meta: Oferecer duas capacitações anuais para pais, lideranças comunitárias em prevenção de acidentes na infância.</p>
<p>Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação, Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos.</p>
<p>Indicadores de resultados: Número de capacitações ofertadas anualmente.</p>
<p>Fontes de informação: Relatórios Operacionais das capacitações ofertadas.</p>
<p>Tempo estimado para o alcance da meta: Até a vigência do Plano Municipal da Primeira Infância.</p>
<p>Origem da Proposta segundo a Secretaria Regional: () I () II/Sercefpor () III () IV () V (x) VI</p>
<p>Nota de rodapé: Ações 1, 2, 3 e 4 /Ação Finalística nº13 – Evitando Acidentes na Primeira Infância foram agregadas</p>

Recomendações da Ação Finalística: *Evitando Acidentes na Primeira Infância*

1. Criação da caderneta da saúde para contemplar a prevenção de acidentes e o devido acompanhamento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Fórum Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza foi uma grande conquista para a sociedade civil. A amplitude e dimensão de suas repercussões ultrapassam a simples propositura de ações voltadas às crianças de zero a seis anos e suas famílias. Tratou-se de uma oportunidade pioneira de discussão e união em torno do desenvolvimento da criança pequena, congregando a intersectorialidade em prol da Primeira Infância.

Consoante ao movimento nacional – Plano Nacional pela Primeira Infância, a Administração Municipal de Fortaleza, representada pela Primeira-Dama Carolina Bezerra e em estreita articulação com o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza, com as Secretarias Municipais e Regionais e Coordenadorias Especiais articulou e mobilizou a população de Fortaleza em seis Fóruns Regionais, de caráter consultivo para propor ações direcionadas às crianças de zero a seis anos, estabelecendo metas, atividades, bem como os indicadores de avaliação de resultado. À luz das Ações Finalísticas norteadoras do Plano Nacional pela Primeira Infância, a sociedade civil propôs nesses momentos consultivos um conjunto de 201 propostas de ações para esse público alvo.

O Fórum Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza promoveu conferências, mesas redondas e debates sobre a Primeira Infância contando a presença de vários representantes da sociedade civil, *experts* e pesquisadores renomados da área do desenvolvimento infantil e da Neurociência. Desse momento municipal, as 201 ações propostas anteriormente nos Fóruns Regionais foram qualificadas e agrupadas, finalizando o processo de consulta popular em 93 ações. Tais ações foram avaliadas minuciosamente pela Comissão do PMPIF e agregadas obedecendo aos critérios de unicidade, similaridade e complementaridade, resultando em 64 ações factíveis que estão descritas nesse Documento Síntese em uma matriz de proposta contendo: a ação a ser desenvolvida, a situação de implementação (em execução ou a ser implantada), periodicidade da ação, meta, setor responsável, indicadores de resultados, fontes de informação, tempo estimado para o alcance da meta e origem da proposta segundo a Secretaria Regional.

Aliado ao processo de mobilização pela Primeira Infância de Fortaleza destaca-se a investidura da Primeira-Dama *Carolina Cunha Bezerra* e de toda a equipe que integra seu Gabinete, ao conceber o *Programa Cresça com Seu Filho* em estreita relação com as Secretarias de Saúde, da Educação, Direitos Humanos e do Desenvolvimento Social. O resultado concreto ocorreu pelo lançamento durante a solenidade de abertura do Fórum Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza. O *Programa Cresça com Seu Filho* conta com o apoio financeiro da Prefeitura Municipal

de Fortaleza mediante as ações programáticas da Secretaria Municipal de Saúde, como também com o financiamento do Ministério da Saúde e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento

Portanto, o Documento Síntese está concluído e com ele as nossas esperanças de fortalecimento das políticas públicas em prol da Primeira Infância. É preciso ajustar o orçamento municipal para contemplar essas ações propostas pela sociedade civil fortalezense e unir esforços intersetoriais para a consecução das metas propostas em uma dimensão coletiva e integrada por todos os setores da administração pública que partilhem Acordos ou Agendas de colaboração com a Primeira Infância.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Publicado em 05 de outubro de 1988. Brasília. DF.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996 e suas Emendas Constitucionais.
- CEARÁ. Secretaria de Planejamento e Gestão. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará-IPECE. Perfil Socioeconômico de Fortaleza. Fortaleza. 2012.
- CEARÁ. Secretaria de Planejamento e Gestão. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará-IPECE. Perfil Municipal de Fortaleza. Infância em Fortaleza: aspectos socioeconômicos a partir dos dados do Censo 2010. Informe N° 61. Edição Especial. Fortaleza. Maio de 2013.
- FORTALEZA. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Mensagem à Câmara Municipal. Abertura da Sessão Legislativa de 2013. Fortaleza. 2013.
- FORTALEZA. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Plano Plurianual de Fortaleza. PPA 2014-2017. Fortaleza. Setembro 2013.
- GIRADE, Halim Antônio; DIDONET, Vital (Coord.). O município e a criança de até 6 anos. Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 2005. Também disponível em http://www.unicef.org/brazil/pt/resourcers_10478.htm
- IFAN. Instrumento de Diagnóstico Situacional da Primeira Infância e Marco Lógico para a Elaboração dos Planos Municipais Pela Primeira Infância. Fortaleza. 2013.
- RNPI. Plano Nacional pela Primeira Infância. Brasília, dezembro de 2010.
- RNPI. Guia para a Elaboração de Planos Municipais pela Primeira Infância. Salvador. UNICEF. 2011.
- RNPI. Deixa eu falar!. Brasília, 2010. Disponível em <http://primeirainfancia.org.br/acervo/publicacoes/>
- RNPI. O que a criança não pode ficar sem, por ela mesma. São Paulo, 2010. Disponível em <http://primeirainfancia.org.br/publicacoes/>
- UNESCO. Primeira infância melhor: uma inovação em política pública. Brasília, 2007. Cartilha. Disponível em <http://www.direitosdacrianca.org.br/midioteca/publicacoes/primeira-infancia-melhor-uma-inovacao-em-politica-publico>.
- UNICEF. Kit família Brasileira Fortalecida. Coleção de cinco álbuns que explicam os cuidados necessários para as crianças desde a geração até os 6 anos de idade. Disponível em http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10178.htm.

YOUNG, Mary Emily (org.). *Do Desenvolvimento da Primeira Infância ao Desenvolvimento Humano*. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2010.

ANEXOS (CONTEÚDO CDROOM)

1. Diagnóstico Situacional Primeira Infância: uma aproximação.
2. Ata da Reunião Ordinária do Colegiado do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de 17 de Setembro de 2013.
3. Convites dos Fóruns Regionais pela Primeira Infância de Fortaleza (Regionais I, II, III, IV, V, VI e VII-Sercefor).
4. Folder da programação do Fórum Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza.
5. Folder do *Programa Cresça com Seu Filho*.
6. Frequência dos participantes dos Fóruns Regionais pela Primeira Infância de Fortaleza.
7. Frequência dos participantes do Fórum Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza.

APÊNDICES (CONTEÚDO CDROOM)

1. Vídeo: As crianças e o Mundo.
2. Videoclipe: Conheça o super cérebro.
3. Vídeos: “Três Conceitos Fundamentais sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância”:
a) As experiências moldam a arquitetura do cérebro; b) O jogo de ação e reação modela os circuitos do cérebro; c) O stress tóxico prejudica o desenvolvimento saudável).
4. Termo de Compromisso com a infância e a adolescência do município de Fortaleza.
5. Pôster: Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza – PMPIF
6. IPECE. Informe n. 61, Maio 2013, edição especial. Perfil municipal de Fortaleza. Infância em Fortaleza: aspectos socioeconômicos a partir do Censo 2010.
7. Diagnóstico Situacional Primeira Infância: uma aproximação.
8. Guia para a Elaboração de Planos Municipais pela Primeira Infância. Rede Nacional Primeira Infância, UNICEF.
9. Plano Nacional pela Primeira Infância.

